

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FERNANDA SATTVA DE ESPINDOLA BRANDÃO

CHEGAR, FICAR E (TALVEZ) SAIR:
Etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas de um abrigo em João Pessoa/PB.

JOÃO PESSOA/ RIO TINTO
AGOSTO DE 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FERNANDA SATTVA DE ESPINDOLA BRANDÃO

CHEGAR, FICAR E (TALVEZ) SAIR:

Etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas de um abrigo em João Pessoa/PB.

Dissertação submetida à banca examinadora como
requisito parcial para obtenção do título de Mestra
em Antropologia pelo Programa de Pós-
Graduação em Antropologia da Universidade
Federal da Paraíba

Orientadora: Marcia Reis Longhi

JOÃO PESSOA/ RIO TINTO

AGOSTO DE 2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B817c Brandão, Fernanda Sattva de Espindola.
Chegar, ficar e (talvez) sair : etnografia de jovens
adolescentes institucionalizadas em um abrigo de João
Pessoa/PB / Fernanda Sattva de Espindola Brandão. -
João Pessoa, 2023.
99 f.

Orientação: Márcia Reis Longhi.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Etnografia - Adolescentes. 2. Acolhimento
institucional. 3. Maioridade. 4. Adulter. I. Longhi,
Márcia Reis. II. Título.

UFPB/BC

CDU 39-053.6(043)



Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado da Aluna Fernanda Sattva de Espíndola Brandão

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se na sala 404, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: "**Chegar, ficar e (talvez) sair: etnografia de jovens institucionalizadas em um abrigo de João Pessoa/PB**", apresentada pela aluna **Fernanda Sattva de Espíndola Brandão**, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Alexandra Barbosa da Silva, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profa. Dra. Marcia Reis Longhi (PPGA/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os professores doutores Mônica Franch (PPGA/UFPB), examinadora interna, Pedro Guedes Nascimento (PPGA/UFPB), examinador interno e Elaine Müller (UFPE), examinadora externa. Dando início aos trabalhos, a Senhora Presidente, Profa. Dra. Marcia Reis Longhi convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra a mestranda para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, as examinadoras deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: aprovada. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, (Secretário(a) ad hoc) lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 28 de agosto de 2019.

Fernanda Sattva de Espíndola Brandão
(Mestranda)

Profa. Dra. Mônica Franch
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Pedro Guedes Nascimento
(Examinador Interno)

Profa. Dra. Elaine Müller
(Examinadora Externa)

Profa. Dra. Marcia Reis Longhi
(Presidente da Banca)

PRESENÇA DE MEU PAI

É tudo imprevisto. De repente, sinto meu pai em mim.
Este jeito de debruçar na janela
era o dele,
e era o dele este ar pensativo que tomei,
e este pigarro, que até minha mãe reconhece,
era o dele, bem sei.
É tudo coisa de um segundo: meu pai está em mim.
Está pensando, está debruçado na janela,
está no gesto involuntário em que se trai
na entonação da minha voz.
Está presente. E eu o vejo, e o sinto - estranhamente
e compreendo, de repente, entre surpreso e o incrédulo,
que às vezes, eu sou ele, e em verdade sempre nos
encontramos
no meu gesto, no meu riso, na minha voz,
em algum estranho segundo,
a sós.
(J. G. de Araújo Jorge)

A você, Ivan Vieira Brandão, pela presença em mim.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo amor, pelo exemplo e pela vida.

A Marcia, pela orientação no mestrado e na vida e pelo acolhimento.

Ao meu irmão, Khalil, e minha irmã, Vólia, pela parceria e cumplicidade.

À minha família de João Pessoa, Adelle e Doug, pela presença, paciência e companheirismo.

A Valéria, meu oposto complementar mais que perfeito.

Às Meninas, Lívia, Luísa e Dea, e suas meninas, Sophia, Violeta e Lina, por todo amor e luta.

Ao Peso, que torna a vida mais leve, sempre: Bruno, Pagu, Mallys e Lucas.

Ao Verinha, pelas risadas, figurinhas e tudo o mais: Inseto, Lela, Renata, Carlinha, Edu, Xuxu e Jata.

A Dani, Clebes e Leo, pelas trocas ao longo desses quinze anos de amizade.

Ao GUETU, que me acolheu como família e vem me ensinando que antropologia são muitas coisas, vocês são maravilhosas!

A Lu Ribeiro, por mais esse reencontro nosso.

À minha turma de mestrado, pois compartilhamos tantas coisas além do PPGA!

A Camila, Ivandiely e Márcia, presentes do mestrado para a vida toda.

Às minhas colegas/amigas de trabalho, Taty, Daiane, Carmita, Vitória, Alcidélia e Eliane, pela compreensão e apoio nesses últimos dois anos.

A Kátia, César e Francisco, meus cuidadores, que ao longo desses dois anos me mantiveram em pé, cada um com sua contribuição terapêutica.

Às minhas interlocutoras, por dar esperança.

A todas as outras pessoas que contribuíram para essa dissertação.

Obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como proposta uma etnografia de jovens adolescentes institucionalizadas em um abrigo de João Pessoa/PB, que lá se encontram devido a medidas de proteção por terem seus direitos violados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa de campo foi realizada em uma fundação mantida pela igreja católica, onde se encontravam abrigadas treze jovens adolescentes do sexo feminino, interlocutoras deste trabalho, além das cuidadoras/educadoras e cinco crianças, filhas das jovens adolescentes. O objetivo foi refletir e compreender sobre seus percursos de chegada no abrigo, permanência e possibilidades de saída, que podem ocorrer com o retorno para suas famílias ou com a chegada à maioridade legal aos dezoito anos. O campo revelou que a permanência das jovens adolescentes na instituição são envoltas de relacionalidades, tanto em relação às cuidadoras, quanto a missionários(as) que participam de suas vidas, especialmente nos momentos de lazer, como também entre elas, onde se percebem arranjos familiares criados. Além disso, a relação com a instituição perpassa a dicotomia entre proteção e controle, em que são reproduzidas violências institucionais, no que diz respeito ao controle quanto ao contato com suas famílias de origem, e de gênero, no tocante ao controle dos corpos e da sexualidade das jovens adolescentes. Por fim, as possibilidades de saída voltadas à reintegração familiar mostraram como apesar do distanciamento promovido pela instituição, permanecer com suas famílias ainda representa o principal desejo das interlocutoras, junto, em menor grau, com a vontade de construir novas configurações a partir da chegada à vida adulta.

Palavras-chave: acolhimento institucional; jovens adolescentes; maioridade; adulez.

ABSTRACT

This paper proposes an ethnography of young adolescents institutionalized in João Pessoa / PB, who are there due to protective measures for having their rights violated, according to the “Estatuto da Criança e do Adolescente”. The field research was carried out in a foundation maintained by the Catholic Church, where were sheltered thirteen young female adolescents, interlocutors of this work, besides the caregivers / educators and five children, whose mothers are the young adolescents. The objective was to reflect and understand about their arrival at the shelter, their permanence and exit possibilities, which may occur with the return to their families or when they reach the legal age of eighteen. The field revealed that the permanence of young adolescents in the institution is surrounded by relatedness connections, both regarding caregivers and missionaries who participate in their lives, especially during leisure time, as well as between them, where family arrangements are created. In addition, the relationship with the institution permeates the dichotomy between protection and control, in which institutional and gender violences are reproduced as regards control over contact with their families of origin, and the control of bodies and sexuality. Finally, the possibilities of leaving for family reintegration showed that despite the distance promoted by the institution, staying with their families still represents the main desire of the interlocutors, together, to a lesser extent, with the desire to build new configurations from the moment they achieve adulthood.

Keywords: institucionalization; young adolescents; adulthood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
PARTE I – O CAMINHO ATÉ A FUNDAÇÃO	14
1. O CONTEXTO CONCEITUAL, LEGAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	14
1.1 Roda dos Expostos e a lógica da institucionalização	17
1.2. Proteção à Infância e à Juventude.....	19
1.3. Acolhimento Institucional em João Pessoa/PB	25
2. PERCURSOS METODOLÓGICOS	28
2.1. Ser Psicóloga Jurídica e aspirante a Antropóloga: Desafios de encontrar meu lugar	29
2.2 A Escolha pela Fundação	32
2.3. Outras escolhas.....	37
2.3.1. Acolhimento ou abrigo?	38
2.3.2. Adolescentes ou Jovens?	40
2.3.3. Uma última escolha – os nomes fictícios.	41
3. ENFIM, CHEGAMOS	42
3.1. A Fundação.....	43
3.2. Apresentando as interlocutoras.....	48
PARTE II – NO ABRIGO.....	53
4. O CAMPO, SEUS DESAFIOS E REVELAÇÕES.....	53
4.1. As Revelações do Campo	57
5. FAMÍLIA E RELACIONALIDADES	59
5.1. A Família de origem: ausente e/ou ausentada	61
5.2. Os(as) Missionários(as)	66
5.3. Os arranjos familiares das jovens adolescentes	68
6. VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS E DE GÊNERO	71

PARTE III – E (TALVEZ) SAIR.....	75
7. NO PORTÃO: AS QUE SAEM E AS QUE FICAM	76
7.1. Do lado de fora	78
7.2 Em cima do muro	84
7.3 Do lado de dentro	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como proposta uma etnografia de adolescentes do sexo feminino que estão em medida protetiva de acolhimento institucional em uma instituição de João Pessoa, sob a tutela do judiciário. O objetivo é refletir e problematizar a respeito de suas trajetórias de chegada na instituição escolhida para esse trabalho, suas rotinas e relações estabelecidas entre elas, com suas famílias e com as pessoas que desenvolvem o trabalho de cuidado na instituição e, ainda, as perspectivas e possibilidades acerca da chegada aos 18 anos que, seguindo a premissa estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), deve representar a consequente saída da instituição de acolhimento como resultado de um trabalho de “desenvolvimento da autonomia” das adolescentes. A pesquisa de campo foi realizada em uma organização não-governamental pertencente a uma comunidade católica no município de João Pessoa, e a escolha da instituição se deu principalmente por causa das revelações que o campo me trouxe, que acabaram me convidando a aprofundar mais as discussões no espaço e com as adolescentes.

Nesta introdução, pretendo inicialmente percorrer a trajetória que me fez chegar até a definição em realizar a pesquisa nessa instituição, que chamarei de Fundação no intuito de preservar o sigilo. Para tal, antes de qualquer coisa, preciso começar explicando como cheguei até a Antropologia. Em 2009 terminei a graduação em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco. Em 2012 fui aprovada em concurso público para Analista Judiciária – Especialidade Psicologia, no Tribunal de Justiça da Paraíba. Três anos depois, em 2015, fui nomeada e finalmente aconteceu minha mudança de Pernambuco para a Paraíba, cheia de expectativas em torno de um trabalho que além de me dar a tão sonhada estabilidade financeira, seria o espaço para “ajudar a transformar o mundo para melhor”.

Fui lotada em Campina Grande, onde trabalhei por oito meses, entre 2015 e 2016, no Fórum da Infância e da Juventude, e lá tive contato com diversas demandas, que se caracterizam como medidas de proteção à infância e juventude. Trabalhei com processos de adoção, de acompanhamento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, guarda para familiares diante da impossibilidade de os pais terem a guarda dos filhos, entre outras. Não foi necessário muito tempo de trabalho para perceber que a teoria, ou o cumprimento do ECA, estavam longe da realidade encontrada nas três instituições de acolhimento da época em Campina Grande. Diante de uma lei que coloca como prioridade a permanência das crianças e adolescentes em suas famílias de origem, a pobreza era o maior fator impeditivo para o retorno

dos(as) acolhidos(as) a suas famílias e a criminalização da pobreza, então, era o maior motivo para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias. Mesmo que o ECA disponha que pobreza não é motivo para acolher crianças e adolescentes, mesmo com a prioridade no atendimento em saúde, educação e assistência social e no desenvolvimento de políticas públicas para esta faixa etária compreendida na lei, entre 0 e 18 anos incompletos, o resultado que observei era de longa permanência das crianças e adolescentes nos acolhimentos e, portanto, uma realidade que não deveria existir saltou aos olhos: adolescentes atingindo a maioridade dentro das instituições.

Irene Rizzini, socióloga, e Irma Rizzini, historiadora, em pesquisa encomendada pela UNESCO (2004), fizeram um levantamento acerca do acolhimento institucional no Brasil onde, semelhante ao que observei tanto no trabalho como na pesquisa, elas também encontraram a pobreza, junto à falha na efetivação das políticas públicas, como algumas das grandes dificuldades para a efetivação do ECA. Acrescento ainda o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional, realizado em 2013, que traz, entre outros dados importantes, uma estatística brasileira acerca dos motivos de acolhimento institucional. A pobreza da família está em primeiro lugar com 24,2%, seguida de abandono, com 18,9%, violência doméstica, 11,7%, dependência química de um ou dos dois pais, 11,4%, vivência de rua 7% e orfandade, com 5,2% (ASSIS; FARIAS, 2013).

Dando-me conta destas situações e seus desenrolamentos, inquietações começaram a surgir e, cada vez mais, atravessavam o meu trabalho como psicóloga jurídica. Lidava diariamente com a angústia de adolescentes que, ao se aproximarem dos 18 anos, precisavam, de acordo com o discurso de agentes envolvidos na sua proteção, “decidir suas vidas”, buscar cursos profissionalizantes, empregos ou estágios como “Jovens Aprendizes”¹, contando com políticas públicas de assistência social que deixavam a desejar e diminuía ainda mais as possibilidades. Confirmando as observações superficiais que eu fazia, Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2009) apontam que além das falhas nas políticas públicas, questões como profissionais desqualificados(as) e que muitas vezes não passam muito tempo nas instituições, a escassez de capacitações, a saturação nas áreas de trabalho oferecidas aos jovens – cursos de padeiro, garçom, marceneiro, cabeleireiro, são alguns exemplos dessas dificuldades. Ao mesmo tempo, eu observava que existia a cobrança para que adolescentes “decidissem suas vidas”, remetendo que o futuro dos (as) adolescentes estava em suas próprias mãos, mesmo diante de todas as

¹ Programa do Governo Federal que, através da Lei da Aprendizagem (10.097/00), exige que toda empresa de médio e grande porte destine uma parte de suas vagas para contratação de adolescentes e jovens. Disponível em <https://www.vagasjovemaprendiz.com.br/jovem-aprendiz-o-que-e>

adversidades que encontraram e encontrariam pela frente, mesmo que estivessem sob responsabilidade do Estado. Era comum ainda ouvir de agentes, especialmente das equipes que trabalham nas instituições, que tal adolescente “não quer ser ajudado”, indicando que teriam feito o que poderiam por ele.

Em meados de 2016, consegui a remoção para João Pessoa, e fui lotada novamente no Fórum da Infância e da Juventude, onde permaneço trabalhando até hoje. Fiquei três meses trabalhando no setor de adoção, para ajudar a diminuir o acúmulo de processos e, depois, por minha escolha, fui transferida internamente para o Setor de Acolhimento Institucional e Familiar. Neste setor existe uma equipe de sete profissionais: três psicólogas (eu, uma delas), três assistentes sociais e uma pedagoga. O trabalho realizado é o acompanhamento das crianças e adolescentes institucionalizadas, em conjunto com as equipes técnicas das instituições de acolhimento e com a rede de proteção à criança e adolescente do município, além da fiscalização do funcionamento das casas, junto com o Conselho Tutelar e a Promotoria da Infância e da Juventude. Comumente se referem à equipe interdisciplinar das Varas da Infância e da Juventude como “os olhos e ouvidos do juiz”, pois a equipe é responsável por avaliar e acompanhar os casos de forma a fundamentar as decisões dele. Passei então a acompanhar cada criança e adolescente acolhido(a) no município de João Pessoa, embasando através do olhar qualificado da Psicologia Jurídica decisões sobre reintegrações familiares e encaminhamentos para adoção, por exemplo. Apesar da felicidade em finalmente chegar onde queria estar – na capital, a duas horas da minha família e de amigos e amigas, em Recife, me deparei com uma realidade mais complexa do que a de Campina Grande. Dessa vez eram 10 instituições de acolhimento², cerca de 100 crianças e adolescentes acolhidos(as), ainda mais casos de adolescentes nessa situação há bastante tempo e próximos à maioridade, sem perspectivas de retorno à família e, na minha impressão, muitas dificuldades de relacionamento com o município, gestores das unidades de acolhimento e, por fim, precariedade no atendimento às políticas assistenciais e de saúde, como Cesta Básica, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação³, acesso a ambulatórios de saúde geral e mental.

A partir de inquietações que surgiram da minha prática como Psicóloga Jurídica nas Varas da Infância e da Juventude de Campina Grande e de João Pessoa, diante de alguns casos

² Existia quando cheguei a instituição Aldeias Infantis SOS Brasil, organização não-governamental internacional, que finalizou suas atividades de acolhimento institucional no município em dezembro de 2017, sob denúncias de maus tratos por parte das cuidadoras/educadoras.

³ Estes são benefícios estabelecido pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e alterações (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS) e executados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a nível municipal de gestão.

atendidos e vivenciados por mim, em que adolescentes já se mostravam conformados com a impossibilidade de retorno à família de origem ou através da adoção. surgiu o interesse em conhecer e compreender mais essa realidade. Frente à maioria que se aproxima e da necessidade de atingir essa autonomia e independência pregadas, quais os projetos de vida construídos pelos(as) jovens que estão prestes a sair do acolhimento, saindo do patamar de protegidos(as) integralmente para serem responsáveis por eles(as) mesmos, conforme indica o Estatuto da Criança e do Adolescente a respeito?

Um caso específico que acompanhei em Campina Grande também ajudou na decisão do tema. Duas irmãs, uma com 14 e outra 15 anos à época, estavam já acolhidas há mais de cinco anos. Além delas, havia um irmão mais novo, com 9 anos, também acolhido pelo mesmo período, e um outro ainda, que aos 12 anos, que estava envolvido com tráfico de drogas e não permanecia acolhido, fugindo sempre e voltando para a casa dos pais. As duas, mais velhas, decidiram que não seriam adotadas e nem deixariam seu irmão ser adotado, pois o plano era que quando a mais velha chegasse aos 18 anos, arrumaria um emprego, alugaria uma casa e cuidaria dos irmãos. Além deste projeto, as duas afirmaram que ajudariam os pais, mas não voltariam a morar com eles, pois “eles não sabem cuidar de filhos”, em suas próprias palavras.

Já trabalhando em João Pessoa, onde comecei o trabalho com acolhimento institucional na mesma época da seleção para o Mestrado, me chamava atenção a visão que se tinha dos adolescentes do sexo masculino em relação a estas questões de maioria. Minha impressão foi a de que existia um certo descaso em relação a eles em algumas instituições do município, que perpetuavam estigmas, estereótipos e descrença no que diz respeito ao futuro desses jovens. Percebi depois, já no Mestrado, que essas atitudes não eram apenas com jovens do sexo masculino. Além disso, me incomodava bastante o fato de que essas crianças e adolescentes não tinham espaço de fala sobre suas próprias vidas. Toda uma rede de proteção ativada para “resolver os problemas” desses menores de idade e, uma vez a cada seis meses, quando ocorrem as audiências para avaliar cada caso, num momento que se assemelhava a uma sabatina, eles tinham espaço para falar de forma direcionada pelo que os(as) agentes desejavam saber e escutar como resposta.⁴ Assim, a proposta inicial era trabalhar com estes adolescentes, e foi assim que desenvolvi o projeto e iniciei as disciplinas no mestrado em Antropologia.

⁴ Desde a minha chegada, junto com outras profissionais, foram estabelecidas algumas mudanças na forma de escutar as crianças e adolescentes, de forma a tentar diminuir o constrangimento que era ser interrogado por pelo menos cinco profissionais. De certo, algum avanço, mas questiono ainda, no espaço do meu trabalho, a efetividade do modelo de avaliação adotado em João Pessoa.

Com o passar do tempo, o incômodo crescia ainda mais, chegando a me fazer questionar até mesmo meu papel como agente do Estado. Será que estava contribuindo realmente para alguma mudança ou simplesmente reforçando alguns conceitos sobre o que seriam “famílias desestruturadas”, valores de infância e juventude ditos “universais”, carência de valores morais e o que deveria ser uma boa forma de educar e cuidar de crianças e jovens? O acesso às leituras antropológicas também ajudou nesse processo, abrindo ainda mais questionamentos e, de certa forma, aumentando a angústia sobre meu papel como profissional. E assim utilizei essas inquietações para motivar minha pesquisa, encontrando em outras antropólogas e antropólogos muitas reflexões semelhantes às que vinha fazendo.

Os processos que envolvem o acolhimento institucional de crianças e adolescentes vêm sendo tema de estudos já há algum tempo pelas Ciências Humanas e Sociais. A psicologia, o serviço social e a educação, disciplinas que atuam diretamente com a temática, desenvolvem pesquisas que buscam compreender a experiência do acolhimento de menores de 18 anos, com vistas a efetivar o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), documento que orienta a proteção da criança e do(a) adolescente no Brasil. Também é assim no campo das ciências sociais, especialmente na antropologia e na sociologia, onde os direitos humanos, as práticas judiciais e as políticas públicas de assistência social vêm sendo abordadas em estudos etnográficos.

Antropólogas como Cláudia Fonseca, Fernanda Ribeiro Bittencourt, Fernanda Rifiotis, Patrice Schuch e Débora Allenbrandt, entre outras, debruçaram-se sobre o tema, desenvolvendo extensos trabalhos etnográficos nos últimos 20 anos, com vistas a entender e contribuir para a realidade das crianças e adolescentes no contexto de acolhimento institucional, violação de direitos e proteção do Estado. Além da ênfase na vida das crianças e adolescentes dentro das instituições, também estão incluídas nas investigações antropológicas os contextos familiares, a realidade de longa permanência de adolescentes, principalmente, nas instituições e questões relativas à saída das instituições após os 18 anos.

Localizadas nas universidades do sul do país, especialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Santa Catarina, estão a maior concentração de etnografias realizadas no contexto dos governos da infância e da juventude a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. No contexto do Nordeste, ainda se trata de um tema pouco abordado pela sociologia e pela antropologia, onde encontram-se inúmeros trabalhos nas áreas da psicologia, do serviço social, da educação e do direito. Destacam-se os trabalhos de Gilson J. Rodrigues Júnior (2010), que analisou a construção da moral familiar no contexto das instituições de

acolhimento em Penedo/Alagoas, e o de Danielma Correia (2013), uma análise sobre proteção e controle em uma instituição de acolhimento de Natal/Rio Grande do Norte.

Em pesquisa realizada no banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, de 2013 até hoje, encontrei três trabalhos ligados à temática de crianças e adolescentes relacionados à proteção, direitos e legislação: o de Ingrydy Pereira (2015) abordou as vivências sexuais de adolescentes em privação de liberdade, em medidas socioeducativas; Antonio Luiz da Silva (2013) traz a temática dos direitos das crianças e das políticas públicas voltadas para o público na cidade de Catingueira, na Paraíba e; por último, Darling de Lira (2013) abordou as estratégias dos equipamentos que lidam com crianças e adolescentes em situação de rua no município de Campina Grande, Paraíba.

De volta a este trabalho, situada no município de João Pessoa, essa pesquisa foi realizada na instituição que chamarei de Fundação. A dissertação está dividida em três partes, numa tentativa de demonstrar o ciclo de chegada, permanência e saída das adolescentes do abrigo. A Parte 1, denominada “O Caminho até a Fundação”, tratará, em seu Capítulo 1, de um levantamento acerca das discussões sobre as políticas de proteção à infância e à juventude, afunilada para o funcionamento do acolhimento institucional em João Pessoa. No Capítulo 2, apresento o percurso metodológico abarcando a minha chegada à antropologia e ao campo e, no Capítulo 3, descrevo o campo, propriamente a Fundação, e as interlocutoras.

Na Parte 2, “No Abrigo”, desenvolvo a respeito das revelações que o campo trouxe, trazendo seus desafios e descobertas, no Capítulo 4; no Capítulo 5, uma abordagem sobre a temática de famílias e relacionalidades. Com base na pesquisa de campo, demonstrarei alguns pontos que chamaram atenção no que diz respeito à relação das jovens adolescentes com suas famílias de origem, diante de todos os conflitos e motivos que as levaram a ser afastadas do ambiente familiar. Ao mesmo tempo, refletirei sobre formas de relacionalidades (relatedness) ao trazer as relações e vínculos, familiares ou não, demonstrados por elas com relação aos missionários que cuidam delas, e as relações de parentesco criadas entre elas. No Capítulo 6, serão abordadas as violências institucionais e de gênero, observadas na pesquisa de campo.

Na Parte III, retomo, no Capítulo 7, a proposta inicial de discutir a respeito da saída das adolescentes da instituição, na perspectiva de retorno às suas famílias ou por terem atingido a maioridade. Por fim, faço as considerações finais a respeito do trabalho de forma geral.

PARTE I – O CAMINHO ATÉ A FUNDAÇÃO

A primeira parte está dedicada a todos os caminhos percorridos até a minha chegada no local de pesquisa. Portanto, está dividida em três capítulos: uma para explicar de forma breve o contexto legal das políticas públicas que afetam a infância e a juventude no Brasil, além de trazer alguns conceitos sobre juventude; outra para descrever o meu percurso pessoal de contato com as instituições de acolhimento, até o interesse em aprofundar os conhecimentos e compreender mais a realidade a partir da Antropologia e, por último, a chegada das interlocutoras, ainda a partir da visão institucional que foi a que me permitiu chegar a esta pesquisa.

1. O CONTEXTO CONCEITUAL, LEGAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para situar melhor este trabalho, é importante traçar a trajetória percorrida até o Brasil chegar ao modelo de acolhimento institucional atual. As próprias noções de infância e juventude se modificaram ao longo dos anos, e foram vários os modelos de proteção à essa faixa etária, que passaram desde o abrigamento ou internação como solução, partindo de instituições religiosas e de caridade, até o conceito de proteção integral promulgado pelo ECA em 1990, decorrente da Constituição Federal de 1988, considerada a “Constituição Cidadã”, resultado da luta de vários setores da sociedade, diante da redemocratização do país após o período de ditadura militar. Entretanto, a lógica de institucionalização de crianças e adolescentes tem seus registros de muito antes disso, ainda na idade média. A seguir, trago de forma breve alguns marcos importantes para a discussão desta pesquisa.

O discurso institucional tem importante relevância como categoria de análise, principalmente na antropologia, trazendo reflexões que problematizam sobre quais os conceitos de proteção, juventude, de infância e de família estão falando as instituições, e amparados em que discursos legais esses conceitos e a atuação de agentes de proteção estão. Dessa forma, é importante neste espaço posicionar esses conceitos que contextualizam esta pesquisa: infância, adolescência/juventude e família.

As origens do conceito europeu burguês de infância tal como guia os sistemas de proteção e a própria noção de infância universal foram sistematizadas pelo historiador francês Philippe Ariès (1981). Segundo o autor, essa forma de nomear e descrever a infância é algo que remonta ao fim do século XVII. A referência de criança anterior a esse período tinha como perspectiva praticamente a mesma que se tinha de adulto, como se essas crianças fossem adultos

em miniatura. Antes do século XIX não havia uma preocupação ou, como o autor refere, uma consciência a respeito de diferenciações entre adultos e crianças ou mesmo das idades da vida tal como conhecemos hoje.

Foi então no século XIX que se mostrou uma noção da criança não mais com o sentido de fragilidade, e sim no sentido de que ela virá a ser um adulto e, portanto, é necessário que seja preparada para a vida adulta. Agora, “a criança era menos oposta ao adulto (embora se distinguisse bastante dele na prática) do que preparada para a vida adulta. Essa preparação não se fazia de uma só vez, brutalmente” (ARIÈS, 1981, p. 119).

Adriana Vianna acrescenta a essa discussão sobre infância a reflexão em torno da noção de infância universal imposta através da Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1948 (2005). A partir da declaração, tomam-se crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, à medida que não são levadas em conta as diferenças culturais, sociais e de classe nos diversos lugares. De maneira semelhante, Rosilene Alvim (2002) alerta para a existência de uma diversidade de conceitos de juventude, que também são atravessados pelos contextos sociais e culturais.

A adolescência, por sua vez, afirma Ariès, teve seu conceito construído concomitantemente ao desenvolvimento da instituição da escola. “As classes de idade em nossa sociedade se organizam em torno de instituições” (1981, p. 123). Assim, o que nos séculos XVI e XVIII, na Europa, era descrito como uma infância prolongada, passa a ser mais bem observado e distinguido a partir do século XIX como uma fase diferenciada tanto da infância quanto da adultez. Neste mesmo século, ciências como a Psicologia e a Psiquiatria, talvez por necessidades relacionadas ao mundo escolar (SCHOEN-FERREIRA e AZNAR-FARIAS, 2010)⁵, viram na adolescência uma fase da vida que requer atenção. O termo adolescência foi, finalmente, cunhado oficialmente pelo psicólogo Stanley Hall, que descrevia a adolescência como “uma época de emotividade e estresses aumentados”, basicamente biológica (2010, p. 230). Nesta introdução faço apenas uma breve revisão sobre os estudos de juventude. Para maior aprofundamento, indico os trabalhos de dissertação das antropólogas Elaine Müller (2004) e Monica Franch (2000), ambas pela Universidade Federal de Pernambuco, que trazem interessante discussão sobre os conceitos de juventude.

Apresentando-se como um conceito voltado para características biológicas, que diziam respeito ao desenvolvimento do indivíduo, a adolescência também chamou a atenção das

⁵ Teresa Schoen-Ferreira e Maria Aznar Farias são psicólogas, estudiosas da área de desenvolvimento humano.

Ciências Sociais. Por exemplo, o estudo etnográfico de 1939 realizado por Margaret Mead (1995), “Adolescência em Samoa”, teve como objetivo demonstrar que a adolescência não é padronizada para todas as sociedades. A antropóloga, através de pesquisa de campo, tentou mostrar o quanto o conceito de adolescência é construído e está diretamente ligado ao contexto social, sendo todas as classificações, principalmente a respeito do temperamento e do comportamento dos adolescentes, naturalizantes e pretensamente universais. Mead questionou o rótulo posto na adolescência, de que esta seria o período em que os indivíduos estariam à flor da pele, com o florescimento do idealismo e da rebeldia, ou seja, uma fase tempestuosa. Seu estudo foi, portanto, uma tentativa de relacionar o comportamento dos adolescentes com os contextos social e cultural, afirmando que é a educação voltada para o desenvolvimento deles, qual seja, a educação estadunidense da época, que refletia a forma de ser adolescente (1995).

O campo da antropologia das idades, área dedicada aos estudos do curso da vida e de geração, mostra que os questionamentos a respeito da adolescência/juventude não são novidades nas Ciências Humanas. Carlos Feixa (1996) traz que a discussão sobre juventude esteve sempre atrelada à discussão sobre escola, nos Estados Unidos. Para ele, a idade é um princípio organizador universal e social, um dos pontos mais básicos e sociais.

Feixa prossegue afirmando que o estudo dos grupos de jovens, culturas informais e formais de high school, de Robert e Helen Lynd e a sociedade de esquina estudada por William Foote-Whyte são exemplos, todos de meados do século XIX, dessa relação. Estes estudos, ainda que se enquadrem no paradigma estrutural-funcionalista, constituem a formação de uma tradição de estudos sobre culturas colegiais nos Estados Unidos. Anteriores a esses, Morgan, Parsons e Maine se debruçaram sobre os estudos da juventude, este último com foco no parentesco. Porém, foi a partir dos anos 90 que o estudo das idades ganhou visibilidade (1996).

Mais recentemente, no campo da psicologia, Calligaris (2000) é um dos autores que traz importante contribuição para o debate da adolescência. Para ele a adolescência é uma espécie de período de moratória, onde as pessoas não são consideradas mais crianças, o que gera uma série de perdas de privilégios. Ao mesmo tempo, é uma fase em que as pessoas ainda não são consideradas adultas e, portanto, não têm total responsabilidade e autonomia sobre sua vida. Não podem trabalhar, devem estudar, aprender regras e se preparar para a chegada da vida adulta.

Bourdieu (1983), coloca em discussão o conceito de juventude, em que este termo se trata de “apenas uma palavra”, ao lembrar que a juventude não poder ser colocada como uma categoria única, tendo em vista que a categoria classe antecede as discussões a respeito da juventude.

O conceito de moratória social e vital na adolescência também é utilizado pelos antropólogos, ao exemplo de Margullis e Urresti (1996). Contrapõem-se aos argumentos de Bourdieu ao afirmar que a juventude é uma categoria destacada. De acordo com os autores, a juventude não é um signo isolado, que reflete a contraposição entre novo e velho, e sim algo entrelaçado com os contextos histórico e social. Assim, afirmam, a juventude passa a representar, a partir do século XIX, um período de postergação – do trabalho, do matrimônio, da reprodução. Entretanto, ressaltam que essa tolerância com relação a juventude está intrinsecamente ligada à questão de classe, entre outras questões.

La juventude termina, em el interior de las clases que pueden ofrecer a sus miembros recién llegados a la madurez física este beneficio, cuando estos asumen responsabilidades centradas, sobre todo, en formar el próprio hogar, tener hijos, vivir del próprio trabajo. (MARGULLIS; URESTI, 1996, p. 2).

No contexto englobado neste trabalho, reforça-se que, seguindo a mesma linha dos autores acima citados, são diversas as questões que atravessam o contexto de adolescência e juventude em relação ao acolhimento institucional, como raça, gênero, classe e o próprio fato de serem institucionalizados, posto que isso modela as expectativas em torno destas crianças e adolescentes. Assim, adolescência e juventude não podem ser considerados apenas no seu sentido simbólico:

La juventud, como toda categoría socialmente constituida, que alude a fenómenos existentes, tiene una dimensión simbólica, pero también debe ser analizada desde otras dimensiones: se debe atender a los aspectos fácticos, materiales, históricos y políticos en que toda producción social se desenvuelve. (MARGULLIS; URESTI, 1996, p. 2)

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS), classifica como crianças aquelas com idade até 10 anos, e adolescentes aqueles que estão na segunda década de vida, ou seja, dos 10 aos 20 (SCHOEN-FERREIRA e AZNAR-FARIAS, 2010). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, os indivíduos até os 12 anos incompletos são considerados crianças, daí até os 18 incompletos, adolescentes e, após os 18, jovens, sem que haja, porém, uma determinação na lei indicando que idade compreende esses jovens (BRASIL, 1990).

1.1 Roda dos Expostos e a lógica da institucionalização

No que diz respeito à história do acolhimento institucional, remontam à Idade Média as primeiras formas de acolher as crianças abandonadas, ou expostas, como eram nomeadas.

Tendo como figura central a Roda dos Expostos⁶, foram criadas instituições para receber bebês que antes eram abandonados nas ruas e nas matas. A prática, que se originou na Itália no século XII, chegou a Portugal, que transformou um de seus hospitais, dedicados a realizar obras de caridade, na Confraria da Misericórdia, conhecida depois como Santa Casa da Misericórdia (MARCÍLIO, 1997).

A Roda dos Expostos foi a primeira demonstração de preocupação com a enorme taxa de mortalidade das crianças naquela época. Porém, a lógica que perpassava a “proteção” à infância nas mãos das entidades religiosas era apenas a de retirar as crianças e adolescentes das ruas, estas, oriundas de famílias pobres, ex-escravos. Marcílio (1997) também destaca a desresponsabilização do Estado, que demorou alguns séculos para assumir a proteção da infância e da juventude.

O Brasil, à época colônia de Portugal, adotou a Roda dos Expostos como política de cuidado às crianças. Portanto, pode-se afirmar que o processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil também sofreu influência dos modelos adotados nos Estados Unidos e na Europa. Já no século XVIII, existiam asilos, como eram chamados, para menores de idade que eram encontrados nas ruas ou abandonados por suas famílias. Segundo Rizzini (2004), a característica que reunia esses menores era a origem familiar pobre, fator que perdura ainda hoje quando se trata de acolhimento institucional. Ela relata que os cuidados desses “órfãos” estavam nas mãos de entidades religiosas, ligadas à igreja católica, e algumas entidades filantrópicas.

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãos ou abandonadas. (p. 13)

O Brasil teve diversas “Rodas dos Expostos” espalhadas em seu território, persistindo até mesmo após a prática receber críticas e ser combatida na Europa. Segundo Marcílio (1997), “foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo a três grandes regimes da nossa história” (p. 51). Teve início ainda no período colonial e foi extinta de vez apenas em 1950. A autora complementa que o modelo foi “importado” de Portugal, e a administração das rodas era feita pela Santa Casa de Misericórdia, nos mesmos moldes da Europa.

⁶ A Roda dos Expostos funcionava nos conventos como um mecanismo em que um pequeno cesto ficava do lado de fora dos muros. Quem desejasse entregar um bebê, colocava-o no cesto e tocava uma sineta. As freiras, ao ouvir o sino, faziam o dispositivo girar através de uma corda e o cesto era colocado para dentro do convento. Isso garantia que a identidade de quem estivesse deixando a criança ficasse preservada. (MARCÍLIO, 1997)

A instituição onde foi realizado este trabalho carrega, falarei mais detalhadamente nos próximos capítulos, duas semelhanças importantes com a lógica medieval e colonial: o atrelamento do cuidado aos menores abandonados às missões caritativas da igreja, e o papel da escravidão neste funcionamento (este, ligado ao fato de que as consequências da escravidão refletem até hoje para que a maioria das crianças e adolescentes institucionalizados sejam negros, entre pretos e pardos⁷). O sistema de escravidão teve importante papel na manutenção das Casas de Expostos, pois os filhos de escravas com senhores de engenho eram deixados aos cuidados das instituições até atingirem idade para trabalhar. Nessa mesma lógica, amas de leite negras eram alugadas pelos seus proprietários para alimentar os bebês deixados nas rodas (RIZZINI, 2004). Assim como na Europa e nos Estados Unidos, as instituições que se propunham a acolher as crianças e adolescentes expostos acabaram por coadunar com as propostas higienistas do século XX. Crianças e adolescentes eram retirados das suas casas a despeito da situação de suas famílias, e colocadas em instituições com situações precárias, mantidas pelas igrejas católicas (RIZZINI, 2004).

1.2. Proteção à Infância e à Juventude

Apesar da existência de asilos e instituições que recolhiam crianças e adolescentes, é interessante contar como a noção de proteção da criança e adolescente contra abusos e maus-tratos familiares surgiu na sociedade ocidental, no fim do século XIX, nos Estados Unidos. Uma criança fora entregue para adoção por sua mãe após a morte do marido, visto que não tinha condições de trabalhar e oferecer os cuidados necessários à filha, que à época tinha menos de dois anos. A entidade de caridade de Nova York encontrou um casal adotivo para Mary Ellen, e até seus 10 anos de idade, esta foi vítima de abusos físicos e tortura por parte de sua mãe adotiva. Um vizinho tomou conhecimento das violências e conseguiu resgatar a criança e denunciar seus pais adotivos. Entretanto, até aquele momento, não havia legislação que cuidasse da proteção de crianças vítimas de maus-tratos. Então, um advogado da American Society for Prevention of Cruelty to Animals, sociedade protetora dos animais, tomou o caso para si e pela primeira vez houve uma condenação por maus-tratos a uma criança⁸.

⁷ De acordo com o Levantamento Nacional dos Serviços de Acolhimento no Brasil (2013), o perfil de crianças e adolescentes por cor apresenta 18,9% da cor preta e 38,7% pardos, contra 41,1% de cor branca, 0,3% amarelos e 0,4% indicados como de etnia indígena. Ainda, indica que a porcentagem de crianças e adolescentes pretos e pardos aumenta progressivamente de acordo com a idade.

⁸ Detalhes da história retirados de matéria no site <https://fabiosa.com.br/lbmmb-ctfk-rslpr-aumn-r-pbjgo-mary-ellen-wilson-abuso-infantil-luta-direitos-criancas/>.

O caso Mary Ellen, como ficou conhecido, provocou mudanças nas leis do país e levou a outros países a problematização acerca do abuso infantil, culminando, em 1959, na criação da “Declaração Universal dos Direitos da Criança” (CALZA, DEL'AGLIO e SARRIERA, 2016). A declaração apresentava as crianças e adolescentes como indivíduos com direitos e peculiaridades, e deu o empurrão para que cada país se organizasse para proteger as crianças e adolescentes. Segundo estes autores,

O primeiro documento legal sobre infância e adolescência desamparadas no Brasil foi o Código de Menores (1927), revisado em 1979, mas que ainda não reconhecia os mesmos como sujeitos de direitos e deveres. Com a aprovação da Convenção pelos Direitos da Criança – CDC (ONU, 1989), que propôs uma nova concepção social da infância, acordada e assinada por 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), houve uma série de iniciativas em vários países na busca dos direitos das crianças e adolescentes (p.16).

Cláudia Fonseca, Andrea Cardarello e Patrice Schuch, entre outras autoras e autores, chamam a atenção para essa “tomada de consciência” sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, pois ela vem atrelada a uma noção de “infância universal”, pautada na individualização dos cuidados pelas famílias (FONSECA; CARDARELLO, 1999; SCHUCH, 2009). Dessa forma, assim como Donzelot confirma, o Estado criou formas de controle e fiscalização dessas famílias, dentro de um ideal familiar burguês que ignora os contextos sociais e econômicos em que estão inseridas essas famílias (1980).

Assim, essa noção de proteção do modelo mantinha ainda a lógica de recolhimento e enclausuramento nas instituições. Falavam-se em proteção, mas não se propunham mudanças sociais, institucionalizando crianças e adolescentes “abandonados” e “delinquentes” como forma de protegê-las, contribuindo para a marginalização dos mesmos e, nessa linha, com poucos investimentos nas melhorias de condições das famílias para que pudessem voltar ao convívio familiar. Por causa disso, filhos eram retirados de famílias pobres e, ao atingir a maioridade, deparavam-se com um cenário sem perspectivas. De acordo com Lúcia Weber, psicóloga, a chance das crianças pequenas era ser adotadas por famílias de bens, quando isso não representava se tornar escrava dessas famílias (WEBER, 2010).

A institucionalização de crianças e adolescentes sofreu profundas modificações a partir do fim da ditadura militar e da instauração da nova Constituição Federal Brasileira, de 1988. Entretanto, antes desse período, existiram duas outras leis debruçadas sobre a questão da infância e da adolescência, como já citado acima, o Código de Menores de 1927 e uma revisão em 1979.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 consigna que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Impulsionados pela redemocratização do país, diante de um cenário propício, vários agentes, dos movimentos sociais, “militantes de organizações não-governamentais nacionais e internacionais, e até mesmo lideranças de movimentos de meninos e meninas objetos das políticas governamentais” (SCHUCH, 2009, p. 125), baseados no artigo 227, construíram a lei que dá as diretrizes até hoje para a proteção da infância e da juventude no Brasil: a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O ECA propôs uma mudança significativa no foco da proteção à infância e juventude. O ponto central do documento é a convivência familiar e comunitária, o que se contrapõe ao modelo de internamento anterior (BRASIL, 1990). Patrice Schuch considera que duas outras conquistas do ECA foram a articulação da gestão (entre família, estado e comunidade), incluindo vários agentes que também passaram a ser responsabilizados legalmente pela proteção à infância e à juventude, e o atendimento prioritário e integral aos objetos da Lei (2009).

Ao longo de seus quase 29 anos de existência, o Estatuto passa por várias atualizações, sendo duas das mais expressivas a Lei 12.010, de 2009, conhecida como a Lei Nacional da Adoção, e a Lei 13.509, de 2017. Na primeira, estabeleceram-se a proibição da entrega direta de crianças e adolescentes para adoção, bem como se reconfiguraram os abrigos, de forma que o próprio termo caiu em desuso, trocado por “acolhimento institucional” (BRASIL, 2009). Na segunda, houve mudanças em relação ao tempo máximo de acolhimento institucional, que caiu de até dois anos para até 18 meses, com avaliações por parte dessa gestão articulada a cada três meses, em vez de seis meses. Além disso, foram encurtados os prazos para destituição do poder familiar, no intuito de dar celeridade aos processos de adoção. A destituição do poder familiar consiste em uma das medidas aplicadas aos pais ou responsáveis, na qual perdem os direitos sobre seus filhos menores de idade. Pode ser provisória (suspensão) ou definitiva. As crianças e adolescentes cujos pais foram destituídos são encaminhadas para a adoção (BRASIL, 1990)

O ECA traz a ideia de que crianças e adolescentes são sujeitos munidos de direitos e deveres, tendo como um de seus alicerces a noção de “infância universal”, ou de “crianças do mundo”, conceito desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 1979, quando foi proclamado o “Ano Internacional da Criança” (SCHUCH, 2009). O princípio da proteção integral previsto nele deve

atuar com base na família, e o direito da criança e do adolescente à convivência em família e em comunidade. A família, central no ECA, é aquela que tem responsabilidade primeira de zelar pelas crianças e adolescentes sendo, portanto, responsabilizada nos âmbitos civil ou criminal pelas violações de direitos delas. O artigo 4º do ECA (BRASIL, 1990) determina que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Para garantir a efetivação do artigo acima, buscando a gestão articulada entre família, estado e comunidade, foram criadas, em âmbitos estadual e municipal, Redes de Proteção à Infância e à Juventude, que devem garantir os direitos das crianças e adolescentes de forma sistemática com vistas à integralidade da proteção. O atendimento deve ser ao máximo municipalizado, sendo que os governos estaduais e federais complementam a rede. Os atores desta rede, segundo a Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA⁹ (BRASIL, 2006) são muitos, com destaque para alguns:

Conselhos Tutelares: Os conselheiros tutelares são cidadãos eleitos e geridos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), residentes do município e da região onde atuarão, e têm como principal função zelar para que as crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos. Através de denúncias, investigam a situação e encaminham da forma necessária, dispondo dos serviços e políticas públicas municipais;

Conselhos municipais, estaduais e nacionais de garantia de direitos da criança e do adolescente: Atuam na construção e efetivação dos direitos, em termos de planejamento, e estão ligados ao MDS (Ministério de Desenvolvimento Social);

Delegacias especializadas: Atuam diante de denúncias de crimes cometidos contra crianças e adolescentes;

Secretaria de Assistência Social: Atua na garantia de direitos básicos, seja na atenção básica, através dos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) e concessão de

⁹ O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA é um órgão que funciona de forma colegiada, previsto no Artigo 88 do ECA. Foi criado pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). De caráter permanente e deliberativo, tem a função de coordenação das ações e políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes (BRASIL, 1991)

benefícios assistenciais, quando não há violação de direitos, na média e alta complexidade através dos CREAS (Centros de Referência Especializada em Assistência Social), diante de violação de direitos, e da gestão das instituições de acolhimento;

Secretarias de Saúde e Educação: Quando há demandas de saúde ou escolares, tanto em relação à criança, adolescente, ou sua família, diante de violação de direitos;

Promotoria da Infância e da Juventude: Órgão do Ministério Público responsável por defender os direitos das crianças e adolescentes quando existem denúncias de violações de direitos. Cabe a ele também fiscalizar o trabalho das instituições de acolhimento, os Conselhos Tutelares e promover denúncias;

Juizado da Infância e da Juventude: Atua diante de denúncia grave de violação de direito. Quando os outros atores da rede não conseguem solucionar a questão, ela é judicializada e torna-se um processo civil, com responsabilização dos pais ou outros autores das violações. Este órgão também é responsável por fiscalizar as entidades que atendem ao público atendido pelo Estatuto.

Diante do que se chamam violações de direitos das crianças e adolescentes, as medidas protetivas podem ser efetivadas pelo Conselho Tutelar ou, em casos de intervenção do judiciário, pelo juiz da Infância e da Juventude. Dentre as possíveis medidas protetivas, de acordo com o artigo 101 do ECA (BRASIL, 1990), estão:

- (...) I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional;
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar;
- IX - colocação em família substituta.

A medida protetiva de acolhimento institucional está entre as últimas medidas pois deve ter caráter temporário e excepcional, e deve acontecer apenas quando a continuação daquela criança ou adolescente na sua família, naquele momento, compromete a integridade e o desenvolvimento da criança ou do adolescente (SILVA, 2010). As crianças e adolescentes são encaminhadas para instituições de acolhimento, devendo permanecer ali pelo período máximo

de um ano e meio, sendo realizadas avaliações a cada 3 meses¹⁰. Enquanto é necessário o acolhimento, é função da Rede de Proteção atuar no que se fizer necessário visando a reintegração da criança e do adolescente à sua família, seja aos pais, ou à família extensa (tios, avós, primos, irmãos mais velhos), através de inserção em programas sociais como Bolsa Família, Aluguel Social, tratamentos de saúde e outros. No caso em que as avaliações realizadas pelos agentes envolvidos na proteção à infância e à juventude indicam impossibilidade da reintegração familiar, procede-se à colocação em família substituta através da adoção.

A ideia de orfanatos no modelo de instituições totais, utilizando o termo de Goffman (2003), que recolhiam crianças e adolescentes de famílias pobres e, ainda, abrigavam os “delinquentes juvenis”, sem a proposição de mudanças sociais ou soluções para que saíssem da instituição, é deixada de lado, ao menos em tese, pelas novas proposições do ECA. Trocada por um ideal de abrigos que se aproximem mais de uma casa, um lar, Rizzini (2004) destaca que, apesar destas mudanças, que vieram cheias de novas expectativas sobre a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, ainda existe uma lógica de institucionalização que persiste frente aos novos paradigmas. Ela explica que essa lógica resiste porque

Em parte, práticas tão enraizadas como esta resistem mesmo a mudanças e estas se processam de forma lenta. E em parte porque, (...), as demandas que levaram um número inestimável de crianças brasileiras aos internatos dos séculos XIX e XX não foram devidamente enfrentadas ao nível das políticas públicas (p. 14).

Na avaliação da autora, os modelos de enclausuramento anteriores ao ECA criaram uma cultura de institucionalização de crianças e adolescentes com o pretexto da proteção. Um dos reflexos desta cultura é a longa permanência das crianças e adolescentes nas instituições. Criminalização da pobreza, racismo, falhas na efetivação das políticas públicas que deveriam dar condições para que estas famílias possam receber seus filhos de volta, entre outras questões, resultam nesta realidade (2004). Fonseca e Cardarello acrescentam, quanto às novidades do estatuto, que “todo mundo sabe que o país não possui meios para pô-las em prática” (1999, p. 84). Somam-se a essas análises que os perfis procurados para adoção, que geralmente não priorizam crianças mais velhas e adolescentes, fazem com que muitos menores de idade passem quase suas vidas inteiras institucionalizadas, acabando por atingir a maioridade ali dentro (SILVA, 2010).

Na perspectiva de melhorar e efetivar as políticas de acolhimento institucional, foi construído o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e

¹⁰ O prazo de 1 ano e meio e as avaliações a cada 3 meses foram determinados na última alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 13.509, de 2017. Antes o prazo era de até 2 anos, com avaliações a cada 6 meses.

Adolescentes”, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em 2009, consequência da primeira alteração de destaque do ECA. Ele serve de base para orientar gestores e demais profissionais envolvidos no acolhimento institucional, fornecendo diretrizes de funcionamento. De acordo com o documento,

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (BRASIL, 2009, p. 63).

Assim, diferentemente da cultura dos orfanatos, as crianças e adolescentes institucionalizados devem frequentar a escola e outras atividades de lazer ou extracurriculares, bem como ter acesso à sua família, sempre que possível, e à comunidade (BRASIL, 2009). As instituições devem receber um limite de 20 acolhidos, sem fazer restrições quanto a sexo ou idade. Entretanto, é comum e acontecem em João Pessoa/Paraíba, restrições de perfil, diante da oferta de várias instituições para acolhimento. A equipe responsável pelo atendimento às instituições deve, de acordo com as Orientações Técnicas, ser formada por um coordenador, um profissional da área da Psicologia, um da área do Serviço Social, um da área de Pedagogia, e educadores sociais que se revezam por turnos nos cuidados do cotidiano dos acolhidos. Além disso, como já foi falado anteriormente, a gestão das instituições deve ser municipal ou por organizações não governamentais, que realizam cadastro junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do município onde atuam.

1.3. Acolhimento Institucional em João Pessoa/PB

As diretrizes contidas no documento apresentado acima direcionam o atendimento em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em todo o Brasil. Em João Pessoa, local onde está sendo realizada a pesquisa, o funcionamento da rede de proteção de crianças e adolescentes está organizado da forma descrita a seguir.

O Fórum da Infância e da Juventude de João Pessoa está dividido em duas Varas. A 1ª Vara da Infância e da Juventude é responsável pelos processos de medidas de proteção à infância e à adolescência. Tem um juiz titular e uma promotora, os quais trabalham em parceria no julgamento dos processos. Já a 2ª Vara da Infância e da Juventude cuida dos processos de medidas socioeducativas, referentes a adolescentes que cometem atos infracionais, e conta com uma juíza titular e um juiz auxiliar, devido à grande demanda de processos, além de duas

promotoras. Além dessa equipe da área de direito, existem ainda três defensoras públicas que atuam em todo o fórum, representando os adolescentes infratores e as famílias que são implicadas em violações de direitos.

A 1ª Vara, por sua vez, funciona dividida em três setores psicossociais. O Setor de Adoção é responsável pela habilitação de pessoas que desejam adotar, e pela aproximação e acompanhamento entre essas pessoas e crianças e adolescentes, de acordo com um perfil desejado pelas primeiras. O Setor de Guarda é responsável pelas medidas protetivas que não culminam em acolhimento institucional, pela avaliação e acompanhamento de pedidos de guardas de crianças e adolescentes que resultem de uma situação de violação de direitos, e pelo Projeto Acolher, que acompanha gestantes que expressam o desejo de entregar o bebê para adoção. No foco das medidas protetivas de acolhimento institucional, está o Setor de Acolhimento Institucional e Familiar.

O fluxo de funcionamento das medidas protetivas começa geralmente no Conselho Tutelar, através de alguma denúncia ou constatação de violação de direitos, de acordo com o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). O Conselho Tutelar deve encaminhar e tentar resolver a situação em âmbito local, sem que seja necessário chegar até o judiciário. João Pessoa conta com sete subconselhos, divididos por região, para melhor atender às demandas, são eles: Conselho Região Cristo, Conselho Região Valentina, Conselho Região Mangabeira, Conselho Sudeste, Conselho Norte, Conselho Sul, Conselho Região Praias. Atuam, através de cargos eleitos a cada dois anos, 42 conselheiros alocados em cada subconselho¹¹.

Algumas denúncias conseguem ser sanadas ou acompanhadas através de encaminhamentos à rede de saúde, de assistência social, e até mesmo mediações realizadas pelos conselheiros. Entretanto, se isso não é possível, é instaurado um processo de medida protetiva na 1ª Vara da Infância e da Juventude. A partir da medida de proteção de acolhimento institucional, a tutela da criança e do adolescente passa a ser do judiciário, e qualquer assunto referente à vida desse acolhido deve ser avaliado pelo juiz.

Para avaliar a situação de cada acolhido com vistas à saída da instituição, seja para retornar à família, seja para ir para adoção ou permanecer na instituição, existem as audiências concentradas, que acontecem a cada seis meses. Essas audiências acontecem nas próprias casas de acolhimento, com o objetivo de tornar o clima mais familiar, e para que as crianças e adolescentes não precisem se deslocar para o ambiente do juizado. Um mês antes das audiências acontecem as escutas das crianças e adolescentes por parte das equipes técnicas do judiciário e

¹¹ Informações retiradas do site <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedes/conselhos-tutelares/>

do Ministério Público. A equipe vai até as casas, realiza uma reunião com a equipe da casa e depois conversa com cada acolhido, se for do desejo deles. Estas são as chamadas escutas ou escutas pré-audiências.

No município de João Pessoa, lócus desta pesquisa, existem 9 instituições de acolhimento institucional e um serviço de família acolhedora. De acordo com o “Plano Municipal de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens”, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa (2015), e estão distribuídas da seguinte forma:

INSTITUIÇÃO	GESTÃO	PERFIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ¹²	QUANTIDADE DE ACOLHIDOS E ACOLHIDAS ¹³
CAM	Municipal	A partir dos 10 anos, sexo masculino.	2
CAF	Municipal	A partir dos 7 anos, sexo feminino.	9
CS	Não-governamental	A partir dos 7 anos, sexo masculino.	12
MR	Não-governamental	A partir dos 7 anos, sexo feminino.	5
CLM	Municipal	A partir dos 7 anos, ambos os sexos.	12
MB	Municipal	A partir de 7 anos, ambos os sexos.	13
CP	Municipal	De 0 a 18 anos, ambos os sexos.	7
LCJN	Municipal	De 0 a 12 anos, ambos os sexos	20
Fundação	Não-governamental	A partir de 11 anos, do sexo feminino.	13 adolescentes 6 crianças ¹⁴

¹² Apesar das Orientações Técnicas de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes recomendarem que todas as instituições não façam restrições de perfis de acolhidos e acolhidas, é comum em municípios com muitas instituições haver essa divisão. Atualmente em João Pessoa tem acontecido um Grupo de Trabalho para o reordenamento das instituições, buscando extinguir a diferenciação por idade e sexo nas instituições. Participam dela os órgãos envolvidos na Rede de Proteção, já citados acima.

¹³ Dados de 14/11/18, que variam diariamente pela saída e entrada de acolhidos.

¹⁴ Destas 6 crianças, 5 são filhos e filhas de jovens que estão acolhidas, com menos de 4 anos de idade, outro é um acolhido que tem várias complicações de saúde e, para ficar mais próximo de atendimento médico, está acolhido em João Pessoa em vez de Pedras de Fogo, onde fica a instituição Fundação Terra de Natividade, da mesma comunidade da Fundação São Padre Pio de Pietrelcina, que atende o seu perfil (criança do sexo masculino).

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este capítulo será sobre escolhas. No caso, as minhas escolhas desde a ida para a Antropologia até a decisão pela pesquisa de campo na Fundação, passando pela escolha de alguns posicionamentos meus diante da minha presença como psicóloga e pesquisadora, e pela definição do objeto dessa pesquisa. Destaco ainda a decisão pelo uso de algumas categorias ou nomenclaturas em detrimento de outras.

Isto porque a escolha pelo campo na Fundação resultou tanto de caminhos que foram aparecendo à minha frente, quanto de escolhas que se fizeram necessárias nessa trajetória do mestrado. Além disso, a própria escolha pela Antropologia como área de pesquisa também foi decorrente de minhas necessidades no que diz respeito a me aprofundar mais em temas que eram diários em meu trabalho. As inquietações diante das situações encontradas no trabalho como psicóloga da Vara de Infância da Juventude, as frustrações frente às falhas em políticas públicas e no judiciário ele mesmo, somaram-se a inúmeras reflexões sobre o desenvolvimento do meu trabalho e do meu papel como agente do estado.

Foi então que surgiu a necessidade de saber um pouco mais o que pensam os adolescentes acolhidos que se encontravam próximos de atingir a maioridade determinada no ECA. Desejava ouvir de outra forma, que não atravessada pelo estado, como sobrevivem, suas angústias e estratégias diante da maioridade. Pai antropólogo, irmão cientista social, melhor amiga (também psicóloga) cursando o mestrado em Antropologia na época. Envolvida neste ambiente, a Antropologia aparece como uma oportunidade de vivenciar a pesquisa acadêmica de outra maneira, uma maneira diferente do que havia sido minha experiência com pesquisa em Psicologia. A ideia de me aventurar na Antropologia veio, então, pelo fato de que a etnografia abriria a possibilidade de um contato maior e mais livre entre pesquisador e o campo de pesquisa (MAGNANI, 1997).

O trabalho etnográfico permite mais proximidade com as adolescentes e, também, a reflexão sobre meu lugar como psicóloga, pesquisadora e antropóloga, lançando-me sobre outras formas de pesquisa. O estudo etnográfico abre a possibilidade de um “olhar de dentro”, no momento em que permite o diálogo aberto entre os dados obtidos através do trabalho de campo, seus interlocutores e a teoria - sendo ela mesma a teoria, ou onde a própria teoria se aprimora a todo momento quando colocada diante de novos dados e novas experiências (PEIRANO, 2014). Além disso, possibilita o diálogo também entre pesquisador e sujeito, levando em conta a subjetividade de ambos. O fato de as interlocutoras saberem que eu era psicóloga do Setor de Acolhimento provocou sentimentos, sensações e questionamentos que

também foram decisivos nas minhas escolhas e, obviamente, na forma como se relacionaram com a minha presença e pesquisa do início ao fim do campo.

2.1. Ser Psicóloga Jurídica e aspirante a Antropóloga: Desafios de encontrar meu lugar

Desde o início do mestrado, uma questão me atormentava, especialmente porque vinha de alguns professores e colegas de turma: “Você vai estudar o que você trabalha? Como fica o distanciamento?”

Com o início das aulas, e as primeiras orientações, comecei a fazer observações no ambiente de trabalho, onde são discutidos os casos de todas as crianças e adolescentes acolhidos em João Pessoa. Em outubro de 2017, aconteceram as Audiências Concentradas, que se tratam de audiências periódicas, realizadas na época a cada seis meses, em que cada situação de acolhimento do município é avaliada por uma rede de profissionais que trabalham em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nas audiências, meu papel como psicóloga é o de avaliar previamente, em conjunto com uma equipe de outras psicólogas, assistentes sociais e pedagogas, através dos chamados estudos psicossociais, a situação de cada criança e adolescente, prezando sempre pela tentativa de saída deles do acolhimento, seja para retornar à família ou ir para outra família através de adoção.

Observar as audiências concentradas foi uma oportunidade de analisar o quadro do acolhimento institucional de uma forma geral, a fim de tentar delimitar em quais instituições seria realizada minha pesquisa de campo. Ao mesmo tempo, se mostrou um desafio, pois teria que desempenhar ao mesmo tempo dois papéis, por assim dizer. Tentei me afastar da participação como psicóloga naquele momento, e ficar numa posição de retaguarda apenas sentada, observando, porém, fui cobrada a fazer intervenções, visto que acompanhava boa parte dos casos. Além do que, em muitos momentos eu mesma fiz intervenções pois não consegui me ausentar de alguns casos os quais acompanhava.

O resultado foi uma primeira confrontação com as perguntas as quais a banca de seleção e outros colegas e professores me fizeram: como estar em dois papéis ao mesmo tempo? Como garantir o distanciamento do papel de “agente do Estado”? E como conseguir uma boa relação com os futuros interlocutores e com os funcionários das instituições, que me conheciam nesse lugar de psicóloga do judiciário? À luz de leituras de etnografias, discussões em sala de aula e nas orientações, percebi que seria melhor, dali para a frente, separar os espaços em que seria pesquisadora daqueles em que teria que atuar como psicóloga do judiciário, como forma de tentar, mais para mim mesma, delimitar essas funções. Para isso, explicitiei essa necessidade

para o juiz com quem trabalho e para minhas colegas, para que compreendessem meu “afastamento” em alguns momentos.

Após esse breve período de observações, decidi fazer a pesquisa em duas instituições: a Casa Masculina e a Fundação. Tentei escolher uma instituição municipal e uma não-governamental, uma com público masculino e outra com público feminino, a fim de fazer uma comparação entre as duas casas, no que diz respeito a essa preparação para a maioria.

Enquanto aconteciam os preparativos para as audiências concentradas, em abril do mesmo ano, adaptei meu projeto para apresentá-lo ao juiz, autoridade que me autoriza a entrar nas instituições, à Secretaria de Defesa Social do Município, órgão gestor da Casa Masculina, e à Coordenação da Fundação. Na visão do juiz, não seria necessária essa autorização pois eu já tinha acesso livre às instituições, mas achei que seria importante a solicitação oficial para que ficasse pontuado que minha ida como pesquisadora era diferente, inclusive do ponto de vista ético, do trabalho que desempenho como psicóloga jurídica. Quanto às instituições, enviei o projeto com a autorização do juiz, e marquei uma reunião com cada equipe técnica para explicar o que seria feito lá.

Ser psicóloga do tribunal de justiça e me propor a pesquisar no meu local de trabalho representou para mim alguns desafios. Primeiro, como já mencionei, fazer as minhas colegas entenderem a separação necessária entre campo e trabalho. Na minha primeira participação como pesquisadora nas escutas realizadas com cada acolhido antes das audiências, expliquei à uma das colegas psicólogas que estaria no espaço apenas observando e anotando, e em algum momento ela me disse: “Anota isso, isso é importante”. Foram necessários muitos momentos de reafirmação dessa minha diferenciação no espaço, mas com o tempo, percebi que foi ficando mais delimitada a minha postura como pesquisadora, e elas passaram a respeitar esse afastamento. Em outro momento, outra psicóloga chegou a pedir desculpas pois havia solicitado minha ajuda para a confecção de um relatório a respeito de uma das minhas interlocutoras. Para isso, entretanto, foi necessário de minha parte, também, não utilizar o ambiente do trabalho como espaço de pesquisa. Eu poderia ter buscado informações às quais tinha livre acesso nos processos das adolescentes, mas, apesar de conhecer um pouco de suas histórias através desses documentos, fiz a escolha de observar o cotidiano dos adolescentes.

O segundo e mais difícil desafio foi em relação a mim mesma. Como me abster diante de situações que fazem parte do meu trabalho, mas que, naquele momento, eu estava “ouvindo” e observando no papel de pesquisadora? Será possível mesmo desvincular a psicóloga da pesquisadora? Mariza Peirano (2008) indica que “a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão

(...) plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados” (p. 3-4). Com isso em mente, busquei ao máximo ir a campo, para observar aquilo que me era familiar (VELHO, 2004), na tentativa de estranhá-lo, transformá-lo em exótico e, principalmente, desnaturalizar o que era natural para mim. O trabalho da antropóloga é estar atenta a todo tempo ao que está acontecendo ao seu redor. Nessa aproximação, saí do patamar de denunciadora para entrar nesse lugar de observadora, tentando sempre me despir do olhar “jurídico” que busca determinar o que está dentro ou fora da norma, seja no que se refere à instituição, ao cumprimento do estatuto, seja possibilitando enxergar de outra forma aquilo já era natural para mim.

Patrice Schuch (2009) em seu livro sobre modos de governo da infância e da juventude no contexto do Pós-ECA, problematizou sua posição de antropóloga que pesquisava ao mesmo tempo os agentes do estado, e adolescentes infratores. Em uma de suas experiências de campo, foi confrontada logo por um adolescente que lhe perguntou “de que lado ela estava”, no caso, dos juízes, ou dele. A partir dessa experiência, refletiu que se localizava “entre” os dois lados. Ao ler esse texto, me reconheci também nesse “entre”. Assim como Schuch, transitar entre os dois lados, partindo da agente de estado em direção à pesquisadora/antropóloga, foi o que me possibilitou ter uma visão relacional das dinâmicas que envolvem a vida das adolescentes.

A preocupação em não fazer intervenções, ou melhor, não “participar”, e apenas observar, foi ao longo do tempo se dissipando, junto com a compreensão de que seria impossível essa neutralidade, principalmente por ter sido essa necessidade de entender de outro ponto de vista as políticas sobre a infância e a juventude que me mobilizou a realizar esta pesquisa.

Com a convivência com as interlocutoras, esse exercício de estranhamento foi se tornando mais reconhecível nas minhas observações. Conhecer-las a partir do que elas me traziam, e não mais através de falas da equipe técnica ou de relatórios anexados aos processos ajudou a me localizar no lugar de pesquisadora e conseguir internamente diferenciar meus papéis. Entretanto, preciso considerar que foi o meu trabalho como psicóloga do judiciário que me permitiu ter acesso dessa forma ao campo. Enquanto muitos pesquisadores passam por dificuldades para entrar nas instituições, as portas já se mostraram abertas para mim.

Há ainda um terceiro papel: além da psicóloga jurídica e da pesquisadora, o que a aspirante a antropóloga faz nessa história? Patrice Schuch, em seu trabalho sobre as práticas de justiça da infância e da juventude, coloca o papel da antropologia como possibilidade para tirar o foco da oposição entre estado e sociedade civil e regulações e policiamento das formas de ser família, trazendo a reflexão de que deve-se transformar o objeto tal qual se mostra em sua

complexidade (2009). Dessa forma, a antropologia contribui para que as pesquisas saiam um pouco desse papel de apenas celebração ou condenação, buscando desvendar e compreender as políticas públicas atuais em prol das crianças e adolescentes. Ainda, estar nesse lugar de aspirante a antropóloga me possibilitou inquietar-me com situações antes vistas como naturais no meu trabalho, e questionar de forma macro essas políticas.

2.2 A Escolha pela Fundação

Até abril de 2018, continuei realizando observações e conversas informais com acolhidos e acolhidas das duas instituições: Casa Masculina e Fundação. Estes encontros aconteceram de forma mais intensa este ano, a partir de março, onde ocorreram as escutas de preparação para as audiências que ocorreram no mês seguinte. As escutas são realizadas pela equipe da qual faço parte, com o objetivo de discutir com equipe técnica de cada instituição, crianças e adolescentes seus casos e possibilidades de encaminhamentos com vistas à desinstitucionalização. Duas vezes por ano, em março e em setembro, a equipe técnica do Setor de Acolhimento Institucional e Familiar – SAIF se dirige até cada instituição para realizar as escutas em conjunto com a equipe técnica da Promotoria da Infância e da Juventude.

Vale dizer que essa é uma metodologia construída pela equipe da 1ª Vara da Infância e da Juventude de João Pessoa, como forma de chegar às audiências já com alguns encaminhamentos que são apreciados e aprovados ou não pelo juiz da infância e da juventude. A ideia de escutar as crianças e adolescentes serve, a priori, para evitar o constrangimento de falar na frente de todo o público da audiência sobre suas vidas. Entretanto, minha impressão é de que o momento das escutas das crianças e adolescentes acaba sendo subvertido para uma “confirmação” daquilo que já foi decidido pela equipe, sem a presença dos acolhidos. Em muitas escutas que observei, algumas técnicas voltavam suas falas para críticas ao comportamento dos adolescentes, e minha sensação era a de que a equipe técnica da casa aproveitava as escutas para pedir indiretamente ajuda para lidar com os mais “desobedientes”.

Ao mesmo tempo em que fazia as observações nas escutas, tratei de providenciar as autorizações do juiz, da Prefeitura Municipal de João Pessoa, e da coordenação da Fundação, e parti para os preparativos para o início do campo. O primeiro movimento foi agendar uma reunião com coordenações e equipes técnicas da Casa Masculina e da Fundação. Reforcei várias vezes a necessidade de que a equipe (psicólogas e assistentes sociais), e os(as) educadores sociais estivessem presentes, pois nesse momento explicaria exatamente como seria minha

presença nas instituições, elucidando meus objetivos, meus limites e, especialmente, evidenciando que o papel não seria o de infiltrada do Setor de Acolhimento.

A primeira reunião foi na Fundação, feita apenas com a coordenadora, que me recebeu na sala destinada ao Serviço Psicossocial da instituição. Quando perguntei se estaria presente alguém mais, ela informou que repassaria as informações para o restante da equipe. Expliquei que meu desejo ali era observar e conversar com as adolescentes sobre suas vidas e seus anseios acerca da maioridade, buscando com isso ajudar a compreender o ponto de vista das adolescentes sobre a chegada aos 18 anos e as possibilidades de saída da instituição. Penha prontamente repassou quais seriam as adolescentes que se encaixam no perfil que eu buscava, ou seja, as que estavam em idade de buscar profissionalização, em torno dos 15 anos. Elucidei que o que seria observado ali ficaria no âmbito de pesquisa, e solicitei que isso fosse repassado às cuidadoras, para que não se sentissem fiscalizadas por uma funcionária do tribunal.

A conversa prosseguiu com a coordenadora trazendo assuntos sobre o acolhimento, com a situação de uma das crianças lá acolhidas, portadora de microcefalia. Perguntou se eu sabia de alguma coisa em relação à autorização do juiz para abrir um plano de saúde para ela. No momento acabei respondendo que não sabia, e que seria melhor ela buscar informações com as outras profissionais, educadamente indicando que agora eu não acompanhava mais os casos dessa instituição. Ela também comentou sobre o caso de uma das adolescentes que acabou por ser uma de minhas interlocutoras, e me vi obrigada a tecer alguns comentários sobre a situação, sobre o que sabia do caso. Esta postura perdurou até a finalização do campo. Sempre que tínhamos a oportunidade de conversar, eram trazidas questões que faziam mais referência ao juizado. Ao final da conversa pedi que fosse marcado um dia em que pudesse conversar com as adolescentes, para explicar a pesquisa, e ela ofereceu uma sala para que pudesse me reunir com elas.

A segunda reunião aconteceu na Casa Masculina, com a presença do coordenador, da psicóloga e de um dos educadores sociais. Da mesma maneira, expliquei como seria minha participação lá, e todos pareciam de acordo com o que havíamos combinado, e sobre a minha chegada na casa sem necessariamente prévia comunicação. O educador ainda completou que a pesquisa parecia ser bem interessante, pois a problemática do que fazer após a maioridade, segundo ele, é recorrente naquela instituição. A fala desse educador foi mais no sentido de inferir que os adolescentes não demonstravam muito interesse em estudos e trabalho, refletindo a visão de que os adolescentes são os únicos responsáveis pelo seu futuro, apesar das adversidades que os fizeram chegar ao acolhimento institucional. Pedi que o coordenador marcasse com os adolescentes uma reunião, assim como na Fundação, dessa vez para expor a

eles a proposta de pesquisa, explicar todos os detalhes e fazer os combinados para a realização da pesquisa. Poder conversar com quase toda a equipe, com exceção da assistente social que não pôde estar presente, e dos outros educadores devido a questões de horários de trabalho, me deixou mais tranquila por saber que todos estavam ali ouvindo minhas explicações.

Ainda no mês de março desse ano, consegui me reunir com as adolescentes da Fundação. Eram treze adolescentes bastante agitadas dentro da sala, e algumas ao me reconhecer do juizado, tiveram reações que para mim soaram como “lá vem essa mulher da Vara”, algo como cansaço ou conformidade com o que representa o meu trabalho. A sala em que estávamos era o consultório médico, um pouco apertado e com uma mesa grande e fixa que atrapalhava que ficássemos numa roda. As adolescentes foram chegando e buscando cadeiras, se apertando para caber na sala.

Como a reunião com elas aconteceu uma semana antes das escutas, existiam muitas expectativas de que eu estaria lá para fazer isso e, em parte, a agitação quanto à minha chegada teve ligação com a proximidade das audiências, momento em que seus casos seriam avaliados. Uma delas, Eliane, perguntou, em tom de estranheza, se eu havia ido sozinha (fazer as escutas) naquele horário (era perto de oito horas da noite), pois as escutas acontecem sempre na parte da tarde e com a presença de várias profissionais do juizado e da promotoria. Expliquei que, dessa vez, estava ali por outro motivo, e buscava tentar compreender melhor o cotidiano delas e o que elas pensam sobre suas vidas ali na Fundação, e como imaginam a vida após a saída de lá.

Perguntei se poderia ir visitá-las com certa frequência, e, quem sabe, acompanhá-las em algumas atividades de sua rotina. Combinei com elas que tudo que fosse dito ali não seria levado à Vara da Infância e da Juventude, pois a minha pesquisa não tinha relação com o trabalho. Foi difícil avaliar naquela primeira experiência de campo se realmente haviam compreendido essa separação, e muitas perguntas passaram por minha cabeça naquele momento: será que seria aceita no campo? Será que conversariam comigo e contariam coisas sobre suas vidas a uma pessoa que têm referência como aquela que analisa seus casos e, em suas visões, não ajudam em nada? Entretanto, não foi preciso pensar muito, a resposta veio quando Jennifer me perguntou quando seriam as escutas. Naquele momento só pude responder à pergunta, e esperar que tudo desse certo.

Outras também fizeram perguntas sobre as escutas e audiências, e foi visível a indignação de algumas delas diante da impossibilidade de retornar para suas famílias, e com o fato de que nas escutas eram feitas promessas de encaminhamentos por parte das equipes técnicas que, segundo elas, não eram cumpridas. Algumas promessas diziam respeito a poder

visitar ou receber a visita de familiares, outras faziam referência a matrículas em atividades no contraturno da escola, como cursos de dança e de artesanato.

O encontro com os adolescentes da Casa Masculina foi remarcado três vezes, por, pelo que disse o coordenador, dificuldades de reuni-los, e acabou só acontecendo no dia da audiência da casa, no final de abril, quando tive que aproveitar o final da audiência e os meninos se encontravam juntos no terraço da casa, para explicar o que seria a pesquisa. Eram cinco acolhidos na época, sendo que dois deles seriam reintegrados à família naquele dia. Outros dois estavam fumando num sofá no terraço da casa, e me sentei ao lado deles. O último, Danilo¹⁵, foi o único que pareceu se interessar pelo que eu tinha a falar. Era o único ali que havia conseguido um estágio no Adolescente Aprendiz, e estava sendo trabalhado pela equipe da casa para a saída com a maioria. Expliquei a pesquisa de forma semelhante como foi na Fundação, mas os combinados foram feitos praticamente apenas com esse adolescente, pois os outros dois apenas assentiram com a cabeça, e perguntei, também, se poderia visitá-los a partir daquele dia.

Enquanto tentava marcar esse encontro com os adolescentes da Casa Masculina, o campo já estava acontecendo na Fundação. Comecei indo para a instituição à noite, após o trabalho, pois sabia que seria o horário onde poderia encontrar todas em casa. Ao longo das observações e interações iniciais, alguns aspectos daquela instituição foram me chamando atenção como, por exemplo, a intervenção da religião na rotina delas, tendo em vista que a instituição é uma paróquia da igreja católica que também é uma instituição de acolhimento. As cuidadoras das adolescentes, incluindo a coordenadora, são missionárias que dedicam suas vidas àquela missão, e não trabalhadoras sociais como preveem as Orientações Técnicas.

Esta intervenção parecia interferir diretamente na vivência da sexualidade, maternidade e nas relações familiares das adolescentes. As normas e regras da casa quanto a lazer, namoros, vestimentas, horários e outros aspectos das rotinas das acolhidas, se assemelham aos conventos como instituições totais a que se refere Goffman (2003). O fato de a casa acolher apenas jovens do sexo feminino trouxe à tona também uma maior necessidade de minha parte em compreender como as relações de gênero são atravessadas pelas questões relativas aos governos sobre a sexualidade e da maternidade.

Além disso, por falas iniciais destas e pelos dados que me chegavam através da rotina do trabalho no juizado, observei que a casa não desenvolvia muitos trabalhos no sentido do retorno delas à sua família, e muito menos numa preparação para a maioria onde elas tenham

¹⁵ Todos os nomes que aparecem no texto são fictícios.

autonomia para gerir suas vidas de forma independente, como pressupõe o ECA. O que se espera da instituição é que ela promova o fortalecimento dos vínculos familiares, bem como a busca ativa de outros familiares que sejam possibilidades de saída da instituição. Além disso, a própria instituição tem estrutura para oferecer cursos de profissionalização que, segundo Penha, foram resultado de uma parceria com a prefeitura, que enviaria professores para lá. Jennifer me contou, uma vez em que conversávamos na calçada, no final da tarde, que o padre da paróquia, Padre Orlando, confortava-as dizendo que não se preocupassem, pois teriam teto e comida na Fundação. Ainda, as queixas das adolescentes durante as escutas eram frequentes quanto ao pouco ou nenhum contato com os familiares, bem como ao medo e insegurança em relação ao futuro.

Além do fato de ser um abrigo apenas para meninas, estas questões foram despertando mais e mais minha atenção, e me levaram a adotar, no fim das contas, a Fundação como único local de pesquisa, através de uma etnografia das jovens adolescentes acolhidas na instituição, desistindo da ideia de acompanhar a casa de rapazes.

Concomitante ao interesse cada vez mais crescente nas questões que foram surgindo na Fundação, que começaram a ir além das questões de maioridade e saída do abrigo e se abriram para a compreensão de outras formas de organização familiares, bem como o papel do controle da instituição na vida e na educação dessas jovens, fiz estágio docência com minha orientadora na disciplina “Família e Relações de Gênero”, do curso de graduação em Ciências Sociais, o que me abriu novas possibilidades em relação aos campos teóricos possíveis na minha pesquisa. As leituras e discussões de teóricas como Cláudia Fonseca, Lia Zanotta Machado, Miriam Grossi, Judith Butler, entre outras, me levaram a refletir sobre os papéis sexuais e de gênero reproduzidos nessa instituição, que refletem diretamente na forma de viver dessas adolescentes. A religião católica, apesar de não ser o foco deste trabalho, atravessa a vivência dessas jovens a partir do momento em que são cuidadas e educadas por missionárias dentro de uma paróquia. Os mecanismos de controle utilizados são colocados sob o nome de proteção, mas aparentam ter reflexos até mesmo no que diz respeito à saída da instituição.

Assim, fiz a escolha de etnografar sobre os percursos dessas adolescentes dentro do contexto em que se encontram, desde suas trajetórias de chegada à Fundação, suas vivências dentro da instituição e seus planos para a saída, levando em conta os atravessamentos referentes à família, sexualidade, gênero e autonomia.

A construção desta pesquisa se deu principalmente através de observações do cotidiano das adolescentes, tomando por base a observação participante, tal qual fundamentou Malinowski (1978). As conversas informais e a tentativa de conviver o maior tempo possível

com as interlocutoras, segundo Malinowski, me permitiram colher dados e informações mais profundas, que posteriormente serão analisadas a partir dos registros e atrelados às teorias (1978).

Para Becker (1993), o pesquisador ou observador ficará atento a esse cotidiano do grupo que estuda, buscando compreender comportamentos, o universo daqueles estudados, e descobrir quais interpretações esses interlocutores têm sobre os acontecimentos de suas vidas. Portanto, também utilizei o espaço das escutas, que consistiam em reuniões com as equipes técnicas da instituição e, posterior a ela, a escuta individual das adolescentes, para embasar as decisões do juiz durante as audiências concentradas; e as próprias audiências foram espaço de observações e diálogo com as adolescentes, entendendo que eram momentos importantes e que despertavam diversas reações por parte das adolescentes. Pude participar de três dessas escutas, sendo que na primeira apenas fiquei sentada num canto, observando ainda com o objetivo de levantar em quais instituições realizaria a pesquisa, em setembro de 2017. Na segunda, em março de 2018, já havia escolhido a Fundação e a Casa de Acolhida Masculina, e observei tanto dentro da sala onde ocorria a reunião quanto do lado de fora, com os adolescentes. Na última escuta que aconteceu durante o período de campo, em setembro de 2018, fiquei apenas do lado de fora, conversando com as adolescentes enquanto acontecia a reunião com as equipes e aguardando junto com elas o momento da escuta individual.

A fim de complementar a coleta de dados da observação participante, realizei entrevistas individuais para conhecer melhor as histórias de vida de cada interlocutora, bem como ter acesso à forma como viam as perspectivas de saída da instituição e como entendiam sua permanência lá. O emprego de entrevistas qualitativas de profundidade, de acordo com Gaskell (2013), “pode fornecer informação contextual valiosa para ajudar a explicar achados específicos.” (p. 66). Dessa forma, para obter informações e compreender as questões sobre a maioridade e a saída do abrigo, bem como aprofundar outras que foram se revelando no campo, essas entrevistas tiveram três perguntas guias: (1) Como você chegou até aqui?; (2) Como é morar aqui?; (3) O que você pensa sobre a sua saída da instituição. Dessas surgiram outras perguntas, e foi assim que pude conhecer suas histórias de forma diferente da que conhecia através da justiça.

2.3. Outras escolhas

Durante todo o curso do mestrado, me deparei com alguns questionamentos relacionados a alguns termos usados com frequência na pesquisa de campo e,

consequentemente, na escrita deste trabalho. Entre os mais utilizados, Acolhimento Institucional e Adolescente ou Adolescência, estavam evidentes em sua definição a partir do meu trabalho como analista judiciária e da minha formação como psicóloga. As leituras e algumas revelações do campo me fizeram questionar se esses termos deveriam continuar sendo utilizados nesta pesquisa. Foi importante sair das categorias da assistência social e me aproximar mais de categorias da antropologia tanto pelas problematizações que passei a fazer quanto a estes termos, quanto pela tentativa de utilizar termos que mais se aproximam do cotidiano delas (Malinowski, 1978). Por esses motivos, explico abaixo as justificativas para minhas escolhas: utilizar o termo Abrigo no lugar de Acolhimento Institucional, e acrescentar a categoria de juventude ao termo adolescência, chamando minhas interlocutoras de jovens adolescentes.

2.3.1. Acolhimento ou abrigo?

O primeiro texto do Estatuto da Criança e do Adolescente traz o termo abrigo para extinguir o uso do termo orfanato, que se refere a crianças e adolescentes que não têm famílias, são órfãos, numa lógica em que a institucionalização acolhia os menores de idade abandonados por suas famílias (RIZZINI, RIZZINI, 2004). Já na primeira alteração substancial do Estatuto, através da Lei 12.010, de 3 de agosto de 2009, conhecida como “Lei Nacional da Adoção”, foram feitas várias mudanças terminológicas e, entre elas, o uso do termo acolhimento institucional ou instituições de acolhimento em vez de abrigos. De acordo com a psicóloga França, essa mudança teve importância porque:

Ao se utilizar o termo abrigo, a primeira noção que nos vêm à mente refere-se à dimensão física deste espaço. De acordo com Antônio Houaiss, a primeira acepção do termo é “local que serve para abrigar”. Apenas por extensão ou figurativamente, o termo assume a acepção de “tudo aquilo que possa significar amparo ou acolhimento”. (2010, p. 2)

A partir das pesquisas de campo, passei a questionar se, de fato, existia em todas as instituições de João Pessoa, às quais tive acesso pelo trabalho no Setor de Acolhimento, essa noção de acolhimento à qual se referem os textos e trabalhadores sociais. Diante das dificuldades nas políticas públicas e do funcionamento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, passei a analisar que em muitos casos as instituições se resumiam a abrigos, no sentido de um lugar que oferecia teto e comida. Mas ainda assim não estava certa sobre qual termo deveria utilizar.

Apesar do cuidado ao adotar as terminologias, pensadas e elaboradas por grupos envolvidos com a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, Fonseca e Cardarello (1999) alertam para o fato de que essa “frente discursiva” apresenta dois lados. De um lado, é extremamente importante para as conquistas e mudanças no que diz respeito aos direitos humanos. De outro, pode acabar por reificar o grupo alvo dessa categorização, criando uma visão distante da realidade encontrada. Abrigo ou acolhimento, a imagem do senso comum acabava remetendo aos orfanatos de trinta anos atrás. Aliás, sempre que expliquei minha pesquisa nos mais diversos grupos que não os do trabalho utilizando o termo acolhimento, achavam que eu pesquisava adolescentes em conflito com a lei.

Decidi então observar o termo utilizado pelas minhas interlocutoras, como caminho para utilizar, como Malinowski (1978), o *termo nativo*. Não era comum ouvir esse termo vindo delas, mas trago duas situações em que o assunto surgiu. Na primeira, dois meses após ter começado a frequentar a casa, estávamos sentadas na sala onde se assistia à televisão. Sofia, Bianca e Eloísa estavam presentes, e Bianca estava reclamando das missionárias, que segundo ela eram muito chatas. Disse também que queria ir embora do abrigo. Eloísa comentou que gostava de morar no abrigo, ao que Sofia disse que também gostava, mas que na escola ninguém sabia que ela morava num abrigo, ela dizia para os amigos (é a única que estuda em escola particular, a única também que não vem de família de baixa renda) que estava temporariamente morando numa comunidade. Eloísa e outras também se referiam, principalmente em suas entrevistas, à casa como abrigo. Daí, estava decidido: abrigo foi o termo que mais escutei por parte delas e, dessa maneira, decidi me distanciar de um termo utilizado pela assistência social para tentar me aproximar do termo da vivência delas.

A segunda situação aconteceu já no último mês de pesquisa. Cheguei à noite na casa e, com exceção de Nega e Loreana, todas estavam se juntando na sala de TV para assistir a uma série na Netflix, *Riverdale*. Sentei junto com elas no sofá e Mel me disse que todas estavam viciadas na série, perguntando se eu também a assistia. Pamela estava do meu lado, dando comida a seu filho, Pedro, e aproveitou para me contar como tinha sido o Natal junto com a família, na sua cidade. Ela disse que estava ansiosa para sair do abrigo. Nisso, Eloísa, que fazia um penteado em sua irmã, Eliane, corrigiu-a dizendo “a gente não mora num abrigo, isso aqui não é abrigo, é uma instituição de acolhimento”. Não consegui perguntar nada sobre o assunto, pois a série havia começado e Mel pediu que todas fizessem silêncio.

Acredito que Eloísa tenha aprendido o “novo” termo com alguma das missionárias ou técnicas da instituição, mas tendo em vista que a minha escolha também é uma pontuação quanto à eficácia da mudança de termo de abrigo para acolhimento, na prática, decidi continuar

utilizando o termo abrigo nesse texto. Portanto, a partir de agora, essa será a forma como farei referência à instituição de acolhimento.

2.3.2. Adolescentes ou Jovens?

Philippe Ariès afirma que “a idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de outro mundo, o da exatidão e do número.” (1981, p. 2). Partindo dessa premissa, que já foi levantada anteriormente, de que a idade, as categorias de idade como conhecemos hoje, são frutos de construções sociais complexas, elucido a seguir a escolha que tomei em relação ao termo utilizado neste trabalho.

A questão quanto a qual termo utilizar foi ainda mais complexa para mim, pois os termos se contrapõem no que diz respeito à área de estudo a que pertencem. No momento de decidir como categorizar o grupo estudado, muitas questões surgiram. A adolescência é uma categoria das ciências médicas, pois representa os aspectos psicobiológicos de uma fase do desenvolvimento humano. O termo adolescência foi, portanto, emprestado pelas ciências jurídicas, na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina que a fase se inicia a partir dos 12 anos completos e termina aos 18 anos.

A categoria juventude, ou de jovens, é utilizada nas Ciências Sociais, principalmente na Antropologia e na Sociologia. A juventude trata-se de uma categoria que pressupõe vários outros pontos além do desenvolvimento psíquico e biológico, uma categoria social que leva em conta diversos outros recortes como geração, classe social, raça, gênero e sexualidade, por exemplo.

O grupo estudado é regulado pelas definições do que seria adolescência (período compreendido entre 12 e 18 anos¹⁶), e chegou até o abrigo em que foi realizada a pesquisa por se enquadrarem neste perfil, de acordo com a legislação. Ao mesmo tempo, este grupo está localizado em atravessamento com diversas questões sociais: a sexualidade – grávidas e/ou vítimas de violência sexual; baixa renda; raça – maioria negras; baixa escolaridade; e dinâmicas familiares que desviam do que se estabelece no Estatuto. Assim, em meio a essas opções de categorias, escolhi utilizar o termo jovens adolescentes, demarcando a interseção entre as duas. Da mesma forma que em relação ao uso do termo abrigo, esse texto utilizará jovens adolescentes para se referir às interlocutoras.

¹⁶ Com exceção de Ana, que completou 12 anos após o término da pesquisa, mas está no abrigo para ficar junto com sua irmã, Nega, conforme sugere o ECA, para que grupos de irmãos permaneçam juntos.

É necessário destacar também que o marco que regula ou reúne essas jovens adolescentes não é somente a questão da idade. A situação em que se encontram as interlocutoras é atravessada pela tutela do estado. Assim, é importante ter em mente essa hibridez do campo, em que farei a tentativa de descolar a categoria adolescente, que as leva à institucionalização nesse abrigo especificamente, para trazer como marco principal a institucionalização em si.

2.3.3. Uma última escolha – os nomes fictícios.

Desta vez, essa escolha não foi guiada por dúvidas ou questionamentos, mas apenas por uma boa ideia oferecida pela antropóloga Danielma Corrêa (2013), em sua pesquisa de mestrado realizada em um abrigo de Natal, Rio Grande do Norte. Assim como a autora, pedi às jovens adolescentes que escolhessem que nomes queriam que aparecesse na dissertação, explicando a elas que, como já sabiam, algumas de suas histórias seriam contadas nessa pesquisa, mas que, para proteger suas identidades, utilizaria os nomes que escolhessem naquele momento.

O anúncio da minha proposta foi feito enquanto as interlocutoras terminavam o jantar. Nem todas estavam presentes, mas as que ali estavam estranharam e pediram que eu explicasse melhor (“Como assim, tia?”). Expliquei que gostaria que elas escolhessem apelidos para si mesmas e, no caso das mães, para suas filhas também. Duas delas, Jujuba e Bianca, saíram do refeitório, dizendo que não escolheriam nomes para si. Pamela, na época grávida, permaneceu no refeitório, mas também disse que não queria escolher um nome. As outras se empolgaram com a atividade, e davam sugestões umas às outras, ao mesmo tempo em que criticavam e faziam chacota dos nomes escolhidos. Uma delas, que escolheu o nome Jennifer, recebeu comentários das outras:

Mel: A gente vem com tanto nome bonito, ela vem com Jennifer
Eliane: Tem uma Jennifer que eu conheço que é o diabo.
Jennifer: Eu não sou o diabo.
Eliane: Parece que é sapatão, ela.

Percebi que essa atividade simples fez com que as jovens adolescentes se engajassem, sinalizando também, pela recusa de algumas, que não estavam muito interessadas em compartilhar suas histórias comigo. A atividade também serviu para que pudesse observar algumas formas de se relacionarem, a parceria de umas, a exclusão de outras, por exemplo.

Como nem todas haviam escolhido seus nomes fictícios, e mais quatro jovens adolescentes e uma bebê chegaram ao abrigo, na despedida do campo fizemos uma revisão dos nomes, e todas que faltavam escolheram seus nomes, inclusive Jujuba, Bianca e Pamela, que haviam se recusado da primeira vez. Acho interessante contar uma situação engraçada que aconteceu nesse segundo momento de escolha dos nomes. Jennifer, que havia escolhido o nome sem pensar muito na primeira vez, recuou e não queria mais esse nome. Eu repeti os nomes que cada uma já tinha escolhido, sem, entretanto, mencionar que poderiam ser trocados, e quando li o nome Jennifer, esta fez uma cara de desaprovação, e todas as outras começaram a rir do nome. Logo entendi que a desaprovação tinha como motivo a música do cantor Gabriel Diniz, em cuja letra ele diz que está apaixonado por uma mulher chamada Jennifer, que conheceu no aplicativo de relacionamentos Tinder. Essa música chegou ao topo das paradas musicais no Brasil, gerando inúmeros memes na internet e piadas com as mulheres chamadas Jennifer. Assim, Jennifer pediu que seu nome fosse trocado, e sugeriu Damisan, explicando ser uma personagem de um desenho japonês.

3. ENFIM, CHEGAMOS

Depois de descrever as escolhas que me levaram até a Fundação e ao uso de alguns termos em detrimento de outros, dedico este capítulo a apresentar a instituição e minha chegada ao campo, apesar do capítulo anterior já fornecer algumas pistas e, principalmente, apresentar as jovens adolescentes que me acompanharam como interlocutoras desta pesquisa. Nessa apresentação, trarei reflexões sobre os motivos que as fizeram chegar à institucionalização.

O campo na Fundação teve início em abril de 2018, e foi fechado em março de 2019, completando quase um ano. Nesse período, frequentava o abrigo duas ou três vezes por semana, indo algumas vezes nos fins de semana. As idas não eram avisadas a Penha, coordenadora, tendo em vista que combinamos na reunião que aconteceu em março de 2018 que eu poderia ir quando quisesse, sem ser necessário aviso prévio. O acesso livre, garantido também por eu ser psicóloga do tribunal, possibilitou que eu observasse diversos momentos das rotinas das jovens adolescentes. Acompanhei as escutas e as audiências e participei de festas do abrigo, além de ter várias conversas com as interlocutoras ao longo desse período. Optei por etnografar as jovens adolescentes, entretanto, alguns outros interlocutores e interlocutoras podem aparecer nesse texto, de acordo com suas contribuições no campo.

3.1. A Fundação

O abrigo escolhido como campo para a realização deste estudo etnográfico, como visto acima, tem sua gestão através de uma fundação criada por uma comunidade da igreja católica. Através de entrevista com Penha, coordenadora da instituição, foi possível traçar um histórico até chegar ao atual funcionamento do local onde se realizou a pesquisa.

A comunidade surgiu em outro Estado, a partir da Paróquia do Padre Orlando. A paróquia iniciou o trabalho de creche gratuita para as crianças de famílias de baixa renda de uma comunidade próxima à igreja. Começaram a aparecer problemas financeiros quanto à manutenção da creche e, por isso, acabaram encerrando as atividades, mais ou menos em 2009. Nessa época, o Padre Orlando foi convidado a vir para João Pessoa, inicialmente com mais dois missionários. A pedido da Missão que os convidaram, fundaram um espaço de acolhimento de mães e filhos em um município pequeno no interior da Paraíba. Depois de um ano, algumas crianças começaram a apresentar sintomas de hepatite, e chegou-se à conclusão de que o problema estava na água da fazenda onde funcionava a instituição. Por esse motivo, tiveram que sair da fazenda.

Então, uma senhora da paróquia doou um terreno, onde foi fundada a Fundação, em uma fazenda, localizada numa cidade próxima a João Pessoa, que ainda funcionava com o propósito de acolher mulheres maiores de idade e seus filhos. Segundo Penha, a dificuldade maior desse tipo de acolhimento era que as mães fugiam e deixavam seus filhos aos cuidados da Fundação, porém eles não possuíam autorização para acolher menores de idade. A pedido do Padre Orlando, Penha, também missionária, veio morar em João Pessoa, para dar início ao serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

A comunidade foi crescendo cada vez mais, e realizando diversas atividades caritativas, como pastorais de rua, que distribuem alimentos e evangelizam em bairros de baixa renda de João Pessoa. Penha contou que o juiz da Infância e da Juventude da época pedia insistentemente que a fundação passasse a acolher adolescentes e crianças. Depois de um tempo, decidiram aceitar o pedido, fizeram o cadastro junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, e passaram a funcionar como abrigo.

Ela contou que tinham pouca estrutura, e aguardaram por três meses até que chegou a primeira jovem adolescente, encaminhada pelo juiz de João Pessoa. Essa jovem adolescente era, nas palavras de Penha, muito problemática, chegando a praticar automutilação, o que causou muitos transtornos para a Fundação. Daí, a fim de oferecer um serviço de acolhimento

institucional mais adequado, mudaram-se oficialmente para a fazenda, onde haveria espaço para abrigar crianças e adolescentes, de ambos os sexos.

Porém, os(as) missionários(as) e o Padre Orlando perceberam que não estava funcionando misturar meninas e meninos no mesmo lugar, mesmo que tivessem quartos separados. O medo, ela contou, era que virassem uma “fábrica de bebês”. Foi então que conseguiram comprar o terreno onde hoje funciona a Fundação, através de doações dos membros da comunidade católica, e construir a casa como ela é agora. Migraram então as jovens adolescentes, a partir dos 12 anos, para a nova Fundação, e permaneceram na fazenda as crianças e os jovens adolescentes do sexo masculino.

O terreno onde funciona a Fundação tem aspectos peculiares, que me saltaram aos olhos mesmo antes de iniciar a pesquisa. Ao contrário do que dizem as orientações técnicas, de que a instituição de acolhimento deve se aproximar o máximo possível de uma residência, a Fundação é ao mesmo tempo abrigo e a paróquia do Padre Orlando. Isto significa que, além de ser a casa das interlocutoras, é local de diversas atividades religiosas, inclusive missas, que envolvem ou não as abrigadas, além de ser a residência também das missionárias que são responsáveis pelos cuidados do serviço de acolhimento. Nos abrigos que seguem as orientações técnicas para acolhimento de crianças e adolescentes, o regime de cuidados é revezado por educadores sociais contratados, através de plantões. Durante todo o tempo, inclusive no período noturno, devem ter educadores, na proporção de um para cada 10 abrigados (2009).

Do lado de fora, percebe-se de longe uma estrutura com muros muito altos, com a imagem de uma santa pintada junto com a identificação da instituição. Na guarita elevada ao lado do portão eletrônico de ferro, um vigilante, contratado pela fundação, controla a abertura e fechamento do portão, e tem visão total de quem se aproxima. Essa vigilância é favorecida pelo fato de que não existem construções ao redor do prédio. Porém, sempre que estive lá, percebi que o portão ficava aberto, a não ser a noite, e o vigilante não pedia às pessoas que se identificassem antes de entrar. Bom, levando em conta que as pessoas que vi entrarem eram todos membros da comunidade ou pessoas que iam participar das missas, que acontecem sempre às quartas e aos domingos, me perguntei qual seria o recorte das pessoas impedidas de entrar livremente. Acredito que o objetivo principal era manter as jovens adolescentes do lado de dentro, mas ainda não entendia, além de medidas corriqueiras de segurança, se existiam pessoas específicas a serem mantidas do lado de fora. Câmeras de vigilância nos portões reforçam a segurança. A visão ao adentrar o portão mostra, geralmente, uma van utilizada na pastoral de rua. Lá se reúnem os missionários que fazem o trabalho para saírem com a van, e ela fica estacionada lá dentro quando não está sendo utilizada.

Ainda, do lado direito, existe um espaço com uma cozinha, uma churrasqueira de tijolos, e algumas mesas e bancos de cimento. Nessa espécie de lanchonete, as interlocutoras, junto com as missionárias, vendem lanches durante as missas. Mel explicou que os lanches, bolo, sanduíches, salgados e sucos, são feitos pelas que gostam de cozinhar, com ajuda das missionárias, e cuidam das vendas aquelas que são consideradas responsáveis, como ela, Eliane e Elisa. Essa é uma das formas que a fundação tem de arrecadar dinheiro para gastos cotidianos das moradoras da casa, como itens de higiene e outros artigos pessoais que desejem.

Logo à frente, um jardim bonito, bem cuidado, com flores e um altar. Este é o jardim da casa principal da Fundação, como é conhecido o lugar onde moram as missionárias. A casa é grande e tem cinco quartos. Quando iniciei o campo, um deles era o quarto do Padre Orlando, que geralmente fica fechado por conta de suas constantes viagens em missão. No outro quarto, ficavam duas crianças, Mateus e Tiago. Mateus, três anos, é filho de uma das jovens adolescentes, Loreana, e Tiago, dois anos, que antes estava abrigado na Terra de Natividade, veio para a Padre Pio pela proximidade de hospitais. Os dois têm microcefalia e outras complicações consequentes da condição. Duas missionárias dormem com eles no mesmo quarto, enquanto as outras três dividem o outro. Próximo a esses quartos há um altar, com velas e imagens de Nossa Senhora, e existe ainda uma capelinha utilizada para algumas atividades. Lá dentro as luzes são mais baixas, não existem cadeiras, e de um lado, uma imagem de Jesus Cristo cercado de velas.

No meio, dando acesso aos três quartos e à capela, localiza-se uma sala com três sofás grandes, ponto de encontro de todas que ali moram, inclusive as jovens adolescentes. Desta sala se observa ainda uma salinha de televisão, com um sofá grande, sempre com luzes apagadas, onde todas assistem à TV. Há ainda uma sala de jantar com uma mesa grande e alguns armários que, pelo que pude observar, as jovens adolescentes utilizam para estudar. O computador fica localizado nessa sala. A cozinha fica colada à sala de jantar, e nela há uma saída de fundos que leva até uma despensa onde ficam alimentos e produtos de limpeza e higiene, que fica sempre fechada a chave. Antes de chegar até a despensa, fica o último quarto, onde dormem duas jovens adolescentes, uma delas com seu filho nascido há alguns meses. As duas dormiam nesse quarto, separado da área dos quartos das outras meninas por dois motivos diferentes: Pamela estava com Pedro recém-nascido, e precisaria de um ambiente mais tranquilo e sem escadas para facilitar os cuidados, além de ficar mais perto das missionárias em caso de necessidade. Nega foi separada das outras meninas como forma de separá-la de Eloísa, sua namorada.

Da cozinha, se acessa a parte de dentro da instituição, mas antes de chegar nela, voltemos ao jardim na entrada. Seguindo em frente, numa garagem comprida que dá acesso à

parte de dentro, após o jardim, encontra-se um mostruário de lanchonete, e durante as missas e outras atividades a Fundação vende lanches que são revertidos para a fundação. Logo em seguida, há um quiosque de artigos religiosos, como livros, terços, imagens, entre outros, que também funciona durante as missas e atividades. Em frente a elas, nas paredes da garagem, existem vários quadros de fotos de atividades realizadas pela paróquia. Algumas fotos são das jovens adolescentes, mas a maioria mostra atividades com os membros da paróquia.

Prosseguindo ao longo da garagem, vê-se várias cadeiras de plástico empilhadas nos cantos, utilizadas durante as missas, que são bastante famosas e apreciadas em João Pessoa. Sempre que fui lá durante as missas, existiam pessoas sentadas até quase no portão. A garagem vai então se abrindo e do lado direito encontro mais uma cozinha industrial, utilizada para fazer as comidas das atividades e festas da Fundação. Em seguida, ainda do lado direito, estão duas salas: uma guarda os materiais da Pastoral de Rua, e outra, a sala do serviço social, guarda os documentos das abrigadas e serve de local para reuniões da equipe técnica.

A Fundação tem vários níveis de piso. De costas para a rua, olhando da garagem, vê-se uma rampa de acesso a um subsolo, uma rampa de acesso ao primeiro piso e, ao lado direito, o salão paroquial e as salas de atendimento e cursos. Um altar muito grande localizado num canto, e um salão também grande, que fica livre quando não há missa, e serve de espaço de brincadeiras para as jovens adolescentes e suas filhas. Atravessando o salão, encontramos um banheiro de uso público, e quatro salas, uma ao lado da outra: consultório médico, consultório odontológico, sala de computação, sala de costura e sala de música.

De acordo com a coordenadora, existia uma parceria, que se iniciou em 2017, com a Prefeitura Municipal, onde a Fundação ofereceu a estrutura para cursos profissionalizantes, e a primeira cedia professores que iam até lá. Aos poucos, afirmou, eles foram parando de ir e as salas ficaram subutilizadas. Os tratamentos médicos e odontológicos são oferecidos por missionários que frequentam a paróquia, como voluntários, mas não existe uma constância nos atendimentos, pelo que foi dito.

Descendo ao subsolo, existem mais três salas. Uma delas é o espaço das crianças, com brinquedos e estrutura para recreação. A segunda é um depósito, ou almoxarifado, e a terceira, uma sala de aula onde as jovens adolescentes recebem aulas de reforço. Subindo, encontra-se à direita quatro suítes distribuídas ao longo de um corredor estreito e pouco iluminado. As jovens adolescentes se dividem nos quartos de acordo com sugestões das missionárias e com suas afinidades. Do lado esquerdo da rampa, existe uma pré-sala, também pouco iluminada, com um sofá e um banheiro que não é utilizado. Adentrando a pré-sala, vê-se o refeitório, a cozinha, local onde é preparada a comida das jovens adolescentes e onde elas fazem suas refeições, e a

lavanderia. São três mesas grandes, com oito bancos em cada uma, e um buffet onde é servida a comida.

Ainda há um último nível, com acesso de escada ao lado do corredor de quartos. Trata-se de um auditório que funciona para o lazer das jovens adolescentes, para reuniões de missionários, para a realização das audiências e, descobri em um dos dias em que fui lá, que também é cedido para pessoas de fora que queiram fazer atividades.

A Fundação conta com uma psicóloga, uma assistente social, um motorista, uma cozinheira e uma auxiliar de serviços gerais. Estes são os funcionários contratados pela fundação. A coordenação da casa e o papel de cuidadoras ou educadoras é realizado por quatro missionárias de vida da fundação. A coordenadora da casa é assistente social, e vale destacar que de acordo com a legislação é obrigatório que essa função seja desempenhada por alguém com formação superior. Portanto, foi por esse motivo que a coordenadora Penha buscou obter seu diploma em Serviço Social.

As missionárias merecem um destaque importante nessa pesquisa, apesar de pouco ter tido contato com elas, a não ser com a coordenadora. Estas são “Missionárias de Vida”. Como elucidou Penha, são mulheres que dedicam suas vidas à caridade, abrindo mão de bens materiais e matrimônio. Foram quatro missionárias enquanto estive por lá. As quatro, somadas à Penha, também ficam abrigadas com as jovens adolescentes, e têm suas rotinas e estilo de vida parecidos com o das jovens adolescentes, a não ser pelo fato de que têm acesso a celular e redes sociais, ao contrário das meninas. Além das missionárias de vida, existem também os “Missionários de Aliança”, que são pessoas voluntárias da paróquia, que possuem compromisso com a caridade. Eles desenvolvem diversas atividades, de lazer e religiosas, e mantêm um contato direto com as jovens adolescentes, inclusive muitos são padrinhos e madrinhas de batismo delas e de seus filhos. Estão sempre presentes em festas de aniversários das abrigadas e no cotidiano delas.

A rotina do abrigo inclui a ida à escola, levar as crianças à creche, no caso das que são mães, e atividades dentro e fora da casa. Em comum, todas participam da organização do abrigo, num sistema de escalas organizado pela equipe técnica e repassado para elas. A escala inclui arrumar o refeitório e a cozinha após as refeições (cada uma lava sua louça), limpar os próprios quartos e banheiros e guardar as cadeiras após as missas, que acontecem às quartas e domingos. As jovens adolescentes incluem “fazer a escala” em suas atividades diárias, e algumas vezes em que perguntei por algumas delas, a resposta era “Ela tá fazendo a escala dela”. Como forma de arrecadar dinheiro extra, que serve para comprar itens não essenciais tanto para as missionárias quanto para as abrigadas, as mulheres da Fundação confeccionam artigos de

decoreção para festas de aniversário, batizados e outros eventos. Participam as jovens adolescentes que gostam da atividade.

Além dessas atividades, todas frequentam o reforço escolar, que acontece nas terças e quintas, uma turma de manhã e outra à tarde, para que sejam contempladas as que estudam em ambos os turnos. Uma atividade relatada por todas as jovens adolescentes são os “Momentos”. O que consegui compreender por suas falas, foi que os “Momentos” são rodas de conversa propostas pelos missionários de aliança, para falar sobre assuntos variados e dar conselhos. Existem também atividades pontuais promovidas pelos missionários, como teatro, arte e música, que geralmente acontecem para apresentar alguma produção em datas comemorativas do catolicismo.

3.2. Apresentando as interlocutoras

Neste ponto apresentarei as interlocutoras desta pesquisa, trazendo os motivos para que tenham chegado até o abrigo. Porém, farei isso trazendo informações e a perspectiva institucional do acolhimento delas. O objetivo é mostrar as informações do ponto de vista de quem intervém na vida dessas jovens adolescentes para, posteriormente, mostrar de forma reflexiva o que elas trazem a respeito de suas vidas e sobre o acolhimento, à medida em que foram compartilhando essas informações durante o trabalho de campo.

Para tal, resumirei as informações que obtive através das escutas e das audiências, sempre dos agentes que participam da proteção desses jovens adolescentes (juiz, promotora, equipes do abrigo e do setor de acolhimento). Utilizarei também algumas informações do Quadro Demonstrativo¹⁷ elaborado por cada equipe técnica de cada instituição de acolhimento, antes das escutas para as audiências concentradas. Nesse quadro constam as seguintes informações: (1) nome, idade, data do acolhimento; (2) situação do acolhido na instituição; (3) situação familiar; (4) necessidades e (5) providências.

A escolha por buscar esses dados se deu após a conclusão do campo, de forma que foi importante para não influenciar a pesquisa de campo com mais informações do que aquelas que já tinha sobre as jovens adolescentes.

¹⁷ O Quadro Demonstrativo também foi criado de forma a sistematizar as informações importantes para as audiências concentradas, em acordo entre as equipes dos abrigos de João Pessoa e equipes do Ministério Público e do Setor de Acolhimento. Solicitei autorização para utilizar os dados do quadro, que foi obtida diante do acordo de não utilizar informações que possam identificar as interlocutoras.

O grupo de interlocutoras desta pesquisa se manteve basicamente o mesmo entre o final de 2017 até o final de 2018, com treze jovens adolescentes, além de cinco crianças, filhos delas¹⁸. Quatro outras jovens adolescentes entraram na Fundação entre dezembro de 2018 e abril de 2019, quando estava já em vias de finalizar o campo. Estas serão apresentadas ao longo do texto, pois estarão presentes em situações que serão analisadas neste trabalho.

Elisa

Elisa tem 16 anos, e foi acolhida há três anos na Fundação, já oriunda de outro abrigo em João Pessoa, devido a problemas de adaptação às regras do abrigo. Não tem familiares que possam ficar com ela e não recebe visitas desde que chegou à Fundação. Teve um irmão adotado ainda bebê, e já tem um longo histórico de institucionalização por negligência familiar.

Nega

Nega tem 14 anos e está acolhida desde maio de 2017. Morava com o pai em outro município da região metropolitana de João Pessoa e sua mãe a abandonou desde que era criança. Foi trazida para a Fundação pelo Conselho Tutelar da cidade em que morava, por ter sido abusada sexualmente pelo pai, que até hoje está foragido da polícia. Recebe visitas da mãe, quando esta vem visitar sua irmã, Ana, que também é acolhida na Fundação, e tem uma tia paterna que tem o desejo de ficar com sua guarda.

Eliane

Eliane fará 15 anos este ano, e está acolhida há três anos. Foi encaminhada para acolhimento junto com sua irmã, Eloísa, de outro município, após o padrasto ter sido acusado de violência sexual contra as duas. Morava com a mãe, o padrasto e irmãos. Os dois primeiros estão presos e os irmãos residem com seus respectivos pais. Eliane chegou ao abrigo grávida de cinco meses do padrasto, e sua filha, Esmeralda, 2 anos, mora com ela no abrigo. Não recebe visita de familiares.

Eloísa

¹⁸ As crianças não são minhas interlocutoras, mas aparecem em muitas das situações com as quais me deparei, e estarão presentes em algumas discussões que se seguirão.

Eloísa completou 18 anos e chegou junto com sua irmã, Eliane, há três anos. Também estava grávida do padrasto, assim como a irmã, e sua filha, Katelyn, tem hoje 2 anos e mora na Fundação. Da mesma forma que a irmã, não recebe visita de familiares.

Pamela

Pamela, 16 anos, chegou à Fundação há um ano e meio, transferida de outra instituição, em outro município da Paraíba. Essa transferência ocorreu após a descoberta de que estava grávida, tendo em vista que a instituição não atendia ao perfil de adolescentes gestantes. Antes de ser acolhida, morava com os avós, que são idosos e, portanto, não têm condições de cuidar dela. Seu filho, Pedro, tem um ano e mora com ela. O pai de Pedro não reconhece a paternidade, e supostamente a avó dele tem interesse em ficar com o neto, apesar de não ter procurado a equipe do abrigo.

Ana

Ana tem 12 anos e está na Fundação desde fevereiro de 2018. Foi acolhida oito meses após sua irmã, Nega, por denúncia de abuso sexual por parte de um vizinho. Morava com o pai, a mãe e irmãos, que a visitam algumas vezes, porém moram no mesmo lugar que o abusador, que está em liberdade. Ana morava com os pais em um município vizinho ao de Nega.

Siimpson

Siimpson passou três anos acolhida na Fundação e mora atualmente em outro município, em um apartamento alugado. Foi encaminhada através do Conselho Tutelar do município de origem, na região metropolitana de João Pessoa, pois estava sendo negligenciada nos cuidados à sua saúde, tendo em vista que é soropositiva. Sua mãe é falecida e o pai já era bastante idoso, vindo a falecer em 2017. Tem dois irmãos, um dos quais mora na cidade de origem da família, e o outro mora na mesma cidade que ela.

Sofia

Sofia completou 18 anos e foi acolhida em janeiro de 2018. Foi encaminhada para a Fundação pois contou ao seu namorado na época que seu pai abusava sexualmente dela. O namorado contou à mãe que denunciou o caso ao Conselho Tutelar. Foi adotada aos sete anos em outro Estado, e morava anteriormente com o pai, a mãe, outro irmão adotivo e uma irmã, filha biológica do casal. Foram feitas tentativas de restaurar o vínculo entre a família, sem sucesso, e Sofia hoje se encontra com seus irmãos em visitas semanais na 1ª Vara da Infância e da

Juventude. Tem contato com uma tia que mora em outro Estado e que deseja que Sofia vá morar com ela.

Bianca

Bianca tem 15 anos e foi transferida há dois anos e três meses, junto com sua irmã, Jujuba, de outro abrigo, pois eram adolescentes e o abrigo anterior atendia apenas o perfil de até 12 anos. As duas estão acolhidas há muito tempo, e têm três irmãos menores que foram adotados juntos. Moravam todos com a mãe, que não tem condições psicológicas e sociais de cuidar dos filhos. Bianca recebe visitas tanto da mãe quanto do pai, de forma eventual.

Jujuba

Jujuba tem 19 anos e atualmente está acolhida num abrigo de adultos em João Pessoa. Tem contato com a irmã, Bianca, e com os pais, que a visitam de forma eventual.

Damisan

Damisan tem 18 anos e está na Fundação há dois anos e meio. Foi acolhida pois não tinha familiares que pudessem ficar com ela. O pai e a mãe são falecidos e a irmã com quem morava não a quer mais na casa, pois Damisan afirmou que estava grávida do cunhado, o que gerou conflitos familiares. Hoje tem contato por telefone com essa irmã, que a visita raramente. Sua filha, Juliete, tem dois anos e mora também na Fundação.

Loreana

Loreana tem 19 anos, acolhida há três junto com seu filho, Mateus, 4 anos. Vem do interior da Paraíba, e o motivo de seu acolhimento foi a falta de condições de sua família em cuidar tanto dela quanto da criança. Os dois são portadores de necessidades específicas. Ela é diagnosticada com deficiência intelectual moderada, e seu filho teve paralisia cerebral e microcefalia. Recebe eventualmente visita de familiares.

Mel

Mel tem 18 anos. Chegou à Fundação em setembro de 2017, encaminhada pelo Conselho Tutelar devido a conflitos familiares com a mãe e a avó materna. Conviveu por um tempo de sua vida com o pai, que não é declarado em sua certidão de nascimento. Durante a maior parte da vida viveu entre a casa da avó e da mãe. Tem também uma avó afetiva, que cuidou dela por

um período. É feita a tentativa de fortalecer os vínculos com a mãe, mas Mel não recebe visitas de familiares.

Tiago e João

Tiago, três anos, veio transferido da outra unidade da Fundação, portador de artrogripose e microcefalia e, por causa dos comprometimentos de saúde, seria mais fácil que estivesse na capital. Outros três de seus irmãos estão acolhidos também na outra unidade, e os pais de Tiago realizam visitas. Havia uma tentativa por parte deles e de outros familiares para que fosse reintegrado. Entretanto, Tiago veio a falecer em maio de 2019, por complicações em seu estado de saúde.

João, três anos, foi encaminhado pelo Conselho Tutelar, em janeiro de 2019, por ter sido abandonado no hospital desde o seu nascimento. Também possui comprometimentos de saúde, portador de hidrocefalia.

PARTE II – NO ABRIGO

Com o contato frequente com as jovens adolescentes, observando e interagindo com elas em diversos momentos e atividades, temas se revelaram para a pesquisa. No espaço desta parte II, teço reflexões a respeito dessas revelações, que dizem respeito aos próprios desafios do fazer pesquisa de campo, bem como as relacionalidades que existem dentro da instituição e, ainda, as violências institucionais, na forma de controle versus proteção, que se mostram no cotidiano das jovens adolescentes.

4. O CAMPO, SEUS DESAFIOS E REVELAÇÕES

Após as preparações para a pesquisa de campo, que iniciaram desde a ciência por parte do juiz e de minhas colegas de trabalho, e incluíram reuniões para apresentação da proposta com as equipes dos dois abrigos e com os jovens adolescentes, escolhido o lócus da pesquisa, a Fundação, tiveram início as visitas de campo.

A princípio, comecei a fazer campo à noite, durante a semana, depois que saía do trabalho. Não podia passar muito tempo lá por causa da hora, mas conseguia interagir com as jovens adolescentes e fazer muitas observações. Esses momentos no turno da noite foram essenciais pois era quando conseguia encontrá-las todas em casa, tendo em vista que durante o dia, de segunda a sexta, algumas frequentavam a escola no turno da manhã e outras no turno da tarde. As mães precisavam levar seus filhos à creche, e havia ainda as atividades do contraturno, como aulas de dança, reforço escolar, psicoterapia e, no caso de Mel, curso profissionalizante. Apesar de ficarem espalhadas pela Fundação, aos poucos fui conhecendo os lugares em que se reuniam e onde era mais fácil conversar com elas. O refeitório, o salão paroquial e a sala da casa das missionárias foram os lugares em que mais se concentraram nossos encontros. Sempre que queriam conversar comigo sem que as outras ou as missionárias ouvissem, íamos para as mesas da lanchonete na entrada da Fundação, ou para cadeiras que ficavam em frente às salas de atendimento médico.

No começo eram poucas as interlocutoras que se aproximavam de mim e topavam conversar, mas aos poucos elas pareciam se sentir mais à vontade, chegando até mesmo a me convidar a assistir à TV com elas ou para ir em seus quartos conversar. Era comum também no começo perguntarem coisas sobre seus casos no juizado, mas a não ser que fosse alguma situação mais simples, eu respondia que não estava mais acompanhando porque estava realizando esta pesquisa e não poderia fazer os dois ao mesmo por questões éticas. As perguntas

desse tipo foram diminuindo ao longo do tempo, e tenho a impressão de que isso ajudou para que tivessem mais confiança em compartilhar suas histórias.

Enquanto isso, em todas as vezes nas quais interagi com as pessoas da equipe técnica, elas abordaram questões referentes ao juizado. Interessante que não eram perguntas sobre os casos das meninas, e sim informações até mesmo sobre casos de outros abrigos. Também era comum virem relatar situações de comportamento das jovens adolescentes, e eu apenas balançava a cabeça. Houve ainda um momento, na ocasião da missa de 15 anos de Pamela, em que perguntei se poderia participar como pesquisadora, onde Penha me pediu que eu não fosse. Decidi não insistir, respeitando a negativa sem entender, entretanto, o motivo para tal. Era estranho, pois em vários momentos realizei campo durante as missas, mas posso dizer que essa situação, foi a única em que tive dificuldades para acessar o campo. A relação com as outras missionárias de vida, por outro lado, foram praticamente nulas. Esperava poder saber um pouco mais sobre elas, apesar de não serem o foco deste trabalho, mas elas definitivamente não ficavam no mesmo ambiente em que eu estava, o que me fazia questionar se o problema era a minha presença ou se de fato não havia entre elas e as jovens adolescentes uma relação afetiva que extrapolasse os contatos relativos a atividades práticas, relativas à manutenção da rotina. Houve apenas um momento, num domingo, em que ajudei a preparar o almoço, no qual pude ter mais contato com uma das missionárias, responsável por esse almoço.

Além das interações que aconteciam no refeitório, no salão paroquial, na sala de TV ou até mesmo no quarto delas, pude participar de algumas atividades de lazer, que aconteceram geralmente quando fui à Fundação nos fins de semana. Ainda, na realização das últimas escutas das quais participei, em setembro de 2018, em vez de entrar na sala da reunião, fiquei com elas do lado de fora, pois achei que seria mais interessante estar com elas e vivenciar dos seus pontos de vista aquele momento no lugar de observar as profissionais falando sobre as jovens adolescentes.

Participei, sem querer, do aniversário de Damisan, uma festinha simples no meio da semana, organizada pelas missionárias cuidadoras, que contou também com a presença dos membros da paróquia mais próximos das jovens adolescentes. Cheguei, como nos outros dias de campo, e me deparei com a sala da casa decorada. Mel me viu e disse que seria a festa de Damisan, e perguntou se eu queria participar. Uma das mulheres da paróquia, ao saber quem eu era, falou para Damisan: *“Tá vendo como as pessoas gostam de você? Todo mundo aqui pra sua festa”*. Foi minha primeira experiência com os missionários da paróquia, onde tive indícios de como se dava essa relação deles com as interlocutoras.

Em outra ocasião fui convidada a assistir ao jogo do Brasil contra a Bélgica na Copa do Mundo de 2018, oportunidade em que os missionários de aliança prepararam um churrasco para assistirem ao jogo da seleção. Infelizmente, foi nesse jogo que o Brasil foi eliminado da competição, e eu fiquei me achando um grande pé frio, pois foi o primeiro jogo dessa Copa que eu tinha assistido. Novamente, pude observar a relação das jovens adolescentes com os(as) missionários(as), algo que parecia uma “grande família” reunida em volta da TV para torcer pela seleção brasileira de futebol. Todo mundo vestido de amarelo, com linhas verdes e amarelas pintadas no rosto. Eliane desesperada, de joelhos, olhando para o jogo, chamando palavras até que uma das missionárias a recrimina.

Ao chegar um dia em um sábado à tarde, percebi algumas delas mobilizadas na cozinha da casa das cuidadoras, preparando bolo, empadas e pastéis, e descobri que no dia seguinte fariam uma festa do Dia dos Pais¹⁹ para os padrinhos, os missionários da paróquia que faziam parte de suas vidas. Acabei, obviamente, me convidando para a festa, pois era uma excelente oportunidade de observar suas relações com estes missionários. A essa altura, já havia me dado conta da participação dos missionários de aliança em proporcionar momentos de lazer para as jovens adolescentes, mas descobri um pouco depois que o lazer delas estava diretamente condicionado ao que eles proporcionavam²⁰.

A festa ocorreu no domingo à noite, após a missa. Enquanto acontecia, estive com as meninas ajudando nos preparativos, quando descobri que haveria, além da comida, apresentação de dança para os padrinhos e, principalmente, o auditório estava todo decorado para receber os padrinhos. Mel, Elisa e Eliane fizeram a coreografia, enquanto Eloísa e Sofia tomaram a frente da preparação das comidas, com auxílio das missionárias cuidadoras. Antes disso, durante a missa, Sofia me chamou para ver a apresentação que havia sido preparada em comemoração ao Dia dos Pais, com uma encenação da peregrinação de Maria, José e Jesus acontecendo enquanto uma das missionárias cuidadoras, Soledade, lia um texto em homenagem a José, em seu papel de pai de Jesus. Mel representava Maria.

Nas segundas-feiras à noite, em 2018, aconteciam os “Momentos”. Fiquei sabendo por Ana que eram espaços para conversar e dar conselhos às jovens adolescentes. Ela não explicou muito mais que isso, e fiquei curiosa para saber o que acontecia nos tais “Momentos”. Assim, fui à Fundação numa segunda à noite, esperando poder participar do evento. Duas missionárias de aliança faziam os preparativos para o “Momento”. Quando me viram sentada junto com as

¹⁹ As jovens adolescentes que organizavam a festa me contaram que também aconteceu uma festa de Dia das Mães para as cuidadoras.

²⁰ Utilizo aqui “missionários” no masculino, mas o grupo contava com homens e mulheres.

meninas na sala da casa, perguntaram se eu era psicóloga, e me apresentei como pesquisadora. Uma delas me convidou a participar da atividade, caso desejasse, e eu achei ótimo porque não precisei me oferecer. O “Momento” aconteceu na capelinha que funciona dentro da casa. Quando entrei, boa parte das meninas já estavam sentadas no chão, encostadas na parede, formando um semicírculo voltado para o altar, que tinha uma imagem de Jesus Cristo. As luzes nessa capela eram baixas e num tom avermelhado, e era exigido silêncio em respeito ao local. As missionárias de aliança então anunciaram o tema daquele “Momento”: Santa Terezinha e as lições que se podem tirar de sua obra e vida. Havia por parte delas a tentativa de engajar as jovens adolescentes nas atividades, mas uma rápida vista em torno da sala deixava evidente que elas não demonstravam muito interesse naquele momento. Caras de desinteresse, conversas paralelas e, mais interessante, Eloísa e Nega, cada uma de um lado da sala, conversando em código entre elas.

Fora da Fundação, encontrei-as em visitas que realizavam ao setor de acolhimento, com objetivo de resolver situações como, por exemplo, dificuldades para abertura de conta e recebimento do benefício do Bolsa Família (para as mães e as maiores de 16 anos, que já podem receber o dinheiro). Essas dificuldades se davam principalmente por resistência dos bancos e da gerência do programa em reconhecer Penha como guardião das jovens adolescentes. Apesar de ter decidido separar situações de trabalho de situações de pesquisa, era impossível não observar as situações com o olhar antropológico e aproveitá-las neste trabalho. Cito Flávia Pires, que me tranquilizou quanto a isso ao afirmar que, de fato, o ofício do antropólogo não cessa com a saída do campo (2011).

Enfim, outros dois momentos em que pude fazer observações em atividades fora da Fundação foram uma festa promovida pelo Setor de Acolhimento, em ocasião do Dia das Crianças. Essa festa ocorreu em um dos abrigos, e contou com a presença de todos os abrigos de João Pessoa. Foi uma atividade oportuna para observar as relações das jovens adolescentes com os outros acolhidos de outros abrigos. Além dessa, houve a chamada Festa da Adoção, também para todos os abrigos, que aconteceu numa casa de festas de João Pessoa como forma de encerrar as atividades do mês da adoção, maio.

Diante de tantas oportunidades diferentes para observar o cotidiano das interlocutoras, a pesquisa já não estava mais focada apenas nas perspectivas da maioridade e saída da Fundação. Senti interesse e necessidade de compreender de forma mais aprofundada as relações que se estabelecem dentro do abrigo, tendo em vista que representa uma instituição total, nos termos de Goffman, onde todos os aspectos de suas vidas são atravessados pela permanência no abrigo (2003). As revelações que o campo me mostrou quanto à vivência delas no abrigo,

afinal, também influenciaram as formas e as possibilidades que se apresentaram para a saída das jovens adolescentes, não restritas apenas à saída com a maioria para a construção de uma vida adulta independente.

4.1. As Revelações do Campo

Nas escutas e audiências concentradas de setembro e outubro de 2017, respectivamente, quando ainda não havia iniciado oficialmente o campo e eu ainda buscava elementos para escolher as instituições onde o realizaria, já alguns aspectos chamaram a minha atenção e despertaram minha curiosidade e reflexão. Tais aspectos ficaram ali em suspenso até que pude ter mais contato com as meninas da Fundação e confirmar que esse seria o caminho que pretendia tomar. Tanto nas escutas quanto nas audiências, alguns pontos que me chamaram atenção surgiram por parte de outras pessoas que não as jovens adolescentes, tanto no discurso institucional quanto em relatos de familiares na audiência. Outros, como já indiquei anteriormente, se revelaram a partir da observação da relação das interlocutoras com as pessoas com quem convivem.

A temática da sexualidade das jovens adolescentes apareceu para mim nas escutas, durante a reunião com a equipe técnica (psicóloga, assistente social e coordenadora) da Fundação. Estávamos no consultório médico da Fundação, a equipe do setor de acolhimento (a outra psicóloga, três assistentes sociais e eu, ainda ali naquele papel indefinido, tentando observar mais do que intervir), a assistente social do ministério público e a equipe do abrigo. Ao chegar no caso de Elisa, a assistente social, Conceição, descreveu dificuldades em lidar com o comportamento da jovem adolescente, que não obedecia às regras da casa. Ela acrescentou que, através das câmeras instaladas na Fundação, descobriram Elisa e Eloísa se beijando, escondido, e relatou a história com tom de reprovação. Ela continuou explicando que o problema não era a orientação sexual delas, mas sim o fato de terem feito escondido e, ao serem confrontadas, terem negado o fato.

Nas audiências concentradas que sucederam essas escutas, enquanto acontecia a audiência de Mel, outro ponto importante surgiu. A equipe do abrigo tentava trabalhar os vínculos familiares de Mel com sua mãe e sua avó e, portanto, as duas foram convidadas para participar da audiência. A equipe convidou a avó a entrar no auditório onde acontecia a audiência, e o juiz perguntou se ela teria algo a dizer. A avó disse em tom de revolta que nunca havia sido tão maltratada na vida como naquele dia. Todos os participantes olharam nesse momento para a equipe, imaginando que o desrespeito viesse da instituição. Conceição contou

que a senhora se referia a um mal-entendido que aconteceu no salão paroquial, onde ficavam os familiares e demais participantes das audiências, aguardando chegar sua vez de participar.

Acontece que Eloísa agora se identifica como menino, e havia apenas uma semana que tinha feito a “transição”, cortando os cabelos bem curtos e usando roupas identificadas como do gênero masculino (camisa polo e calça jeans). A avó de Mel, que aguardava com a neta no salão paroquial, ao ver Eloísa se espantou e perguntou se era um homem ou uma mulher. Eloísa apontou o dedo na cara da senhora e gritou que deveria ser respeitada pois antes de qualquer coisa era a mãe de Mel. Sobre isso, Conceição explicou que se tratava de uma brincadeira que as meninas criaram entre elas, chamando uma à outra de mãe e filha. Outra situação que me chamara atenção e que me deixou curiosa para saber o que seria esse “arranjo” familiar criado pelas jovens adolescentes.

As duas situações me deixaram oportunidades a serem exploradas a partir do momento em que pudesse visitar a Fundação e ter um contato mais aprofundado com as jovens adolescentes. Entretanto, tentei chegar no campo sem o olhar enviesado pelas temáticas. Porém, logo na primeira visita, com o início “oficial” do campo, as duas temáticas apareceram na conversa que tive com Eloísa e Nega.

Essa primeira vez aconteceu em abril de 2018, como já dito anteriormente. Cheguei à Fundação no início da noite, após sair do trabalho. Estacionei o carro no terreno ao lado do prédio, de onde se tem uma visão completa do piso superior do abrigo. O portão estava fechado, e o porteiro quando viu que me aproximava abriu-o e me deixou entrar sem fazer nenhuma pergunta. Não havia ninguém no caminho até chegar ao salão paroquial, ponto central de todo o prédio, embora todas as luzes estivessem acesas. Talvez por ser um prédio muito amplo, fosse comum não encontrar aglomerados de gente, a não ser que ocorresse alguma atividade, como as missas, às quartas e domingos à noite, ou a Pastoral da Rua que se organizava lá para sair e fazer as atividades caritativas em comunidades de baixa renda. Esse cenário vazio de pessoas se repetiu praticamente durante todo o campo. Como já mencionei, aos poucos fui entendendo os pontos de encontro das jovens adolescentes e, algumas vezes, esbarrava com uma ou duas sentadas na calçada ou no salão paroquial.

Foi assim que avistei Eloísa parada de frente para a janela da casa que dava para o salão. Apenas quando me aproximei mais percebi que conversava em voz baixa com Nega, que estava dentro do quarto, na janela. Aproximei-me das duas, e estava muito receosa quanto a esse primeiro momento. E se elas me mandassem embora ou dissessem que não queriam falar comigo? Venci esse medo e tentei engajar uma conversa, perguntando por que Eloísa estava do lado de fora da casa. Descobri que as duas namoravam, e que por esse motivo as missionárias

de vida haviam transferido Nega para aquele quarto, para que ficassem separadas. O namoro era proibido dentro da casa, então as duas arrumavam meios de se comunicar sem que as cuidadoras vissem, e trocavam cartas secretas.

Eloísa me perguntou se eu sabia que ela era a mãe de todas ali, e eu disse que tinha ouvido falar a respeito. Então ela lançou a charada: “*Como é que uma pessoa que é neta, vira o próprio avô?*”. Pensei um pouco, mas aquilo estava um nó na minha cabeça. Desisti, e pedi que ela me explicasse: Eloísa era a mãe de todas elas. Nesse arranjo, Nega era sua neta (pois é filha de Mel, que é filha de Eloísa), mas como agora as duas namoravam, e levando em conta que agora Eloísa se identificava com o gênero masculino, Nega agora era o próprio avô, pois também era homem, por estar se relacionando com outro homem, Eloísa. Assim, Eloísa era pai e mãe, em um arranjo que, de forma resumida, incluía várias mães para uma mesma filha. Também, dentro desse arranjo, havia algumas excluídas, Damisan e Pamela, além de todas as bebês chamarem as jovens adolescentes de mães.

O nó da charada virou uma curiosidade enorme diante dessa forma de se organizarem, e fiquei pensando o que as outras interlocutoras diriam sobre essa forma “familiar” estabelecida entre elas. Quanto essas relacionalidades (*relatedness*) (CARSTEN, 2000) construíam novas perspectivas de família para as jovens adolescentes, diante da ausência ou do pouco contato com suas famílias de origem?

Além disso, as questões relativas à proibição dos namoros, especialmente entre elas, levantaram reflexões acerca do controle da sexualidade das interlocutoras que também se fizeram presentes nas regras impostas a elas, sobre relacionamentos (hetero e homossexuais), a proibição do uso de celular e redes sociais, a imposição de participação nas atividades religiosas e, especialmente, o controle sobre a maternidade das jovens adolescentes mães. Somado a isso, tenho a acrescentar o fato de que, das 13 interlocutoras desta pesquisa, 8 sofreram violência sexual em algum ou vários momentos de suas vidas. Diante das provocações a respeito das construções familiares e de relacionalidades, além das violências de gênero e estruturais que se apresentam na vida das jovens adolescentes, os próximos capítulos se dedicam aos dois temas.

5. FAMÍLIA E RELACIONALIDADES

Algumas particularidades, já colocadas nos capítulos anteriores, chamaram a minha atenção durante as observações, sendo algumas delas: (1) trata-se de uma fundação criada e gerida por uma comunidade da igreja católica, que funciona num espaço físico voltado não só

para o abrigamento, mas também para todas as atividades religiosas da Fundação; (2) por esta situação, as cuidadoras das jovens adolescentes são missionárias da comunidade, que abdicam de suas vidas pessoais para cuidar dessas jovens adolescentes, morando no mesmo espaço que elas e; (3) o perfil acolhido nesse abrigo é o de jovens adolescentes do sexo feminino, especialmente as que engravidam, pois lá podem ficar abrigadas junto com seus filhos. A pesquisa de campo trouxe dados desconhecidos que acabaram interferindo nos rumos do trabalho; o perfil de violência é um deles, as relações com familiares também.

Diante disso, criam-se na Fundação situações particulares, tanto quanto a relações de afeto, quanto a tensionamentos dentro dela, sendo que estes também não estão excluídos de relações familiares (FONSECA, 2008). A figura de autoridade, Penha, estabelece um tipo de relação com as interlocutoras, na maior parte de conflitos, ao mesmo tempo em que é considerada por algumas como mãe. Já a relação com as outras cuidadoras e com os padrinhos e madrinhas, missionários de aliança que fazem parte das rotinas delas e proporcionam momentos de lazer e aconselhamentos, se assemelham mais, como as jovens adolescentes mesmas referem, a essa família que lhes falta.

Este capítulo está dividido em três tópicos, a saber: as relações com as famílias de origem das jovens adolescentes, as relacionais construídas com as cuidadoras da instituição, com outros missionários e entre as jovens adolescentes. As configurações familiares apresentadas nos três tópicos representam as formas de relacionais e justificativas dadas por elas diante da ausência de suas famílias, a partir do que as interlocutoras encontraram/criaram dentro do abrigo. As interlocutoras têm pouco contato com seus familiares, a não ser nas raras visitas e nas audiências, quando os familiares, geralmente na figura das mães, são convidados a estarem presentes. Para as interlocutoras, as audiências, como algumas delas afirmam, servem apenas como ocasião para cobrar ao juiz seu retorno à família, e na fala de algumas delas notei descontentamento e descrença em relação ao sistema judiciário, visto que seus pedidos não são atendidos. Ao observar os agentes estatais envolvidos nas audiências e também as pessoas que cuidam e se relacionam diariamente com as interlocutoras, percebi, assim como ressalta Rodrigues Junior (2010), a culpabilização dessa família, especialmente das mães, e parece haver um sentido de “proteção” a essas jovens adolescentes, por parte desses agentes, que a mim de certa forma lembra algo como “aqui dentro, o bem, lá fora (com suas famílias), o mal”. Essa proteção não se estabelece apenas em relação às que foram violentadas por membros de suas famílias, mas também no que diz respeito à forma que acreditam ser a “correta” para se cuidar de uma criança ou adolescente, aparentemente subsidiadas pelos preceitos do ECA.

Quando adicionamos as próprias histórias de vida dessas jovens adolescentes, de rejeição e violências de várias ordens por parte dos familiares, geralmente na figura de suas mães e pais ou padrastos, percebo que a combinação do discurso do abrigo mais os conflitos pessoais delas torna mais difícil ainda a relação com os familiares. Uma das saídas é buscar construir uma rede de afeto e apoio mútuo a partir da constituição de uma nova família. Essa nova família se configura em planos de casar-se, também, mas observei que ela se apresenta principalmente na relação com seus padrinhos e madrinhas. Algumas delas reiteram sempre o desejo de voltar a conviver com as suas famílias, o que usualmente é impossibilitado pelas avaliações contrárias, através das avaliações realizadas pelos agentes, a respeito dessas famílias, denominadas incapacitadas para cuidar e proteger suas filhas. A perspectiva antropológica, interessada em apreender o ponto de vista do interlocutor, permite que exista uma relativização e que se quebre a dicotomia construída a partir destes olhares jurídicos e psicologizantes. Como reforça a literatura, em parte já apresentada neste trabalho, é importante destacar que as instituições são os principais agentes de manutenção do afastamento da família de origem

É o caso de Loreana, que já tem 19 anos, porém, não há perspectivas de sua saída da Fundação. De acordo com a equipe do abrigo, ninguém da família de Loreana tem condições de cuidar dela, tendo em vista seu diagnóstico médico de déficit intelectual. Nos casos de Ana e Nega, vítimas de violência sexual, pensar em um retorno à família não seria possível enquanto os agressores não forem presos. Apesar do impedimento de morar com suas famílias, não existem impedimentos para que os vínculos sejam mantidos. Entretanto, todas as três mantêm pouco ou nenhum contato com seus familiares. O principal motivo para tal se deve às dificuldades de se locomoverem até a cidade de origem, dependendo da instituição, ou de suas famílias chegarem até João Pessoa, dependendo da disponibilidade de transporte por parte da rede municipal.

5.1. A Família de origem: ausente e/ou ausentada

Para iniciar esse tópico, é preciso salientar algumas questões que refletem a forma como as famílias de origem das jovens adolescentes aparecem ou se ausentam da vida delas. Foi apenas acompanhando as audiências que pude dar rosto a alguns desses familiares, entretanto, eles surgem inúmeras vezes em suas falas e entrevistas.

Alguns fatores são impeditivos para o contato das famílias com as jovens adolescentes. Eliane, Mel, Eloísa, Nega e Sofia foram abusadas sexualmente pelos padrastos e pelo pai adotivo, no caso da última. Damisan foi abusada pelo cunhado, Ana e Loreana por vizinhos. Uma parte dos agressores não foram presos, e constituem um dos motivos pelos quais algumas não podem retornar para casa. Um ponto em comum em todas elas é que as mulheres de referência de cuidado, às mães e, no caso de Damisan, sua irmã, não acreditaram nos relatos das interlocutoras, acobertaram a situação, como no caso de Eloísa ou Eliane, em que a mãe está presa por convivência, ou simplesmente acreditam que o relacionamento foi consensual.

Ainda, oito delas são oriundas de outros municípios da Paraíba. Esse é outro fator que dificulta a manutenção dos vínculos com suas famílias, maioria de baixa renda, que dependem de transporte oferecido pela prefeitura do município ou pela Fundação. Contrariando o que pressupõe o ECA, os vínculos familiares acabam sendo cada vez mais fragilizados (RIZZINI, RIZZINI, 2004). É então que o discurso do abandono familiar, por parte da equipe técnica, é reforçado com frases como “*Seu pai não te quer*”.

Nos casos de Mel e Sofia, as mães são aquelas que não acreditam em suas filhas, diante da situação de abuso sexual. Com Mel, os conflitos são ainda mais agravados pois a relação entre ela e sua mãe é bastante conflituosa e permeada por agressões verbais e físicas. Mel afirmou com revolta, quando conversávamos sobre sua família, que não recebe visitas, a não ser em audiências. “*Não vou morrer por causa disso*”, foi o que ela repetiu diversas vezes em sua entrevista.

O motivo pelo qual Mel foi abrigada na Fundação foram “conflitos familiares” com sua mãe e sua avó de criação. Através das falas de Mel percebi que tais conflitos giravam em torno do “mau comportamento” de Mel, baixa frequência na escola, namorados, festas, amizades que não agradavam a mãe dela. Por conta desses conflitos, ela alternava entre a casa da mãe e a casa da avó, o que culminou no encaminhamento para o abrigo. Apenas aos 14 anos conheceu seu pai biológico, que ficou preso por 13 anos e, após sair da prisão, procurou a mãe de Mel para conhecer a filha. Mel chegou a morar com ele por um tempo, e segundo seus relatos, a relação entre pai e filha ia bem, até o dia em que ele e um irmão por parte de pai a estupraram, e ela teve que retornar para a casa da mãe. Nem a mãe nem a avó acreditaram no que disse, e a circulação entre as duas casas, até que os conflitos chegassem ao limite, continuaram.

Na entrevista com ela, é possível perceber que a relação conflituosa com a mãe é antiga, agravado pela descrença na filha quando lhe contou sobre o abuso sexual por parte do pai. Mel conta que ela e a mãe nunca se entenderam e sempre brigaram muito, bem como era comum a presença do Conselho Tutelar intermediando as brigas.

Sofia sofreu abusos por anos por parte de seu pai. Ela foi adotada aos 7 anos, e era muito apegada ao pai adotivo, e este a ela. Mudaram-se para João Pessoa há quatro anos, e quando ela começou a namorar na escola, o pai tornou-se ciumento e passou a tentar controlar sua vida, chegando até mesmo a clonar seu celular para ler as mensagens que Sofia trocava com o namorado. Os abusos passaram a se intensificar, como forma de punição aos comportamentos sexuais dela com esse namorado. A partir da denúncia, ela chegou até a Fundação. Sua mãe adotiva também assumiu a postura de defender o marido diante das acusações, e após algumas tentativas feitas pela instituição de reaproximação entre a família, a postura assumida foi a de cortar os vínculos familiares de Sofia.

Damisan e Siimpson têm mães falecidas, sendo que a primeira foi criada por várias pessoas da família em vários momentos, passando até mesmo por abrigos junto com outros irmãos, e Siimpson traz como boa referência familiar seu padrasto, que cuidou dela desde que sua mãe morreu, quando ela tinha dez anos. No momento, tanto o padrasto de Siimpson quanto o pai de Damisan são falecidos. Portanto, são as únicas duas órfãs do abrigo. De forma equiparada dentro do abrigo, Elisa não possui nenhum familiar disposto a ficar com sua guarda, de acordo com as falas da assistente social do abrigo, e essa é a mesma fala da jovem adolescente quando se refere a seus familiares. Elisa fala de um irmão que foi adotado quando ela tinha quatro anos, com o qual gostaria de ter contato. Esse contato não é possível pois não há nenhuma obrigação legal por parte dos pais adotivos a respeito de manter vínculos com irmãos que não foram adotados. Seu último contato com um irmão mais velho foi há quatro anos, quando ainda estava em outro abrigo.

Em minhas primeiras idas ao campo, era comum que viessem perguntar a mim se poderiam visitar seus familiares. Havia o desejo de sua parte, mas algo parecia não deixar isso acontecer. Damisan, aguardando sua escuta em outubro do ano passado, revelou que tem uma tia em Patos, e que gostaria de visitá-la. Ao mesmo tempo, disse que tem muito medo de sua irmã roubar sua filha. Com o passar do tempo, aparentemente o desejo de ficar com a família foi sendo substituído pelo conformismo de permanecer no abrigo até os 18 anos: *“Pelo menos aqui a gente tem um teto”*. Da mesma forma, a relação com a irmã se resumiu a contatos telefônicos raros. Mel também compartilhou comigo esse sentimento, dizendo que o abrigo era a oportunidade que tinha de fazer cursos para, quando sair, arrumar emprego.

Loreana foi abrigada junto com seu filho, Mateus, hoje com 3 anos, por questões de negligência de sua família, inclusive porque engravidou em decorrência de estupro, quando tinha 14 anos. Nas poucas conversas que tivemos, ela afirmou que o Conselho Tutelar de sua cidade a proibiu de ver sua mãe, e que ela se arrependeu de ter obedecido pois sente falta dela.

Sua mãe é considerada negligente, envolvida com tráfico e, além de tudo, mora no mesmo lugar em que a jovem adolescente sofreu violência sexual, o que torna inviável que ela frequente a casa da mãe, tendo em vista que o abusador ainda mora lá.

É importante problematizar o que seria negligência, tendo em vista que se trata de um termo bastante utilizado dentro do contexto da proteção à infância e juventude. Diz respeito, juridicamente, a não cuidar das necessidades básicas de proteção de uma criança ou adolescente, como alimentação, higiene, saúde, educação, lazer, dignidade, por exemplo. Acho relevante dizer que dentro das condições de baixa renda da maioria dessas famílias, é preciso questionar de onde vem essa negligência, já que provavelmente essas famílias também sejam negligenciadas pelo Estado nos mesmos aspectos em que se sugere que negligenciam seus filhos. Fonseca e Cardarello (2009), complementam que a utilização do termo negligência demonstra a mudança do enfoque sobre a infância pobre e suas famílias. O que antes era visto como “problema socioeconômico” e suas consequências, passa a ter como culpada a família pobre, a despeito de uma estrutura social. Destaco ainda que é necessária a problematização dos papéis maternos e paternos, além de questionar a culpabilização comum das mulheres na criação de seus filhos.

Eloísa era frequentemente estuprada pelo padrasto, indicando até mesmo que ele a tratava como se fosse sua namorada, e que ele tinha ciúmes dela com outros garotos. Além dela, sua irmã Eliane também passava por isso, e a mãe das duas, que está presa assim como o padrasto, pela fala de Eloísa, era conivente e chegava a brigar quando ela apresentava resistência em ir “visitar o padrasto”. Tive a impressão de que não havia raiva pela mãe em suas palavras, mas também não parecia haver tanta vontade em vê-la novamente. Entretanto, sente falta do contato com seus irmãos e sua avó, com a queixa de que prometeram que iria vê-los, o que não acontece desde 2016. Eloísa verbalizou a queixa no momento da audiência, onde novamente promotora e juiz colocaram no termo de audiência que isso seria resolvido.

Através de todas as jovens adolescentes a quem tive acesso, foi possível perceber que a figura da mãe pareceu se mostrar tanto como uma figura ausente, que não prestou apoio quando precisaram, quanto como as que promoveram violações que as levaram ao abrigo. Ao mesmo tempo, o Conselho Tutelar parece ter papel importante para elas no tocante a ser o veículo para que possam ter acesso a suas famílias. Como se tratam, na maioria, de jovens adolescentes de outras cidades abrigadas em João Pessoa, ficam à mercê da disponibilidade dos Conselhos Tutelares para ver suas famílias.

A relação com a figura paterna é ainda mais complexa, quando existe. As únicas que demonstraram relação de afeto quanto ao pai ou padrasto foram Ana e Siimpson. No caso de

Siimpson, o padrasto é seu pai, com quem estabeleceu vínculos fortes, porém, na visão do abrigo, ele a fazia de “empregada” e não cuidava para que tomasse seus remédios. Siimpson me disse que sentiu muito a morte de seu pai, que aconteceu em abril de 2018, e se via sozinha, sem ninguém para recebê-la quando saísse do abrigo. Ana, por sua vez, também demonstrou, através de sua fala, cuidado em relação a seu pai, apesar de também ter sentido por ele não ter acreditado quando foi estuprada. Ana não falou sobre sua mãe, a não ser para dizer que ela vinha visitar a ela e a irmã, Adriana.

Jujuba e Bianca são as únicas que têm contato mais frequente com o pai, mesmo que já tenha ocorrido a destituição do poder familiar. A destituição do poder familiar significa a perda dos direitos e deveres de pai e mãe diante dos filhos. Acontece geralmente quando se decide, na justiça, que os abrigados irão para adoção. (BRASIL, 1990). No caso de Jujuba e Bianca, seus três irmãos mais novos foram adotados. Não se referiram à sua mãe, mas falaram muito sobre o pai e, Jujuba, que já atingiu a maioridade legal, expressou o desejo de ir morar com ele, para ficar em casa cuidando dos afazeres enquanto ele trabalha. Outra questão que me chamou atenção sobre as relações familiares dessas jovens adolescentes diz respeito à impossibilidade do retorno a suas famílias. O que geralmente é indicado como pressuposto básico do ECA, o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares para uma posterior reintegração, torna-se inviável quando os agressores sexuais estão em liberdade, mantendo as jovens adolescentes em risco em seus lugares de origem. Isso se agrava quando as figuras paternas são os agressores e apenas nos casos de Ana, Nega, Eloísa e Eliane eles foram denunciados. Pela fala delas, também percebi que o abrigo, na figura das cuidadoras e do próprio Padre Orlando, reforçam que ali elas estão seguras e que não precisam se preocupar com sua saída, trazendo à tona a visão de instituições de recolhimento de menores de idade do período anterior ao Estatuto, em que suas famílias, pobres, não oferecem boas condições, e que o abrigo irá suprir as necessidades das jovens adolescentes.

Entretanto, questiono se a criação de uma rede de apoio no abrigo supre a ausência familiar e dá conta de superar o abandono afetivo. Fica evidente que sentem falta de suas famílias, a despeito do que é dito a respeito delas. Patrice Schuch (2005) problematiza essa mesma questão, refletindo que os valores morais esperados pelos agentes traduzem a mesma visão de família nuclear média que não confere com a que se encontra na maioria dos casos atendidos pelos juizados da infância e da juventude. A saudade dos irmãos também é presente. Mel contou que, quando decidiu sair de casa em uma das inúmeras brigas com a mãe, se sentiu desamparada e não entendia como aquilo acontecia. De maneira semelhante, Eloísa, Eliane e Elisa se queixam por não poderem ter contato com seus irmãos desde que foram abrigadas.

5.2. Os(as) Missionários(as)

Na ocasião da festa preparada pelas jovens adolescentes para o Dia dos Pais, pude observar as relações que aquelas estabelecem com os missionários. O cuidado e zelo na organização era visível em muitos detalhes:

No quadro, estava escrito: “Ser pai é: sorrir, chorar, sofrer, gargalhar/Ser filho é: agradecer todos os dias a oportunidade de ter um pai como vocês/ Feliz Dia dos Pais/ P: protetor/ A: amado/ I: incrível”. Além disso, havia três corações desenhados, um maior no meio com dois menores, um de cada lado. Eles tinham olhos também de coração, e o maior, do meio, usava uma coroa (trecho de diário de campo)

O fato de considerarem os missionários de aliança como figuras paternas, e algumas missionárias de aliança, além das cuidadoras, como suas mães, me fez pensar sobre as relações de relacionalidade que surgem dentro daquela comunidade, que envolve não só o abrigo, mas toda a paróquia e seus participantes. O próprio Padre Orlando, apesar de não estar lá com tanta frequência, representa essa figura de pai acalentador, conselheiro.

As jovens adolescentes têm, dentro desse ciclo de missionários, madrinhas e padrinhos de batismo, assim como outros que são referência de afeto. Foram as jovens adolescentes que organizaram a festa para os padrinhos, e fiquei sabendo que no Dia das Mães também houve festa para as cuidadoras.

O afeto pelo padrinho ficou mais explícito por Mel. Quando ainda era criança ela teve um padrasto, já falecido, que considerava seu pai. Mesmo depois da separação, o vínculo entre os dois continuou firme até a sua morte. Agora ela tem um padrinho, que tem o mesmo nome deste padrasto. Na festa, Mel leu um texto escrito por ela em homenagem aos pais. Seu padrinho chegou atrasado e, quando entrou no auditório, ela pediu para ler novamente o texto, exclusivamente para ele. Para ela, foi difícil escolher um padrinho, pois procurava alguém parecido com a figura de afeto que teve. Além de encontrar um parecido com o padrasto, ainda teve a sorte de eles terem o mesmo nome.

Jujuba também mostrou ter uma relação afetiva com seus padrinhos. Quando desabafava sobre o medo de ser presa, por ter se envolvido com outra acolhida, na época com 11 anos, demonstrou aflição em pensar qual seria a reação dos padrinhos. O presente da madrinha seria uma voadora, e do padrinho uma “pisa”, um puxão de orelha e uma voadora.

Os missionários estão presentes com suas famílias nas atividades de lazer das jovens adolescentes, como festas de aniversário, passeios e churrascos no fim de semana. No dia do jogo do Brasil na Copa do Mundo, vários estavam presentes. Acabei constatando que os

missionários representavam as únicas oportunidades de lazer das jovens adolescentes, pois além de ir até a pracinha que fica perto do abrigo, e ir para escola e atividades do contraturno, não tinham autorização para sair.

Além da relação afetiva com missionários de aliança, que participam cotidianamente da vida das jovens adolescentes, vale destacar também a relação delas com as missionárias de vida, suas cuidadoras. Nesse caso, a relação delas com as missionárias acaba sendo associada ao que as jovens adolescentes referem como o que esperam do que seria o papel de uma figura materna, e destaca principalmente as críticas e reclamações a respeito das regras e da autoridade das cuidadoras. Todavia, também existe relação de afeto entre elas. A figura da coordenadora é a autoridade maior, e percebo que ela representa “*a única que a gente obedece*”. Siimpson é uma das que apresenta problemas quanto à equipe técnica, e em sua fala, aponta que a coordenadora também não esconde suas questões quanto a ela.

Através de vários relatos das jovens adolescentes, é possível observar essa relação com as cuidadoras, porém foi por parte de Mel e Sofia que esse relato veio carregado de afetuosidade em relação a Penha. Nos outros casos, sempre a autoridade exercida por ela é destacada, além de todas as regras impostas serem colocadas como de sua autoria: não poder usar celular, não poder usar roupa curta, não poder namorar dentro do abrigo, por exemplo. Ana confirma que só “quem manda” no abrigo é Penha, apesar de todas as outras cuidadoras também quererem “mandar nelas”.

Para Mel, Penha representou a figura de cuidado, que lhe fazia falta, pois além de protegê-la contra a mãe, levou-a ao médico quando tinha dores no útero, ainda consequência do estupro sofrido. Mel admira a firmeza de Penha, e acha bonito que ela consiga ter a atenção e obediência das outras meninas. Sofia também se refere a Penha e ao abrigo como um todo, como um lugar em que encontra pessoas que lhe querem bem, e cuidam umas das outras. Já as que assumem uma postura mais confrontadora, como Eloísa, criticam Penha pela autoridade exercida. As questões cotidianas como organização dos quartos, fazer a escala de tarefas, são colocadas como problemas pelas jovens adolescentes, pois Penha seria bastante rígida quanto ao cumprimento das atividades.

Compreendi que as jovens adolescentes colocam os padrinhos, madrinhas e as cuidadoras no lugar dessa representação do que seriam pais e mães, figuras de autoridade e ao mesmo tempo de afeto, referências de cuidado. Isso inclui relações de conflito, principalmente com as cuidadoras (aquelas diretamente responsáveis por sua educação e cuidados diários), dentro do que Fonseca (2008) observa como família que não é formada a partir do natural, e sim como um “agregado de relações”, que também sofre influências de forças institucionais,

envolvendo personagens múltiplos. Essa família também existe na tentativa de suprir a carência afetiva, material e de educação que, segundo a visão da instituição, falta na vida dessas jovens adolescentes.

Cardarello (2009) aponta para a criação de “ficções do biológico” ou “pseudo-parentesco” na lógica dos abrigos, onde conforme os exemplos acima, as cuidadoras e cuidadores são escolhidos pelas crianças e adolescentes para serem chamados de pai ou mãe, através de laços de afeto. Nesse mesmo sentido de “ficção”, algo construído, ser uma instituição religiosa, além da coabitação com as cuidadoras também contribui para esse agregado de relações familiares, “porque fornece uma fonte de pertencimento e de relações sociais importantes na integração social das crianças e adolescentes” (FONSECA, SCHUCH, 2009, p. 131)

5.3. Os arranjos familiares das jovens adolescentes

O marco para essas jovens adolescentes, além de estarem agregadas por um perfil estabelecido juridicamente, é o fato de serem tuteladas pelo Estado. Por esse motivo, estas jovens adolescentes estão unidas pelo acolhimento institucional (FONSECA, 2007). Nesse contexto, as interlocutoras criaram seus arranjos familiares, e redes de apoio, junto aos missionários e cuidadoras, como também entre elas.

A partir do que Eloísa e Nega me mostraram como arranjo familiar, algo que já tinha ouvido antes, na audiência, busquei tentar compreender como funcionava na prática tal arranjo em que existiam mães, filhas, netas, incluindo algumas excluídas do processo. Sempre que possível, perguntava às meninas detalhes daquele arranjo, bem como que sentido davam aos papéis de mãe e filha. Loreana deu início à “brincadeira”, pedindo para Eloísa e Mel para serem suas mães. Começou então a chamá-las de mãe, e as outras meninas também quiseram participar. Faz parte de ser mãe, para algumas delas, chamar a atenção, brigar, colocar de castigo e, em alguns casos, usar de força física contra as filhas que não estão se comportando.

Vale também destacar que Eloísa exerce, situando-se no topo desse arranjo familiar, o papel de liderança em relação às outras. Observei que isso se reflete na exclusão direta de algumas das jovens adolescentes não só do arranjo, mas também da convivência com as demais. Por exemplo, Eloísa teve um relacionamento com Elisa e, quando terminaram, Elisa acabou se afastando das outras, situação que se mantém até hoje. Da mesma maneira, Eloísa e Nega estiveram separadas por um período de tempo e, nesse período, escutei das outras interlocutoras críticas a Nega, no mesmo processo de afastamento.

A relação de parentesco entre elas também leva em conta a idade e o tempo de acolhimento. Duas das que chegaram por último, Damisan e Pamela, são excluídas da família, sendo que Damisan demonstra sofrimento com essa rejeição, enquanto Pamela afirma sempre que não tem interesse em participar dessa “marmota”. Sofia também está excluída, e atribui isso ao fato de as outras jovens adolescentes não gostarem do seu jeito “espontâneo” e, somado ao fato de ser prestativa e ajudar as cuidadoras. Já Ana, a caçula do grupo, relatou que é apenas filha de Nega (sua irmã), de Mel e de Loreana. Inclusive dá “graças a Deus” por não ser mãe de ninguém, tarefa que diz não aguentar fazer.

Além dessa “função materna” exercida com as que quebram as regras ou não se comportam, existe o lado afetuoso que, no caso, revela mais uma relação entre pares do que a hierarquia entre mães e filhas. Juntas, elas brincam, fazem bagunça no quarto, dançam, ao mesmo tempo em que aconselham e pedem conselhos umas às outras. Pude perceber uma dessas situações, em que todas, com exceção de Elisa, se reuniram na sala de TV para assistir a uma série chamada Riverdale. Nesse momento, as crianças circulavam entre elas, enquanto as mães preparavam suas refeições, e todas conversavam sobre músicas enquanto as ouviam no YouTube.

Portanto, não é só com os padrinhos e madrinhas que as jovens adolescentes criaram laços de relacionalidade, nos termos de Carsten (2000). Entre elas há também uma relação de “pseudo-parentesco” (CARDARELLO, 2009) criada por elas mesmas. Ademais, existem duas jovens adolescentes excluídas desse “diagrama”, que são aquelas que não foram muito bem aceitas naquela família. O papel das mães nesse esquema significa principalmente manter a ordem, e punir aquelas que não seguem as regras. Assim, a relação familiar que criaram, além de oferecer um suporte emocional entre elas, representa novamente a autoridade que incluem como consequência da ausência dos pais, também exercida pelas cuidadoras.

A família formada por elas também permite a circulação das crianças (FONSECA, 2008), de forma que todas se sentem responsáveis por cuidar dos filhos umas das outras e dividir as tarefas da maternidade. De fato, quando comecei a frequentar o abrigo, não conseguia identificar quem era filha de quem, pois estavam sempre circulando entre as jovens adolescentes e cuidadoras enquanto suas mães faziam suas atividades. Mas, é importante explicar que nem sempre esses cuidados são feitos de muito bom grado, Ana reclamou várias vezes de ter que cuidar “dos filhos dos outros”, afirmando inclusive que “vai deixar de ser besta” para as mães que pedem que cuide das crianças.

Carsten (2000), em seu estudo com os Malai sobre relacionalidades, comprova essa lógica de cuidados, afirmando que o parentesco vai além dos laços de procriação (sem exclu-

los), avançando também para o campo do cuidado e nutrição diários, criando relações de parentesco onde antes não existiam. O conceito de relacionalidade, ou *relatedness*, faz refletir sobre diferentes possibilidades de relações entre pessoas, e de parentesco, que vão além do natural. Conforme Strathern, em seu livro *AfterNature* (1992), as novas formas de parentesco, e os rompimentos com os laços de sangue, como acontece com estas jovens adolescentes, trazem à tona diversas questões a serem estudadas, a partir dessa família que ultrapassa a natureza, a “família que a gente escolhe”.

6. VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS E DE GÊNERO

Estudar um grupo de jovens adolescentes do sexo feminino pressupõe necessariamente questões de gênero que atravessam suas vidas. O recorte de gênero nesse caso tem início logo na divisão do perfil da Fundação. A isso soma-se o fato de que naquele espaço jovens adolescentes grávidas ou mães podem viver com seus filhos, sendo a maternidade também uma forma de impor opressões de gênero sobre as mulheres. Neste capítulo, descreverei algumas das reflexões a respeito dessas diversas formas de violência que encontrei ao longo desta pesquisa.

Ressalto que foi extremamente difícil lidar com os relatos das violências que as jovens adolescentes sofreram e sofrem, especialmente com as narrativas detalhadas sobre os abusos sexuais sofridos pela maioria delas. Foi difícil, portanto, decidir sobre qual seria a melhor forma de incluir essa temática neste trabalho. O que se segue representa a forma que escolhi diante da proposta geral do trabalho, tendo consciência de que, apesar de não ter tanto destaque aqui, não se trata de minimizar a importância do assunto e muito menos naturalizar as violências vivenciadas pelas interlocutoras.

Das treze interlocutoras desta pesquisa, oito sofreram abusos sexuais em algum momento de suas vidas. Cinco foram abrigadas na Fundação por esse motivo, e em apenas um desses cinco casos, o de Ana, o abuso não foi cometido por alguém da família, e sim por um vizinho. Das treze jovens adolescentes, cinco chegaram à Fundação grávidas, sendo que quatro cuidam de suas filhas na Padre Pio. O abuso sexual é uma das violências das quais falarei, junto com as estratégias de controle da sexualidade, nomeadas aqui de violências institucionais, cometidas pela equipe do abrigo.

No que diz respeito à violência sexual, as cuidadoras e a Fundação de forma geral funcionaram e funcionam como o porto seguro para as jovens adolescentes. Um lugar onde estão protegidas dos seus agressores, mesmo que afastadas do restante de suas famílias. Sofia, Eloísa e Eliane reconhecem esse papel protetivo do abrigo, bem como o lugar de pessoas que cuidam delas. Especialmente em relação a Sofia, existe por parte dela a consciência de que, diante de toda a sua família adotiva chamando-a de louca, a equipe do abrigo acreditou nela e prosseguiu com a denúncia. O motivo de chegada de Mel no abrigo não foi a violência sexual que sofreu por parte do pai e do irmão, mas ela também encontrou na figura de Penha o cuidado que precisava naquele momento, além da confiança de que acreditavam em sua palavra. O mesmo aconteceu com Loreana. Já no caso de Damisan, nem sequer é reconhecido o estupro

cometido por seu cunhado, sendo mantida a versão de que Damisan foi expulsa de casa pois estava grávida do cunhado, e que tinha feito isso com sua irmã, que lhe deu abrigo.

Comum a todos os casos de violência sexual aqui, está o fato de todas as vítimas terem sido culpabilizadas ou, pelo menos, desacreditadas por pessoas que, supõe-se, deveriam ser as primeiras a protegê-las. Nos relatos de Mel, Ana, Nega e Eloísa, também encontrei em comum o discurso de *“agora estou perdida mesmo, vou ficar com todo mundo”*. Essa prática também serviu, para Nega e Eloísa, como forma de confrontar seus agressores, seus padrastos. Eloísa ainda repetia para seu padrasto que ele podia fazer o que quisesse com ela, pois ela *“gostava mesmo de mulher”*.

Outro ponto importante a destacar toca na dupla violência sofrida pelas jovens adolescentes. A violência sexual ocorreu em quase todos os casos no seio de suas famílias, mas além dessas famílias não darem credibilidade ao que contaram, têm posta em cheque sua capacidade de proteger as filhas. Isso se agrava quando é constatado, quanto a Ana e Nega, que os agressores estão foragidos, o que impossibilita o retorno às suas famílias, representando também a violência institucional onde o Estado não garante a proteção e os direitos das duas para que permaneçam em suas famílias.

Nesta tríplice cuidado/proteção/controle, utilizando o termo de Correia (2013), em contraponto ao cuidado e ao acolhimento oferecido pela instituição, encontram-se as formas de controle exercidas pela equipe técnica. As jovens adolescentes não podem sair sozinhas a não ser para suas atividades regulares (algumas delas, ditas incapazes de, por exemplo, pegar um ônibus, são transportadas pelo carro da Fundação). Sofia, oriunda de família de classe média, traz essa questão, tendo que usar várias desculpas com suas amigas do colégio por não poder sair para tomar um lanche ou passear no fim de semana.

O uso de celulares também é proibido desde que uma jovem adolescente, que não se encontra mais na Fundação, marcou um encontro com um dos porteiros (que foi afastado por esse motivo). Apenas Eliane declarou compreender o porquê da proibição de celulares, pois assim ninguém faria nenhuma das tarefas, ou estudaria. Roupas curtas também são proibidas. Namoros, então, nem pensar! De forma estratégica, restam às jovens adolescentes as atividades de lazer oferecidas pelos missionários, quando têm oportunidade de participar de festas, batizados, formaturas e eventos religiosos como peças e shows. É aí que preciso lembrar que, já que se trata de uma instituição religiosa, outra forma de controle exercida pela Fundação é a obrigatoriedade de participação nas atividades religiosas, que vão desde as missas às quartas e aos domingos, até participação em peças em datas importantes, terços, novenas e os “Momentos” já citados. A equipe técnica negou essa obrigatoriedade quando foi questionada

nas escutas, mas é unânime entre as interlocutoras que elas sofrem punição quando se negam a participar.

A proibição do namoro aparece como segunda colocada nas reclamações das jovens adolescentes, depois do uso de celular. Mostrou-se no campo como uma forma de coibir as práticas homossexuais entre as interlocutoras, o que se comprova com o fato de que no início deste ano as cuidadoras permitiram o namoro entre elas e os jovens adolescentes que ficam na outra casa da Fundação. A questão é que, das interlocutoras, cinco se envolveram em relacionamentos entre elas no abrigo. Eloísa, mais ainda, se reconhece como transsexual. Nas escutas em 2017, a equipe técnica relatou que colocou Eloísa e Elisa contra a parede, pois as câmeras registraram as duas se beijando, e elas negaram. Se o problema era apenas a não assunção por parte das duas, mesmo diante de provas, fiquei me perguntando sobre o tipo de controle que a instituição tentava exercer sobre as jovens adolescentes, especialmente no tocante ao exercício da sexualidade por parte delas, mas também no restante de suas vidas no abrigo.

Ainda, quando foi descoberto o namoro entre Eloísa e Nega, a atitude da instituição foi separá-las, colocando Nega no quarto que fica na casa das cuidadoras, enquanto Eloísa continuou junto com as outras, no primeiro andar. Porém, as duas encontraram e encontram formas de manter o namoro, trocando cartas escondidas e encontrando-se na parada de ônibus, no pequeno intervalo em que Eloísa vai buscar a filha na creche e Nega espera o ônibus para a escola. Em outro caso, entre Jujuba e Ana, a solução encontrada foi denunciar Jujuba por estupro de vulnerável, tendo em vista que esta já tinha 18 anos e Ana onze quando as duas ficaram.

A expressão e a cobrança acerca da maternidade vem aqui como a última forma pela qual a violência institucional é evidenciada. Verificar se as jovens adolescentes estão executando a maternidade de forma satisfatória é papel da instituição, do juizado, e do Ministério Público. Ouvi das equipes técnicas, durante as escutas, falas como “*Agora ela tem juízo*”, e outras como “*Se você quer dar um futuro a sua filha, tem que estudar*”.

Porém, enquanto a vigilância sobre a maternidade é exercida em relação a Eloísa, Eliane, Pamela e Damisan, a Loreana lhe é negada a maternidade. Para Loreana, seu filho, Mateus, foi entregue para adoção assim que chegou à instituição, mas o menino está lá, na casa das cuidadoras. Por ter diversas complicações de saúde, a equipe afirma que Loreana não tem capacidade de cuidar dele e, ao mesmo tempo, que ela nunca o reconheceu como filho. Mais do que isso, sugeriu em audiência que seja feita a destituição do poder familiar de Mateus. Entretanto, em uma vez que almocei na Fundação, num domingo, estávamos na mesa da

cozinha das cuidadoras Elisa, Loreana, Eliane e eu. Elisa e Eliane comentavam, a respeito da possível volta de Pamela para a casa dos avós, que achavam que ela deixaria seu filho com o pai, ou seja, que não cuidaria dele. Foi então que Loreana falou que Pamela jamais faria tal coisa, pois ama o filho. Acrescentou que se o fizesse sofreria muito, pois só ela (Loreana) sabe o que é sentir falta do filho que foi para a adoção.

É possível refletir que a instituição exerce o duplo papel de proteção e controle em relação às jovens adolescentes. Ao mesmo tempo em que as acolhe em suas demandas, determina os detalhes de suas vidas, chegando ao ponto de não pensar duas vezes em negar a maternidade a uma jovem dita incapacitada e até mesmo denunciar uma das interlocutoras que já fazia parte daquele abrigo há um tempo.

PARTE III – E (TALVEZ) SAIR

Nesta última parte, pretendo analisar as possibilidades, expectativas e experiências de saída do abrigo. Este era o objetivo inicial dessa pesquisa, e apesar de tomar outros caminhos de análise durante o curso do campo e de escrita, era essencial para mim concluir este trabalho discorrendo sobre o que me despertou o desejo de estudar essa temática de acolhimento institucional: a realidade que não deveria existir, ou seja, jovens adolescentes atingindo a maioridade legal dentro do acolhimento (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009). Outra questão se somou à da maioridade legal e diz respeito às possibilidades de saída do abrigo de forma geral, não só com a chegada aos 18 anos. Num grupo de interlocutoras com idades entre 11 e 19 anos, a problemática da longa permanência no abrigo e quais os caminhos para a desinstitucionalização, revelaram como possibilidades o retorno às famílias de origem e o início dessa nova fase, ainda que arbitrariamente delimitada, da maioridade legal aos 18 anos (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009).

Durante quase um ano de campo, as conversas e observações me levaram a pensar que as possibilidades de saída do abrigo para minhas interlocutoras estavam em atingir a maioridade e arrumar um emprego. Ou, ainda, escolher permanecer na Fundação, tornando-se uma missionária de vida assim como são suas cuidadoras. Havia inclusive um estímulo por parte da Fundação, através das missionárias e do padre, que nas falas das jovens adolescentes demonstravam que essa era uma oferta deles: viver como missionária em troca de teto, comida, e fazer parte dessa família.

As possibilidades de saída de um abrigo, de acordo com o ECA, são através da reintegração familiar, da adoção ou ao atingir 18 anos (1990). A adoção não foi abordada nesta pesquisa, e em nenhum dos casos de minhas interlocutoras, do ponto de vista institucional, era uma possibilidade. A reintegração familiar parecia algo impossível, aparentemente, apesar do reiterado desejo de algumas delas em retornar ao convívio de suas famílias. Já quanto à maioridade, três fizeram 18 anos em 2018, e mais quatro neste ano de 2019, até o fim da escrita deste texto. A seguir, trarei as experiências de saída vividas por três delas, Siimpson, Jujuba e Pamela. Depois, as perspectivas e expectativas em torno da saída para as demais.

7. NO PORTÃO: AS QUE SAEM E AS QUE FICAM

Cheguei na Fundação numa sexta-feira, no fim da tarde. Ainda na pracinha que fica um pouco logo na entrada, avistei algumas das meninas e as crianças brincando. Damisan estava sentada na calçada da Fundação, conversando com Eliane. Puxei uma cadeira e sentei-me com elas, e começamos a conversar. Em um momento, Eliane entrou e fiquei sozinha com Damisan, e foi aí que ela começou a me contar como havia chegado até a instituição. Ao falar sobre como seria completar 18 anos, demonstrava preocupação em seu rosto. Em sua fala, era possível perceber um certo medo do futuro. Medo do que fazer quando saísse, de não saber onde iria morar e como faria para sustentar sua filha, Juliete. *“O Padre Orlando disse que a gente não precisava se preocupar porque aqui tinha teto e comida enquanto precisasse”*. Ouvi essa fala do Padre sendo repetida por outras jovens adolescentes ao longo da pesquisa.

Perguntei para Damisan o que a equipe do abrigo dizia e fazia a respeito, pensando na época no que o ECA determinava a respeito desse público, em vias de se tornar maior de idade e sair do patamar de “protegido” pelo estatuto. *“Elas conversam muito com a gente, dizem pra gente estudar”*. Nenhum curso, palestra, inscrição para estágio ou Jovem Aprendiz? *“Não, só conversam com a gente. Alguns padrinhos também conversam”*.

Tendo em vista que passarei a discorrer sobre a saída da instituição, narrando experiências de saída e as expectativas das que lá permanecem, é importante problematizar a categoria que nomeia jovens adolescentes que saem dos abrigos com a maioridade aos 18 anos, os “egressos”. No que diz respeito ao ECA, Fernanda Cruz Rifiotis analisa que

o Estatuto, enquanto legislação específica, não se ocupa propriamente dos “egressos” (sobretudo daqueles maiores de 18 anos), mas de prescrições nas quais estão implicados, ainda que indiretamente, os possíveis desfechos da experiência de acolhimento: recomenda que o acolhimento seja transitório, que seja promovida a reintegração familiar e a preparação gradativa para o desligamento e que as entidades que desenvolvem programas de internação tenham como obrigação a manutenção de programas destinados ao apoio e acompanhamento dos “egressos”. (2016, p. 222)

Entretanto, de acordo com Fonseca, Allenbrandt e Ahlert (2009), muitos são os fatores que complicam a preparação para a maioridade, partindo inclusive do princípio que esta realidade, a de jovens atingindo a maioridade dentro de instituições de acolhimento, não deveria existir. As falhas nas políticas públicas de proteção, profissionais desqualificados e que muitas vezes não passam muito tempo nas instituições, a escassez de capacitações, a saturação nas áreas de trabalho oferecidas aos jovens - como um padrão, cursos de padeiro, garçom, marceneiro, cabeleireiro, são alguns exemplos.

Corroborando com as autoras, antes da minha chegada no campo eram oferecidos cursos de cabeleireira na instituição, e a sala encontra-se hoje desativada. Atualmente, apenas Mel participa de um curso de dois anos de gestão empresarial, voltado para o trabalho como auxiliar administrativa e secretária. Eloísa falou algumas vezes sobre sua vontade de fazer cursos de artesanato, cursos de trabalhos manuais para que pudesse com isso ganhar seu dinheiro mas, até a finalização da pesquisa, sua situação, assim como a das outras jovens adolescentes, não havia mudado. Siimpson também se queixou da falta de atividades na Fundação, dizendo que queria fazer qualquer curso, “*só pra fazer alguma coisa*”.

Ao fazer essa pergunta a Damisan, no entanto, eu já tinha em mente que quase todos os estágios e o Programa Jovem Aprendiz exigem que o jovem adolescente esteja pelo menos cursando o 8º ano do Ensino Fundamental. Essa não é a realidade das acolhidas, na verdade em todo o acolhimento institucional no Brasil ocorre o contrário, a maioria tem o que se chama desvio idade-série, e este é um dos obstáculos encontrados para jovens adolescentes institucionalizados se inserirem no mercado de trabalho. Segundo levantamento nacional publicado em 2013, 83% das crianças e adolescentes estão em defasagem idade-série de pelo menos dois anos (ASSIS, FARIAS, 2013). Das interlocutoras desta pesquisa, apenas Sofia não se encaixava nesse perfil. Ao analisar sua trajetória, por ter sido adotada por um casal de classe média alta, compreendo por que com ela é diferente. Teve acesso a escolas privadas e a adoção cessou os problemas de vulnerabilidade social que a levaram a ser institucionalizada e destituída do poder de seus pais biológicos.

Ao ter acesso a leituras que discutiam a realidade de jovens adolescentes em acolhimento institucional e sua saída dos abrigos com a chegada aos 18 anos (a maior parte na Antropologia, mas alguns nas áreas de Serviço Social e Psicologia) é possível perceber que tal realidade parece se repetir em vários lugares no Brasil. As problemáticas acerca da preparação para a saída, geração de renda e inserção no mercado de trabalho e, resumindo o contexto, o que fazer com esses jovens institucionalizados, aparecem sempre como desafios e cobertos de dificuldades, ainda que também sejam tentadas alternativas com programas e proposição de políticas para os egressos das instituições.

Fernanda Cruz Rifiotis lembra também que essa categoria de egressos, notadamente existe, pois, em busca de garantir os direitos das crianças e adolescentes, suas vidas, incluindo as de suas famílias, “*foram atravessadas pela experiência de institucionalização*” (2014, p. 68). Mais do que a demarcação etária que define legalmente quem é criança, adolescente ou jovem (acima de 18 anos para o ECA), está o marco da institucionalização, que produz a trajetória específica dessas jovens adolescentes (RIFIOTIS, 2014).

Ocorreram entre outubro de 2018 e abril de 2019 as saídas de três interlocutoras. Siimpson e Jujuba saíram por causa da maioridade, entretanto, seus caminhos fora do abrigo são diametralmente opostos. Siimpson foi morar sozinha, em imóvel alugado, em outra cidade, e Jujuba foi transferida para um abrigo de adultos em João Pessoa, enquanto sua irmã, Bianca, permaneceu na Fundação. Nas audiências de abril deste ano, Pamela foi reintegrada aos avós, com quem já vinham sendo fortalecidos os vínculos desde o fim de 2018. Para Sofia também surgiu a oportunidade de ir morar com uma tia no sul do país. Ainda, as equipes técnicas do MP, do setor de acolhimento e da Fundação indicaram o possível retorno de Nega e Ana para a família, caso que ainda necessitaria de mais avaliações.

As demais ficaram ainda do portão para dentro, com o comentário de Eliane que acabou revelando o sentimento das que ficam: *“Eu não gosto daqui por isso, a gente se apegando às pessoas e elas vão embora”*.

7.1. Do lado de fora

Siimpson – “Como eu vou resolver isso? Sei nem por onde começar!”

Desde o início, as falas de Siimpson expressavam o desejo de ir embora. Uma vez ela me pediu para falar com um desembargador que seria seu primo distante, na esperança de que ele pudesse ajudá-la a sair da Fundação²¹. Siimpson chegou à Fundação muito doente. Portadora de HIV, contraiu neurotoxoplasmose e ficou sem andar por um ano. Aos poucos, com os tratamentos oferecidos pelos voluntários da Fundação, conseguiu se recuperar e ficou com poucas sequelas, mancando um pouco e com um pouco de dificuldade na fala. Por causa das consequências da doença, passou a receber o Benefício de Prestação Continuada, um salário mínimo concedido por “invalidez”. As missionárias diziam que seu pai também tinha problemas de saúde e que por ser muito idoso, acabava fazendo com que Siimpson cuidasse de todas as tarefas domésticas. Para ela, isso não era um problema, ela tinha liberdade de fazer as coisas que gostava, como sair com suas amigas. O pai faleceu no final de 2017, e a esperança de Siimpson era finalmente poder ir morar em sua casa, deixada pelo pai em Santa Rita, cidade próxima de João Pessoa.

Siimpson fez 18 anos em abril de 2018, e em novembro do mesmo ano saiu do abrigo. Nesses meses que antecederam sua saída, em uma das vezes que fui lá, ela pediu para conversar

²¹ Cheguei a procurar e perguntar pelo desembargador, como prometi a ela que faria, mas não encontrei ninguém por aquele nome. Falei isso com ela, e ela acabou deixando a história de lado.

comigo, estava triste e preocupada. Contou que tinha traído a confiança das missionárias por omitir informações²², e que agora Penha dizia que não iria mais ajudá-la a reformar sua casa. As missionárias pensaram em fazer um chá de casa nova para a jovem adolescente e por conta dessa mentira, o chá não aconteceria mais.

A casa precisava ser rebocada e receber cerâmica no chão, entre outros pequenos reparos, e a preocupação de Siimpson era que não tinha a menor ideia de como resolver ou por onde começar, sozinha, já que não contava mais com a ajuda da Fundação. Ao mesmo tempo em que se sentia culpada por ter causado essa quebra de confiança que resultou no fim da ajuda para a sua saída, Siimpson tinha vergonha de pedir ajuda a qualquer outra pessoa. No momento em que compartilhou a situação comigo, perguntei se ela não poderia contar com outras pessoas ou até mesmo o Padre Orlando. Ela disse que acreditava que ele ajudaria, mas não teria coragem de pedir.

Em outra oportunidade, perguntei a Penha quando iria acontecer a mudança de Siimpson, e ela contou que estavam organizando tudo para sua saída, que aconteceria ainda naquele ano. Fiquei duas semanas sem ir a campo, e no início de novembro, quando cheguei na Fundação, recebi a notícia de que Siimpson havia saído, e que estava morando em um quarto alugado com seu BPC em Campina Grande, cidade em que um dos irmãos mora. Siimpson já havia mencionado algumas vezes que gostaria de morar com esse irmão, já que estava, na época, prestes a completar 18 anos. Conceição informou que inclusive já tinha recebido reclamações da locatária, pois Siimpson estava fazendo muito barulho, recebendo muita gente em casa. A locatária tentou desfazer o contrato, e foi preciso intermediação por parte dela para que houvesse uma segunda chance.

Tive contato com Siimpson através do WhatsApp algumas vezes, e fiquei sabendo que ela estava frequentando a escola, e gostando de morar sozinha. Combinei de ir visitá-la, mas por um erro de compreensão meu, achei que ela estivesse morando em Cabedelo, e quando descobri que estava em Campina Grande, a visita ficou inviabilizada na época. Siimpson não recebia visitas de ninguém da Fundação e se queixava disso.

Diante da nomeada incapacidade da jovem adolescente para se inserir no mercado de trabalho, sua saída da instituição foi pautada no uso de seu benefício continuado para o seu sustento. Entretanto, Siimpson não se sentia segura sobre o que fazer após a saída, ainda que fosse tão desejada. Seu desejo era o de ter liberdade, ter acesso a um celular para se comunicar

²²

Siimpson pediu que eu não comentasse com ninguém o motivo, portanto não fará parte desse texto.

com amigos e acessar redes sociais. Dados os limites desta pesquisa, não foi possível observar como estava desenrolando essa nova fase de sua vida, depois de quase 4 anos institucionalizada.

O CONANDA (2006) indica que deve ser feita a preparação para a saída da instituição e o acompanhamento daqueles que saem com a chegada aos 18 anos. Entretanto visualiza-se na história de Siimpson que apesar da garantia de que teria sua casa e que poderia se manter com seu auxílio mensal, não existiram orientações para a preparação para a nova fase da vida. Siimpson foi lançada para a “independência” da fase adulta da mesma forma arbitrária que é a finalização da proteção por parte do ECA (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009).

Jujuba – “Meu sonho de ser polícia foi cancelado”

A primeira vez que Jujuba veio falar comigo foi também a última vez em que tive contato com ela como moradora da Fundação. Jujuba não participava muito da rotina das meninas, e geralmente quando eu estava lá, ela estava no quarto, deitada em sua cama. Poucos dias antes das escutas da Fundação, as missionárias descobriram que Jujuba e Ana estavam ficando. O abrigo proíbe o namoro entre meninas dentro da casa, Jujuba mesmo já tinha me dito. O complicador dessa descoberta era que Jujuba já tinha 18 anos, enquanto Ana, pelo recorte do estatuto, ainda era uma criança de 11 anos. Penha ameaçou que se não terminassem o relacionamento, denunciaria Jujuba por estupro de vulnerável, mas, mesmo com as duas afirmando que não estavam mais ficando, Jujuba foi denunciada.

Nessas escutas eu fiquei do lado de fora, com as jovens adolescentes, enquanto a reunião técnica acontecia. Estava no refeitório quando Jujuba entrou e se sentou ao meu lado, com olhar de desespero, e me disse: *“tia, eu vou ser presa”*. Nazaré, a cozinheira, passou por nós e ela repetiu o mesmo para ela. Nazaré acariciou seu rosto e disse: *“vai não, meu amor, vai ficar tudo bem”*. Bianca, sua irmã, sentou-se com a gente e tentou acalmá-la, reforçando que tudo ficaria bem. Jujuba estava petrificada de medo, falava do medo quando seus padrinhos descobrissem.

Seu sonho era se tornar policial, o que não seria mais possível para ela pois não teria como ser policial com um processo de estupro. Com essa possibilidade excluída, disse: *“Eu pensei em ir pra casa do meu pai, ficar cuidando da casa enquanto ele tiver trabalhando, tomar banho e ir pra escola. Meu sonho era isso mesmo.”*. Contou isso para logo em seguida repetir o que Penha tinha lhe dito, que seu pai não queria ficar com ela e que *“pra mim, se você e Siimpson não querem nada com a vida, Siimpson pode ir simhora e você também pra casa do seu pai. Não sei se seu pai quer você.”*

O papel de proteção a crianças e adolescentes em situação de violação de direitos pode se confundir também com o papel de controle exercido pelas instituições de acolhimento, e no

caso da Fundação é visível esse controle atravessado pelo “cuidado”. O próprio afastamento das famílias de origem, que não são “boas” o suficiente para atender às necessidades das acolhidas, se soma a essa visão caritativa que acaba desviando, com ajuda do caráter religioso da instituição, da formação cidadã que pressupõe o ECA.

Uma semana depois, recebi a notícia, no trabalho, que Jujuba tinha sido transferida para um abrigo de adultos em João Pessoa. Antes disso, não se falava sobre a saída de Jujuba, mesmo com as visitas frequentes de seu pai e algumas de sua mãe, não eram colocadas possibilidades sobre a reintegração dessa família. Após a denúncia de estupro contra Ana, parecia que a resolução da situação tinha sido colocá-la em um abrigo de adultos como a forma de se livrar do problema ou até mesmo de punição.

O abrigo de adultos funciona com um perfil de trabalho diferente das instituições para crianças e adolescentes. São, em parte, trabalhadoras(es) que não têm onde morar e, por isso, passam o dia fora utilizando a casa apenas como referência de alimentação, higiene e dormitório. Também, existem os que estão em situação de extrema vulnerabilidade social, sem renda e sem moradia. Existe uma equipe formada por psicóloga e assistente social que auxiliam no encaminhamento para assistência social e na busca de emprego (BRASIL, 2004).

Penha me informou em qual dos abrigos a jovem adolescente estava²³, e fui até lá tentar encontrá-la e ver se ela toparia conversar comigo. Chegando no abrigo, fui informada no portão de que Jujuba estava acolhida na outra unidade para adultos, o que destoou da informação repassada pela Fundação. Nesse momento, juntei a informação com a lembrança de que a coordenação da instituição não tinha o telefone de Siimpson. Somado ao fato de que as duas eram tidas como preguiçosas e que “não queriam nada com a vida” pela equipe da instituição, aparentemente as duas meninas não eram bem-vindas, ou ainda, mais toleráveis na Fundação. Nessa linha, o trabalho de Fonseca, Allebrandt e Ahlert mostra também essa separação entre o jovem adolescente em que “vale a pena investir” e aquele que “não quer nada com a vida” (2009).

Porém, ao analisar que tipo de investimentos são feitos com as jovens adolescentes que “valem a pena”, não existem muitas diferenças do que é encontrado em Fonseca, Magni, Pasini e Paim (2009): as atividades e a preparação para a vida adulta e a saída da instituição parecem focar apenas em tarefas domésticas, no caso das meninas, “seja enquanto empregadas, seja enquanto mães de família” (p. 79).

23

Em João Pessoa existem duas unidades de abrigo para adultos.

Voltando à história de Jujuba, no portão do abrigo, um homem que aparentava ter mais ou menos 40 anos, ao escutar o nome de Jujuba veio até mim e repetiu que ela estava na outra unidade. Ele era o noivo de Jujuba, e eu já sabia disso através das outras meninas, que me contaram que Jujuba, assim que chegou no abrigo adulto, começou a namorar com ele e iriam morar juntos numa casa que alugariam. O homem me explicou como chegar no lugar em que Jujuba estava, mas, antes, me contou que tinham a pretensão de morar juntos e que faltava apenas ajustar alguns detalhes na casa que já era dele.

Fui até o abrigo correto e encontrei Jujuba sentada na sala de televisão, como chamou, assistindo a um canal de música. Era perto da hora do almoço, e Jujuba acordou cedo, tomou café e ficou ali vendo desenhos e depois o canal de música. Ela perguntou se eu tinha ido à Fundação recentemente, e eu perguntei se ela tinha ido lá também, conversamos sobre como estavam as meninas, eu dava as notícias, pois ela só tinha ido lá uma vez visitar a irmã. Apesar de estar há menos de um mês no abrigo quando fui, ela não tinha visitado a mãe e viu o pai apenas uma vez.

A Jujuba não foi dada a opção de ficar com seu pai ou sua mãe, mesmo com 18 anos. Fonseca, Allebrandt e Ahlert analisam que em alguns casos os jovens que saem dos abrigos com a maioria acabam buscando suas famílias, mesmo que os vínculos entre elas estejam fracos devido ao afastamento. Esse encontro, dizem as autoras, acaba invertendo a figura de cuidador e cuidado: se aqueles pais “não foram capazes” de cuidar de seus filhos, seus filhos agora assumem a possível de cuidadores e até mesmo provedores de seus pais (2009).

Entretanto, Jujuba encontrou outras formas de se conectar, criando relações dentro da instituição. O noivado com um homem que está construindo uma casa para os dois parece representar aqui as estratégias de sobrevivência encontradas pelos dois para fugir da institucionalização. No mesmo abrigo de Jujuba, um homem e uma mulher parecem ter pensado na mesma saída. Ela estava grávida e os dois estavam juntos, planejando o futuro com a saída da instituição. Havia também uma relação de cuidado dos dois com Jujuba. Os dois, artistas, estavam ensinando Jujuba a pintar, e acreditam que ela tenha jeito para estilista. A mulher, ao ver o vestido dela, disse “*Vamo botar uma cor nesse vestido depois, amor, nós vai ajeitar esse vestido pra tu*”.

Já no que diz respeito ao trabalho e geração de renda, de acordo com Fonseca, Magni, Pasini e Paim (2009), em pesquisa realizada com egressas da FEBEM, “ao que tudo indica, no trinômio trabalho/estudos/família, o terceiro elemento tem primado nas práticas e valores das meninas” (p.81). Jujuba encontrou na forma de saída da instituição a constituição de uma nova família, enquanto apenas afirma que precisa fazer o EJA (Educação para Jovens e Adultos),

pois está no 5º ano do ensino fundamental, e comentou sem muita certeza que poderia fazer um curso de maquiagem, colocando mais ênfase na proposta de ir morar com seu noivo.

Pamela – “Ai, tia, será que o juiz vai deixar eu morar com meu avô?”

Pamela chegou ao abrigo grávida no início de 2018. Veio transferida de uma instituição em Guarabira, pois lá não tinham condições de atender a uma jovem adolescente grávida. Pamela passou um tempo trabalhando no circo, como dançarina, tinha um relacionamento com um dos palhaços. Quando se separaram, ela foi acolhida em Guarabira e, alguns meses depois, soube que estava grávida, sem ter mais contato com o pai da criança. A relação dela comigo sempre foi curiosa, demorou bastante para se aproximar de mim, e tivemos vários momentos de troca, mas, sempre que achava que eu estava perguntando demais, se afastava. Pamela falava abertamente que não tinha amigas na Fundação, e que não deixava ninguém cuidar de seu filho, “*ele é meu, sou eu que cuido*”. Sempre ficava mais distante das outras, calada, e era considerada pelas outras meninas como “falsa”. Era difícil encontrá-la de bom humor.

Um dia, já no final de 2018, ela foi a primeira que encontrei quando entrei na Fundação. Pamela veio logo contar a novidade, que iria passar as festas de fim de ano com seus avós, na sua cidade de origem. Através de estudo realizado pelo setor de acolhimento do juizado, vislumbraram-se a possibilidade de trabalhar a reintegração aos seus avós maternos. O discurso que circulava entre as moradoras da Fundação era que os avós não queriam a guarda de Pamela e do filho, e me surpreendeu que o jogo tenha virado em favor dela, que sempre expressou a vontade de voltar para sua cidade.

Em janeiro desse ano, eu estava sentada na sala de TV com as meninas, quando ela se sentou do meu lado, com Pedro no colo, e contou como tinha sido o Natal com seus avós. Estava feliz com a possibilidade de sair da Fundação, contando que sua prima nasceria em março e gostaria de estar com sua família para acompanhar o nascimento da prima. Mesmo com mais de um ano de afastamento de sua família, na figura dos avós maternos, é visível a importância que Pamela dá à permanência junto com os seus parentes. Mais uma vez, a convivência familiar assume prioridade nas vidas das jovens adolescentes, mesmo familiares que antes estiveram ausentes ou se negaram a prestar apoio, novas configurações e o trabalho das equipes técnicas permitem que essas famílias propiciem esse apoio intergeracional essencial para a vida das jovens adolescentes. (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009).

No dia em que reuni as meninas para fazer o fechamento da pesquisa, Pamela e Pedro não estavam, tinham ido acompanhar o nascimento da prima, como Pamela queria. Era um excelente sinal de que os trabalhos para a reintegração continuavam. Até mesmo achei que não

a veria mais, mas no dia da audiência da instituição, em abril, ela estava lá, com seus avós. As mãos suavam de nervosismo e ela me perguntou: *“Ai, tia, será que o juiz vai deixar eu morar com meu avô?”*. Acalmei-a dizendo que daria tudo certo. Como previsto, Pamela foi reintegrada à sua família, junto com Pedro, e eles retornaram naquele mesmo dia para a sua cidade natal, no interior do Estado..

7.2 Em cima do muro

Sofia – “*Eu tenho que aceitar isso que tá acontecendo comigo, uma hora vai passar*”.

Sofia teve sua vida virada do avesso de repente. O que a levou até a Fundação foi uma denúncia de abuso sexual contra seu pai. Os abusos aconteciam já há alguns anos, mas vieram à tona a partir do momento em que compartilhou a situação com um namorado, que contou para a mãe, que contou para a psicóloga da escola, privada, que por fim acompanhou-a até o Ministério Público para realizar a denúncia. Adotada por uma família de alta renda em outro Estado, acabou indo morar em uma *“comunidade”*, como definia o abrigo em sua escola.

Sofia compreendia a sua situação como diferente das outras meninas, no sentido de não terem familiares com situações sócio econômicas estáveis, até mesmo para receber suas filhas de volta. *“Nunca tinha convivido com pessoas na situação delas, foi difícil no começo”*. Mesmo afirmando isso, a trajetória de Sofia se encontrou com as das outras jovens adolescentes, por também ter sofrido violência sexual. Eliane, na última audiência, ao ver o pai de Sofia entrando na Fundação, disse com revolta: *“Pelo menos o meu tá preso, era bom poder dar uma surra no teu”*. A solidariedade entre elas é demonstrada em muitos momentos, e pode-se dizer que a institucionalização, somada às diversas violações, por parte do Estado e de familiares, a nutre.

Nos primeiros meses de seu acolhimento, havia tentativas por parte das equipes da Fundação e do juizado no sentido de trabalhar os vínculos afetivos entre a família. A mãe de Sofia defendia o esposo e, portanto, se colocava contra a jovem adolescente. Sofia passou por avaliações psicológicas e psiquiátricas, e havia uma suposição diagnóstica de transtorno borderline, o que justificaria que estivesse mentindo. As missionárias a defenderam e acreditaram em Sofia desde o início, e isso a faz reconhecer o espaço da Fundação como uma família. Logo todas perceberam que pensar uma reconciliação e uma reintegração de Sofia à sua família não era possível, mesmo que esse fosse o desejo dela desde o início:

“Gostaria de morar com os meus pais. Mas não ia voltar para um lugar onde um ia ficar um de cara feia pro outro. Continuo amando (meu pai), o que eu sinto por ele hoje é raiva. Agradeço a Deus por eles, o que eu sou hoje é graças a eles, eles fizeram o que eu sou hoje. Tenho raiva dele não admitir o que fez, minha mãe contou pra todo mundo e as pessoas acham que eu quis prejudicar a família, dizem que eu sou louca,

sou psicopata. Só querem escutar meu pai. Na hora que quiserem venham escutar minha versão.”

Analiso que apesar de ter sofrido os abusos por parte de seu pai, e ter sido abandonada por ele e por sua mãe, Sofia ainda assim preferia estar com sua família. Eis que no meio do ano passado, uma tia dela, na verdade ex-cunhada de sua mãe, residente de outro estado no sul do país, descobre que Sofia estava em um abrigo e decide ficar com sua guarda. Através de articulações com a instituição e com o juizado, Sofia conseguiu passar o mês de julho, de férias, na casa dela, voltando decidida a ir morar com ela. A ideia era que terminasse o ano letivo em João Pessoa e mudasse no início de 2019.

No início de 2019, quando fiz a entrevista com ela, soube que ela iria embora na semana seguinte. Ela estava triste em ter que ir embora, pois sentiria falta das amizades que construiu na Fundação, mas segura de que ir morar com a tia seria uma oportunidade de ter sua liberdade de volta, e poder ter contato com seus irmãos (um irmão também adotado, com 17 anos, e uma irmã com 8 anos) e com o restante de sua família, incluindo, esperava, seus pais. *“Eu pensei em não ir pra casa da minha tia, mas aqui não é um lugar pra ter oportunidades, pra se chegar onde quer”*.

O abrigo, para Sofia, significava a falta de oportunidades, ou perspectivas. Com sua tia, continuaria estudando, não precisaria trabalhar por enquanto. Principalmente, teria acesso a um celular e assim poderia ter contato com sua irmã, até mesmo passar férias com ela, quem sabe. A compreensão de Sofia em relação ao abrigo foi possível pois, como ela mesmo afirmou, aquelas meninas vivem uma situação diferente da dela em termos sócio econômicos.

Com tudo organizado para sua saída, Sofia desistiu de ir. Disse que ficaria na Fundação e se tornaria missionária de vida. Como já relatado aqui antes, algumas vezes, esse era o discurso oferecido pelo Padre Orlando como alternativa após a maioridade: transformar as acolhidas em missionárias. Teto, comida e cuidados, assim como aquelas que delas cuidam. A mudança de ideia não durou muito tempo: na audiência de abril, Sofia descobriu que não precisava decidir naquele momento, e que poderia experimentar mais momentos com sua tia antes de tomar a decisão final.

A antropóloga Elaine Müller, em trabalho etnográfico sobre a transição à adultez em camadas médias, percebe que o que jovens adolescentes dessas classes experimentam

é uma assunção gradual de responsabilidades como administrar seu espaço, cuidar de sua própria alimentação, dimensões, mais do que de independência, de autonomia, no sentido do indivíduo caminhar para saber “funcionar” sozinho” (2009, p. 16).

Ao analisar que Sofia é uma das jovens adolescentes que advém de uma família de renda alta, a própria noção do que é autonomia e transição para a vida adulta segue a normativa do prolongar da juventude, em que o estudo é priorizado como forma de inserção posterior no mercado de trabalho. A tia dela foi taxativa em dizer que Sofia não trabalharia no momento, caso fosse morar com ela, pois teria que primeiro terminar os estudos. Dessa forma, confirma-se que a moratória social vivida por jovens é atravessada pelo recorte de classe (MARGULLIS, URESTI, 1996).

Nega e Ana – “Era um inferno”

Nega e Ana foram acolhidas na Fundação pelo mesmo motivo: violência sexual. Apesar de irmãs, as duas moravam em cidades vizinhas, Nega com o padrasto/pai, o agressor, e Ana com o pai, a mãe e irmãos. Ambas não podem retornar para suas casas pois o padrasto/pai de Nega, e o vizinho que abusou sexualmente de Ana, estão foragidos. A impossibilidade de voltar para casa pousa na falha da justiça em prender os criminosos, mas também na suposta incapacidade das famílias, especificamente da mãe das duas, em protegê-las. Tanto Nega quanto Ana repetem da mesma forma que suas vidas antes de chegar até a Fundação era um inferno. Sofriam violências físicas e sexuais, não recebiam educação, e “*não tinham domínio*”, fazendo o que bem lhes entendia, como diz Nega.

Nas falas de Nega, a mãe não é citada, a não ser como a responsável por tê-la deixado, quando tinha apenas 6 anos, nas mãos do padrasto, o qual chamava de pai. Além dessa relação com o pai e a mãe, Nega viveu por um ano, quando tinha 11 anos, antes de ser feita a denúncia, em um sítio pertencente a uma prima. Lá foram seus melhores dias, onde ela trabalhava apanhando acerola, ganhava quatrocentos reais por mês, só dela, e com esse dinheiro comprava material escolar, farda, tênis, roupas e “*besteiras*” que queria. Teve que sair de lá pois seu primo de 15 anos “*mexeu*” com ela contra sua vontade, mas ninguém acreditou no que disse, e ela foi obrigada a voltar a conviver com o padrasto.

Nega foi a única que relatou ter realizado algum tipo de trabalho. Hoje, com 14 anos, reclama que, como precisou ser protegida após a denúncia, já que seu padrasto estava atrás dela para matá-la, ficou sem estudar e agora ainda está no 8º ano, quando deveria estar já no ensino médio. Para Ana, 12 anos, a possibilidade de sair do abrigo é retornar para sua família. Ela destoa das outras por ser a mais nova e, dentro do marco etário do ECA, era a única criança, fora os bebês, na Fundação. As duas recebiam visitas esporádicas da mãe, mas apenas Ana tinha uma boa relação com ela. Apenas Ana expressava o desejo de voltar para casa, enquanto Nega pretende ficar na Fundação até os 18 anos e arrumar um emprego.

Vale ressaltar que as visitas de familiares dependem dos esforços da equipe da Fundação para promover os vínculos familiares. No caso da Fundação, sete das treze interlocutoras são de outro município, e as visitas ficavam sob responsabilidade dos Conselhos Tutelares e CREAS dos municípios. Eram muitas as queixas das meninas de que as missionárias não as levavam para ver seus familiares, ou não os traziam até a Fundação. Na experiência de Patrice Schuch e Claudia Fonseca, quanto maior o tempo de abrigamento, mais frágeis se tornam os vínculos com as famílias (2009). A ruptura que não deveria existir entre a família e as acolhidas acaba se tornando rotineira, tanto por não ser trabalhado como projeto pela instituição (FONSECA, SCHUCH, 2009), quanto pela falta de otimismo em relação a esta reintegração por parte dos agentes do estado.

Na última audiência, em abril de 2019, pela primeira vez vi a mãe das jovens adolescentes e o pai de Ana presentes. Do lado de fora, Ana conversava com sua mãe, enquanto Nega, de longe, dizia para mim que Ana se arrependeria de voltar a morar com a mãe, pois a primeira coisa que esta faria seria mandar Ana alisar o cabelo e deixá-lo crescer.²⁴ A presença dos pais na audiência era motivada por uma nova tentativa, após estudo realizado pelo juizado, de reintegração familiar. Na audiência ficou firmado com a rede do município em que moram os pais que seriam oferecidos os auxílios necessários para a reintegração: auxílio moradia para mudarem de endereço (pois o agressor de Ana ainda estava foragido), e benefício pontuais como cesta básica e de geração de emprego para o pai de Ana. O caso será acompanhado até serem verificadas as condições de retorno das duas para casa.

Para Ana, voltar para casa é sua chance de sair do abrigo, apesar de falar de vários conflitos com seus pais e irmãos, principalmente por causa das proibições de namoro por parte do pai. Ainda assim, Ana reconhece que o abrigo não é o lugar para ficar até os 18 anos. É em casa, com o pai e a mãe, mesmo que permeados por alguns conflitos, que Ana se sentirá bem e, especialmente, longe da Fundação que “não aguenta mais” (FONSECA, ALLEBRANDT, AHLERT, 2009). Já Nega escolheu permanecer no abrigo e trilhar sua própria independência através do trabalho e do estudo.

7.3 Do lado de dentro

²⁴ Todas as meninas da Fundação foram a um salão especialista em cabelos cacheados e fizeram a transição para terem os cabelos naturais. Ana estava com o cabelo bem curto, e bem cacheado.

Sete permaneceram na Fundação sem novidades a respeito de sua saída do abrigo. Delas, apenas Eliane, Elisa e Bianca ainda não completaram 18 anos. Legalmente, Damisan, Eloísa, Mel e Loreana permanecem na Fundação graças ao princípio da excepcionalidade da lei, em que o ECA estabelece a extensão da cobertura pelo estatuto até os 21 anos. Entretanto, a Fundação oferece como alternativa para as jovens adolescentes que permanecem abrigadas, a opção de se tornarem missionárias de vida, para que cuidem de outras pessoas que também precisem de ajuda, desde que também abdicuem de suas vidas fora da Fundação.

Esta é a alternativa vislumbrada por Damisan e Elisa, de certa forma. A resposta de Damisan sobre como vai ser quando sair da Fundação sempre foi que o padre disse que ela poderia ficar lá com Juliette, e que até cara de missionária ela tem. Lá no início, Damisan afirmava que gostaria de morar com uma tia no sertão do Estado, mas aos poucos a possibilidade foi deixando de ser colocada por ela. Já Elisa tem o perfil de cuidadora de crianças, foi o que escutei de Penha. Entre as outras meninas, já é certo que Elisa será missionária, apesar de ainda ter 14 anos. Ela diz que aguarda o chamado de Deus para iniciar a experiência de missionária, enquanto já assume os cuidados de todas as crianças, por vontade própria. Para as cuidadoras, ela é a mais responsável, sendo quem auxilia quando uma criança adoece ou acompanha a médicos e exames.

Mel tem sonhos de permanecer no abrigo o tempo necessário para terminar de estudar, entrar na universidade para cursar fisioterapia e, ainda, ser coreógrafa. Como sempre gostou de dançar e é a responsável por organizar as apresentações de danças em datas especiais, o desejo de ser coreógrafa é, para ela, o que resta, pois se acha velha demais para ser dançarina. Mel era a única da instituição que fazia um curso profissionalizante, além das aulas de dança junto com outras jovens adolescentes. Ao contrário maioria, não tem vontade de retornar à família, e visualiza a Fundação como uma forma de impulsionar os planos para o futuro.

Não é, porém, sem sofrimento que se refere a sua mãe, que em contrapartida também não quer que sua filha volte para casa, pelo que é apontado pelos que acompanham sua história. Da mesma forma, Elisa fala sobre o irmão que foi adotado e com o qual gostaria de ter contato, e se ressentia quanto ao fato de as irmãs não poderem/quererem ficar com ela. Tanto Elisa quanto Mel encontraram na instituição uma representação da família que lhes faltava. Apesar de reclamar da falta de liberdade que têm dentro da Fundação, Mel reconhece o espaço e as pessoas da Fundação como o espaço de cuidado que precisa. De todos os relatos que ouvi, o de Mel foi o único em que havia algum plano concreto para a saída do abrigo, que não envolvesse o retorno para a família de origem ou a permanência na Fundação com a opção de ser missionária. Na experiência de Neves (2003), os abrigos voltam sua preocupação para a formação da cidadania

nas jovens adolescentes, e a questão do trabalho e da autonomia, que deveriam figurar como partes importantes desse acompanhamento, acabam ficando em segundo plano, aparecendo de forma abstrata. Vejo que para as meninas da Fundação, a concretização da saída é de todo abstrata, visto que a tendência da Fundação enquanto instituição é manter ali aquelas que demonstram se enquadrar no perfil de missionárias.

É nessa dificuldade de concretização que vejo Eloísa se encaixando. Ela foi uma das primeiras interlocutoras com quem tive contato, quem no começo chamava de “informante”, pois me contava tudo que acontecia com todas da Fundação. Eloísa já tem 18 anos, completados agora em junho de 2019, e cursa o supletivo para tentar terminar o ensino regular. Sempre falou sobre a vontade de sair do abrigo e viver sozinha para sustentar sua filha, Katelyn, apesar de nunca ter compartilhado comigo se havia planos para essa saída. De certo modo, Eloísa também enxerga no abrigo a forma de ter uma casa até que possa se manter sozinha com sua filha. A relação dela com as cuidadoras é conflituosa, já que é tida como “respondona” e exerce liderança com as demais.

Para sua irmã, Eliane, a esperança de sair do abrigo é o retorno à sua família. Seu pai foi encontrado depois de muitos anos sem contato e os esforços do judiciário são voltados para a tentativa de retomar esses vínculos para que possam morar juntos. Duas semanas depois que finalizei a pesquisa, recebi uma foto no grupo de Whatsapp do trabalho em que Eloísa abraçava seu pai. Ele também foi encontrado através da busca ativa da equipe da Fundação, e o registro foi da primeira vez em que se viram.

Loreana, 19 anos, e Bianca, 15, permanecem na Fundação sem perspectiva de saída, seja para morar com as famílias, seja para viverem de forma independente e autônoma. Ambas têm família. Bianca mantém contato com o pai, que a visita com frequência, e Loreana tem muitos familiares na sua cidade, porém, todos são colocados no patamar de incapazes de cuidar delas. O motivo que as trouxe para o abrigo foi a negligência por parte deles. A família de Loreana é acusada, ainda, de só ter interesse no benefício que está em tramitação para ela, o que lhe garantirá um salário-mínimo por mês. A dicotomia entre os maus familiares e os bons missionários novamente aparece atravessando as possibilidades de convivência familiar.

Não estou aqui afirmando que a equipe da Fundação age arbitrariamente para separar e criminalizar as famílias das jovens adolescentes. Minha intenção é apenas refletir sobre a culpabilização histórica das famílias, em sua maioria de baixa renda (DONZELOT, 1980). O conceito de negligência acaba substituindo o de abandono familiar utilizado antes da promulgação do ECA, como uma nova forma de submeter as famílias ao estado, como

criminosas, sem a devida análise sobre as estruturas sociais de desigualdade que permeiam essas famílias (RIZZINI, RIZZINI, 2007).

No fim das contas, sobre as que ficam, questiono ainda o tempo de abrigamento a que estão submetidas, e os esforços realizados para a desinstitucionalização das jovens adolescentes. Ademais, durante o ano em que estive lá, não havia perspectivas de saída para a maioria delas, com exceção de Siimpson. Em média, as jovens adolescentes estão na Fundação há dois anos e meio, quando o ECA estabelece que esse tempo não deve ultrapassar um ano e meio. Essa média é comum em todos os estados do Brasil, de acordo com levantamento nacional de 2013 (ASSIS, FARIAS, 2013), e além de refletir a falta de trabalhos efetivos para reverter a situação do acolhimento institucional, dentro do tempo previsto em lei (RIZZINI, RIZZINI, 2007), acabam perpetuando a lógica da institucionalização como melhor forma de proteger crianças e jovens de suas famílias incapazes (RIZZINI, RIZZINI, 2007).

A palavra autonomia perpassou esta pesquisa desde que ela estava ainda em projeto. Construir a autonomia dos jovens adolescentes é o que preconiza o ECA, para aquelas que estão próximas da maioridade, aos 18 anos, dentro dos abrigos. Entretanto, depois de realizar a pesquisa de campo, percebo que mais importante que autonomia, para as interlocutoras, está a liberdade.

A liberdade para sair, namorar, usar celular, “fazer o que quiser”. Avalio que a opção dada pela instituição, e tenho vários exemplos para tal, é a de permanência na instituição, como missionárias, ou pelo tempo que for necessário. Aqui, necessário quer dizer aquele tempo em que será atingida uma autonomia. Autonomia esta que deveria ser trabalhada, conforme pressupõem as leis de proteção à infância e à juventude. Aparentemente, é necessário impulsionar ainda mais a proatividade das instituições no sentido de criar instrumentos para que sejam oferecidas possibilidades para a saída da instituição de acolhimento, que deve ser passageira na vida das jovens adolescentes. Ao mesmo tempo em que algumas das interlocutoras veem o abrigo como uma ponte para o futuro, não há muita visão sobre o que está do outro lado, enquanto em seus discursos a liberdade é o bem mais precioso que querem alcançar ao sair.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o lugar de uma jovem adolescente de 16 anos que chega a um abrigo? Essa pergunta foi feita a mim na banca de qualificação. Busquei refletir sobre ela e tentar localizar essa resposta durante a escrita deste trabalho. Tenho algumas ideias, mas não respostas. A realidade que não deveria existir parece ser cada vez mais real e frequente, e as políticas públicas de proteção à infância e da juventude parecem estar longe de dar conta dessa demanda. E nessa realidade, continuam adolescentes em abrigos por longos períodos, de repente, dando de cara com a realidade mais dura, a da “vida adulta”.

A transição à adultez para as camadas médias aparece como uma fase cada vez mais diluída. Na antropologia das idades é mais comum relacionar o foco dos estudos nessa dissolução de delimitações de etapas. A exemplo de Jennifer Johnson-Hanks, em seu estudo sobre as jovens de Beti, faz mais sentido falar de um conceito de “conjuntura vital”, em que o foco não é nessa transição, ou no rito de passagem no modelo de etapas de curso da vida, e sim nas aspirações e possibilidades que os jovens têm a partir de suas escolhas. Para Johnson-Hanks (2002), existem, claro, ideias sociais dos passos a seguir no curso da vida, mas estas não acontecem uma após a outra. Como alternativa a essa ideia evolucionista de passos até a uma outra fase da vida, a autora propõe que existem inúmeros caminhos a serem trilhados em encontro à adultez.

Entretanto, para as interlocutoras desta pesquisa, autonomia, vida adulta, são conceitos abstratos, acabam sendo um marco legal arbitrário. As famílias, estas sim, representam o vislumbre da saída do abrigo para boa parte delas. É necessário, portanto, problematizar além dos conceitos construídos de juventude, refletir sobre os conceitos de famílias, no plural, tendo em vista que não há como negar a moralidade imposta, tal qual apontam Donzelot (1980) e tantos outros autores, que recai culpabilizando as famílias pobres pela suposta falta de capacidade de gerenciar seus filhos.

Talvez, uma das grandes violências sofridas pelas interlocutoras seja o fato de que foi suprimido de suas vidas as possibilidades de ter uma vida familiar. Tanto pela incapacidade do Estado em lidar com a situação que se apresenta, da violação de direitos e da vulnerabilidade em que se encontram as famílias, posto que é sua responsabilidade, diz o ECA, contribuir para que saiam dessas condições, quanto por uma realidade dentro do abrigo que difere da realidade delas. Se por um lado, existe o lado positivo da chegada ao abrigo, que não pode ser negado, de proteção e até mesmo de cuidado e afeto, por outro, a proibição do contato através de redes sociais, as limitações na vivência com as famílias, cerceiam as jovens adolescentes do contato

com elementos para atingir a autonomia. Nessa perspectiva, a instituição não deve ser considerada como boa ou má, pois está inserida numa estrutura social macro que reforça esse duplo papel de proteção e controle.

As revelações do campo nesta pesquisa representaram para mim variadas possibilidades de aprofundamentos, como as questões de gênero e raça, por exemplo. A primeira foi abordada de forma superficial, com ausências teóricas que se deram devido às próprias limitações do tempo para finalização do Mestrado. Já a segunda, essencialmente importante, ficou de fora nesta dissertação também pelas limitações da pesquisa, mas especialmente por não ter aparecido no campo como questão por parte das interlocutoras. Não me senti apropriada, enquanto mulher branca, para levantar essa discussão sem que ela viesse delas. Entretanto, assinalo como uma discussão crucial para os tempos atuais e, conseqüentemente, para a Antropologia.

Acredito ser essencial registrar neste trabalho o momento político que o Brasil atravessa, de notados e absurdos retrocessos em termos de direitos humanos e políticas de assistência social. Como não pensar em Siimpson, por exemplo, beneficiária do BPC, diante do possível desmonte que virá com a aprovação da Reforma da Previdência? O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente foi resultado da redemocratização do país, e ultimamente vem sendo bombardeado em questões polêmicas como a redução da maioridade penal e, mais recentemente, a questão do trabalho infantil.

O desmonte da saúde pública, os cortes na educação, nas políticas assistenciais, entre outros, afetam diretamente na vida das jovens adolescentes, pois são tuteladas pelo Estado. Diante de todas as dificuldades já enfrentadas quanto às reintegrações a famílias, quase sempre de baixa renda, que vão desde os preconceitos dos agentes até dificuldades de financiamento para tal, é possível prever para os próximos três anos e meio ainda mais precariedade. Restamos, pesquisadores das ciências humanas e sociais, resistir e denunciar as atrocidades.

Enfim, voltando à pergunta inicial, acredito que esse lugar, por mais que deslocado num Estatuto que enfrenta muitas dificuldades em ser efetivado, é também lugar de resistência. As tentativas de controle inerentes à situação de tutela institucional, somada às que partem da própria instituição, no tocante aos corpos, sexualidade, maternidade e expectativas de futuro, por mais fortes que sejam, são subvertidas dia a dia por essas jovens adolescentes. Ter acesso a essas formas de resistência, compreender um pouco como encaram suas vidas vigiadas, transformou o lado de cá, da psicóloga, da analista judiciária. Quanto a esta transformação, e este texto, espero que contribua para a transformação dos olhares e das ações em torno de todos e todas jovens adolescentes em situação de acolhimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, S. G; FARIAS, L. O. P. Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento. São Paulo: Hucitec, 2013.

BECKER, H. S. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 de 5 de outubro de 1988. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm. Acesso em 21/11/18

_____. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 21/11/18.

_____. Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

_____. Lei Federal nº 13.440, de 8 de maio de 2017. Alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm

_____. Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm

_____. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Junho de 2009. Brasília/DF: Ministério de Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf

_____. Resolução nº 113 CONANDA, de 19 de abril de 2006. Criação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>. Acesso em 19/11/18

_____. Resolução nº 109 CNAS, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional dos Serviços Sócio-assistenciais. Brasília/DF: Ministério de Desenvolvimento Social. Reimpressão 2014.

CALZA, T. Z.; DEL'AGLIO, D. D.; SARRIERA, J. C. Direitos das Crianças e Adolescentes e Maus Tratos: Epidemiologia e Notificação. Revista da SPAGESP, Porto Alegre, v. 17(1), p. 14-27, 2016.

CARSTEN, J. (Org.). Introduction. In: Cultures of Relatedness: New approaches to the study of kinship. Cambridge/UK: Cambridge University Press. 2000

CORREIA, D. Enquanto Espera: O acolhimento Institucional de crianças e adolescentes na Casa de Passagem III. Cuidado, proteção ou controle? 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte

DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980

FEIXA, C. "Antropología de las edades". In: PRAT & MARTÍNEZ (orgs.). Ensayos de Antropología Cultural. Homenaje a Claudio Esteva-Fabregat. Barcelona, Ariel, 1996.

FONSECA, C. Apresentação: De Família, reprodução e parentesco, algumas considerações. Cadernos Pagu (29), julho-dezembro de 2007:9-35. São Paulo: 2007

FONSECA, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. Estudos Feministas, , 16(3): 769-783, Florianópolis: setembro-dezembro/2008

FONSECA, C.; ALLEBRANDT, D.; AHLERT, M. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” do sistema de abrigos. In: Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Os direitos dos mais e menos humanos. In: Horizontes Antropológicos, ano 5, n. 10, p. 83-121, Porto Alegre: 1999

FONSECA, C.; MAGNI, C. T.; PASINI, E; PAIM, H. Pensando políticas para uma realidade que não deveria existir: “egressos” do sistema de abrigos. In: Políticas de Proteção à Infância: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FRANÇA, D. B. Do Abrigo ao Acolhimento: Importância do Vínculo nos Cuidados Institucionais. Instituto Berço da Cidadania. Brasília: 2010.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som, Um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

JOHNSON-HANKS, J. On the Limits of life stage in Ethnography: Toward a theory of vital conjunctures. *American Anthropologist*, 104 (3), 2002.

MAGNANI, J. G. O velho e bom caderno de campo. Revista Sexta Feira, n. 1, p. 8-12, São Paulo: maio 1997

MALINOWSKI, B. Argonautas no Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. In: Coleção Os Pensadores: Malinowski. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, M. C. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La Juventud és más que una palabra. In: La Juventud és más que una palabra, Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Editorial, 1996

MEAD, Margaret. Adolescencia y cultura en Samoa. Barcelona/Buenos Aires: Editorial Paidós, 1995.

MÜLLER, E. Repensando a problemática da transição à adultez.: Contribuição para uma Antropologia das idades. In: Revista de Ciências Sociais n. 31 Setembro de 2009 - p. 107-125.

NEVES, D. P. A gestão da precária inserção geracional. Cadernos do ICHF/UFF, n. 77, p.7-18. Niterói: 2002.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. Ponto Urbe, São Paulo, v. 2/2008. Posto online em 2014.

_____, Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PIRES, F. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011

RIFIOTIS, F. C. “Egressos” de serviços de acolhimento institucional e políticas públicas: a “reversão figura-fundo”. Revista Antropológicas v. 59 n. 3: 214-238, USP, São Paulo 2016

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC RIO. São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Acolhendo Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, G. “FAMÍLIA PARA QUEM PRECISA...”: Estado, instituições, políticas públicas e classes populares na construção de uma moral familiar. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M. Adolescência através dos séculos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 26 n. 2, Abr-Jun 2010. 227-234.

SCHUCH, P. Práticas de Justiça: Antropologia dos Modos de Governo da Infância e Juventude no Contexto Pós-Eca. Rio Grande do Sul: Ed.UFRGS, 2009.

SILVA, C. M. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente: Reflexões sobre os seus Eixos Norteadores. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, Vol. III, Nº 6, P. 141-157, jul/dez 2010

STRATHERN, M.. After Nature: English Kinship in the Late Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press. 1992

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-47.

WEBER, Lídia N. D. Pais e Filhos por Adoção no Brasil: Características, Expectativas e Sentimentos. Curitiba: Juruá, 2010